ANO XXXIII - Nº 11.639 - Manaus, sexta-feira, 20 de março de 2026

emtempo
Tradição e credibilidade

R$ 1,00

AMAZÔNIA

Peixes contaminados ameaçam ribeirinhos

Para milhões de ribeirinhos da Amazônia, o peixe é a base da alimentação diária. Um estudo da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) traz um alerta para essa população: todas as espécies investigadas apresentam riscos à saúde por causa da presença de metais tóxicos, especialmente mercúrio e arsênio.

Dia a Dia 8

REGRAS

Manaus terá combustível mais barato com novo PPB

Economia 7

PROPOSTA

Omar Aziz quer expandir economia do Estado

Política 5

AJUDA HUMANITÁRIA

Brasil doa mais de 20 mil toneladas de alimentos

Mundo 11

AMISTOSO

Mbappé e cia confirmados para duelo contra Brasil

Esporte 10

BUMBÓDROMO

Simone Mendes e Klessinha em lançamento de festival

Plateia 9

EMTEMPO

redacao@emtempo.com.br | Marcela Estrella

Implurb ganha prédio moderno e sustentável

David Almeida inaugura nova sede do Implurb e consolida um dos maiores avanços no planejamento urbano de Manaus

O prefeito de Manaus, David Almeida, inaugurou, ontem (19), a nova sede do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), no bairro Tarumã, zona Oeste. O edifício Arquiteto Claudemir Andrade marca um dos maiores avanços estruturais recentes no planejamento urbano da capital amazonense, ampliando a capacidade da prefeitura de planejar, licenciar e organizar o crescimento da cidade com mais eficiência, tecnologia e integração.

Com 3.577,32 metros quadrados de área construída, o novo prédio foi concebido para atender às demandas atuais e futuras de Manaus, com arquitetura moderna, acessibilidade total e infraestrutura tecnológica de alto desempenho. A sede conta com link dedicado de 1 Gigabit e rede estruturada por pavimento, garantindo mais agilidade, estabilidade e segurança nos processos de licenciamento, análise de projetos e autorizações urbanísticas.

Durante a solenidade, David Almeida destacou que a entrega integra uma estratégia mais ampla de organização da cidade. "Esse é o planejamento urbano que Manaus precisa. Aqui, nós estamos estruturando mobilidade, saúde, educação e serviços em um só território. É assim que se constrói uma cidade preparada para crescer com qualidade", afirmou.

A nova sede também amplia a capacidade de atendimento ao cidadão e melhora as condições de trabalho dos servidores. O espaço dispõe de 282 vagas de estacionamento, sendo 204 destinadas a servidores e 78 ao público, além de vagas exclusivas para Pessoas com Deficiência (PcDs), idosos e motocicletas. O projeto inclui soluções sustentáveis, com o plantio de 262 árvores nativas, contribuindo para conforto térmico, sombreamento e melhoria ambiental da área.

DIVULGAÇÃO

Edifício Arquiteto Claudemir Andrade reforça planejamento urbano com tecnologia, acessibilidade e sustentabilidade

O diretor-presidente do Implurb, Carlos Valente, ressaltou o impacto da estrutura na execução das políticas urbanas. "Durante muitos anos, planejamos muito e executamos pouco. Na atual gestão, nós planejamos e executamos. Esse prédio representa essa virada e a capacidade de transformar planejamento em entrega concreta", disse.

O subsecretário Pedro Paulo, que participou diretamente da concepção do projeto, destacou a mudança de cultura na gestão urbana. "Nós sempre projetamos muito, planejamos muito, mas poucas coisas eram executadas. Na atual gestão foi diferente: nós projetamos e executamos. Esse resultado mostra que o planejamento saiu do papel e virou realidade", afirmou.

Além de qualificar o atendimento e dar mais previsibilidade a quem investe na cidade, a nova estrutura fortalece a atuação do Implurb na geração de negócios, regularização de atividades econômicas e desenvolvimento urbano, com impacto direto na geração de empregos, atração de investimentos e dinamização da construção civil, comércio e serviços.

Homenagem e legado

A nova sede leva o nome do arquiteto e urbanista Claudemir Andrade, em reconhecimento à sua contribuição ao planejamento urbano de Manaus. Com mais de três décadas de atuação no serviço público, participou de projetos estruturantes e ajudou a consolidar políticas urbanas na capital.

AMAZONAS

Primeira turma de mestrado para enfermeiros indígenas

DIVULGAÇÃO

Iniciativa é considerada inédita no país e marca um avanço na formação de profissionais

A aula inaugural da primeira turma de mestrado profissional voltada exclusivamente a enfermeiros indígenas foi realizada no dia 18 de março, em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro. A iniciativa é considerada inédita no país e marca um avanço na formação de profissionais de enfermagem em territórios indígenas.

A ação conta com financiamento do Sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais, por meio do Programa Profen – Mestrado e Doutorado em Enfermagem – Acordo Cofen-Capes, que destina recursos para programas de pós-graduação em enfermagem em todo o país, com foco na formação de mestres e doutores e na qualificação dos serviços de saúde.

O curso é ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem no Contexto Amazônico da Escola de Enfermagem de Manaus pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e contempla uma turma de 10 enfermeiros indígenas que atuam no município. A formação tem como foco a qualificação profissional aliada à realidade dos territórios, com o desenvolvimento de soluções voltadas às necessidades locais.

Localizado no noroeste do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira é reconhecido como uma das cidades mais indígenas do mundo. A região do Alto Rio Negro concentra mais de 85 enfermeiros indígenas em atividade, o que contribuiu para a construção da proposta do curso.

O projeto busca integrar a formação científica da enfermagem aos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, promovendo uma abordagem que considera aspectos culturais, territoriais e sociais no cuidado em saúde.

Representando o sistema Cofen/Conselhos Regionais, o diretor-secretário do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas Zilmar Augusto destacou a importância da iniciativa para a interiorização da formação profissional. "Nós não iremos retirar esses profissionais de seus territórios. Pelo contrário, o corpo docente do programa é que se deslocará até o município, garantindo que essa formação aconteça dentro da realidade local, sem afastá-los de suas comunidades", afirmou.

|Contexto|

Plano para economia
O senador e pré-candidato ao governo do Amazonas, Omar Aziz (PSD), projeta a construção de um plano de governo voltado à expansão das principais atividades econômicas do estado. O programa, que deve orientar a campanha eleitoral, inclui diversos segmentos e prioriza o desenvolvimento da produção rural com base na vocação agrícola e agropecuária de cada região.

Filiação
A deputada estadual Mayra Dias oficializou filiação ao PSD, na quarta-feira (18), durante grande evento realizado na quadra da Vitória Régia, no bairro Praça 14. O ato contou com a presença do senador Omar Aziz, pré-candidato ao Governo do Amazonas, além de diversas lideranças da capital e do interior.

Pregão suspenso
Uma decisão do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) determinou a suspensão do Pregão Eletrônico nº 003/2026 da Prefeitura Municipal de Silves, após a identificação de possíveis irregularidades no edital do certame. A decisão foi publicada no Diário Oficial Eletrônico da Corte na quarta-feira (18).

Patrimônio cultural
O jaraqui, peixe típico dos rios amazônicos, foi oficialmente reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Amazonas pela Assembleia Legislativa do Estado (Aleam). A decisão, aprovada na quarta-feira (18), tem o objetivo de preservar e valorizar a importância gastronômica do peixe para os amazonenses. O reconhecimento também leva em conta o seu valor simbólico.

DIVULGAÇÃO/ASSESSORIA

O secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedurb) e da Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), Marcellus Campêlo, deu início, em suas redes sociais (@marcelluscampelo_), a uma série de vídeos em que apresenta, por zonas da cidade, os avanços das obras que vêm transformando Manaus, destacando intervenções que já impactam diretamente a vida da população. O primeiro episódio, dedicado à zona sul, evidencia como principal marca o reassentamento de famílias que viviam em áreas alagadiças e de risco e realizaram o sonho da casa própria, vivendo em moradias seguras, com a entrega dos residenciais Rodrigo Otávio e Maués, que acolheram moradores das comunidades da Sharp e Manaus 2000. Na zona sul reúne, também, um conjunto de obras em saneamento básico, mobilidade urbana e intervenções nos igarapés do Quarenta e Mestre Chico, além da implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Educandos, a maior da região Norte em capacidade, consolidando uma nova realidade urbana marcada por infraestrutura e mais qualidade de vida. Marcellus Campêlo tem recebido diversos reconhecimentos nacionais pela sua gestão em programas habitacionais e de urbanismo no Amazonas.

Nova regra
A publicação da Portaria Interministerial MDIC-MCTI nº 167/2026 marca um novo capítulo para a economia do Amazonas ao estabelecer o Processo Produtivo Básico (PPB) para derivados de petróleo na ZFM. A medida, que regulamenta o refino local de produtos como gasolina e diesel, é apontada como o caminho para reduzir os custos dos combustíveis na capital amazonense

Vereadores de Silves
Quatro vereadores de Silves sofreram um acidente ontem (19), após o carro em que estavam capotar na AM-010, no trecho de Rio Preto da Eva. O grupo seguia para Manaus quando, durante a forte chuva, o veículo perdeu o controle e saiu da pista, atingiindo um muro às margens da rodovia e capotou. Todos os ocupantes ficaram feridos e foram socorridos para o hospital de Rio Preto da Eva.

Decisão eleitoral
Os partidos PSB e AGIR ingressaram com embargos de declaração na Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) que apura fraude à cota de gênero nas eleições de 2024 em Eirunepé. Com o julgamento, foram mantidos nos cargos os vereadores Maylson Araújo, Raí Publicidade, Jocivande Coelho, Cipriano Marinho e Francisco Aragão.

ExpoPIM 4.0
Consolidando-se como um dos principais eventos voltados à inovação, tecnologia e desenvolvimento industrial na região Norte, a ExpoPIM 4.0 teve seu lançamento oficial anunciado nesta quinta-feira no Centro de Convenções Vasco Vasques reunindo autoridades políticas, instituições e empresários.

Recurso ambiental
O Ministério Público Federal (MPF) recorreu ao TRF1, em Brasília, para manter no Pará a ação que contesta a exploração de petróleo na Foz do Amazonas. O órgão também pediu, com urgência, a suspensão ou anulação da licença concedida pelo Ibama à Petrobras. O MPF argumenta no recurso que a transferência do processo para o Amapá é juridicamente inviável.

Projeto de Lei
Diante do crescimento dos espaços de jogos eletrônicos e ambientes digitais, a deputada estadual Alessandra Campelo apresentou um projeto de lei para garantir mais proteção à saúde e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes no Amazonas. A iniciativa busca prevenir problemas cada vez mais comuns associados ao uso excessivo de telas.

Denúncia
Em mais uma forma de combater a prática de cartel de combustíveis no Amazonas, o vereador Rodrigo Guedes protocolou ontem (18), um ofício à Refinaria da Amazônia, para que a unidade realize o refinamento de petróleo de Urucu, transformando-o em gasolina, óleo diesel e outros combustíveis, e deixe de importar petróleo de outros países.

emtempo
O jornal que você lê!

JORNAL AMAZONAS EM TEMPO

Endereço: Dr Dalmir Camara - 623 - São Jorge

FALE CONOSCO
Comercial
(092) 98859-0110

Portal Em Tempo
ACESSE O QR CODE

Aplausos

DIVULGAÇÃO/ IDAM

Para o jaraqui, peixe típico dos rios amazônicos, que foi oficialmente reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Amazonas pela Aleam. A decisão, aprovada na quarta-feira (18), tem o objetivo de preservar e valorizar a importância gastronômica do peixe para os amazonenses. O reconhecimento também leva em conta o seu valor simbólico, marcado por expressões populares como o "quem come jaraqui não sai mais daqui". O projeto de lei é de autoria do deputado Rozenha (PSD) e busca preservar a tradição, além de incentivar políticas públicas voltadas à pesca sustentável e à valorização da culinária regiona

Vaias

DIVULGAÇÃO/PC

Para um adolescente de 15 anos, que foi apreendido pela Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), na quarta-feira (18), suspeito de envolvimento no planejamento de um ataque escolar em uma unidade de ensino no estado de Minas Gerais. De acordo com o delegado Luiz Rocha, a diligência foi realizada no bairro Zumbi dos Palmares, zona leste, a partir das informações repassadas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) para Manaus. "Ele é conhecido de uma outra adolescente de Minas Gerais e os dois estão envolvidos nesse planejamento. As ameaças foram feitas por meio de um perfil de uma rede social do adolescente que, ainda, emprestou seu e-mail para a criação da conta usada pela adolescente", disse. Os policiais realizaram buscas na casa dele.

Editorial

Petróleo amazônico

A disputa sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas vai além de um conflito jurídico e revela falhas na condução de decisões ambientais no país. O recurso do Ministério Público Federal (MPF) para manter a ação no Pará não é apenas uma questão técnica, mas uma tentativa de garantir que o caso seja analisado mais próximo das áreas afetadas. A transferência para o Amapá, onde processo semelhante já foi encerrado, pode limitar a discussão de pontos ainda não avaliados, enfraquecendo o debate sobre impactos relevantes.

O problema central está nas inconsistências apontadas no licenciamento. O MPF cita falhas no Estudo de Impacto Ambiental, omissões sobre efeitos climáticos e riscos às comunidades tradicionais. O recente vazamento de fluido tóxico no Poço Morpho reforça a preocupação. O episódio, somado à identificação de negligência e à liberação de atividades sem fiscalização completa, levanta dúvidas sobre a capacidade de controle e prevenção de danos em uma região sensível.

Ignorar esses sinais é assumir riscos ambientais e sociais significativos. A Foz do Amazonas abriga ecossistemas únicos e populações que dependem diretamente desses recursos. A falta de comunicação com povos indígenas agrava o cenário e fere direitos básicos. Mais do que definir a tramitação do processo, é essencial garantir uma análise rigorosa e transparente, que equilibre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e respeito às comunidades locais.

Marcellus Campêlo

é engenheiro civil, especialista em Saneamento Básico e em Governança e Inovação Pública; exerce, atualmente, os cargos de secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – Sedurb e da Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE

Guerra no Irã: os efeitos globais e os reflexos para o Amazonas

A escalada da guerra no Irã reposiciona o mundo diante de um velho conhecido da economia global: o choque do petróleo. Em um cenário de tensão no Oriente Médio — região responsável por parcela significativa da produção mundial — o conflito já provoca impactos imediatos, com efeitos em cadeia sobre inflação, juros e crescimento econômico.

Desde o início do conflito, a reação do mercado internacional foi imediata. O barril de petróleo chegou a subir mais de 8% em poucos dias, ultrapassando a faixa de US$ 80 e, em alguns momentos, se aproximando ou superando os US$ 100.

Esse movimento está diretamente ligado ao risco de interrupção da oferta global, especialmente devido às tensões no Estreito de Ormuz — rota estratégica por onde passa cerca de 20% do petróleo mundial.

Além disso, ataques a infraestruturas energéticas e ameaças à navegação elevam o risco de uma escassez global, considerada por analistas como uma das maiores disrupções já vistas no mercado de petróleo.

O aumento do petróleo rapidamente se traduz em inflação. Isso acontece porque a energia está na base de praticamente toda a cadeia produtiva: transporte, indústria, alimentos e serviços.

No Brasil, o impacto já começou a aparecer, levando o governo a elevar a projeção de inflação para 2026, em função da alta do petróleo. No pior cenário, a inflação deverá ficar acima de 4%.

E o efeito não para por aí. Combustíveis mais caros elevam o custo do transporte. Fretes mais caros pressionam alimentos e produtos básicos. Inflação mais alta dificulta a queda dos juros. Juros elevados reduzem investimentos e consumo. Ou seja, um conflito geopolítico distante se transforma rapidamente em aumento do custo de vida dentro do Brasil.

O impacto da guerra não é uniforme. Alguns setores podem se beneficiar, enquanto outros sofrem perdas relevantes. Por um lado, o Brasil, como exportador de petróleo, pode aumentar sua arrecadação e receitas. Há estimativas de ganhos adicionais bilionários para o país com o petróleo mais caro.

Por outro lado, o setor produtivo e a população sentem os efeitos negativos, em aumento dos combustíveis, elevação dos custos logísticos, pressão inflacionária e risco de juros mais altos. Na prática, o ganho fiscal tende a ser compensado por perdas na atividade econômica e no poder de compra da população.

No caso do Amazonas, os impactos são ainda mais sensíveis, por características estruturais da economia local. A Zona Franca de Manaus, principal motor econômico do estado, depende fortemente de insumos industriais transportados de outras regiões ou do exterior. A logística é baseada em transporte fluvial, aéreo e rodoviário. As cadeias produtivas são integradas ao mercado nacional.

Com o aumento do combustível, há um efeito direto no encarecimento do transporte de insumos, aumento do custo de produção industrial e consequente perda de competitividade frente a outros polos. Além disso, a elevação dos juros pode reduzir o consumo nacional, afetando a demanda por produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus.

O Amazonas, pela sua localização geográfica, já enfrenta custos logísticos elevados. Com o petróleo mais caro, essa condição se intensifica: alimentos e produtos básicos chegam mais caros, energia e transporte pressionam o orçamento das famílias, inflação regional tende a ser mais sentida.

Há um efeito ambíguo sobre as contas públicas do estado. Ao mesmo tempo que pode provocar aumento de arrecadação indireta via combustíveis e maior circulação de recursos no setor energético, há também os riscos de desaceleração econômica, reduzindo consumo e ICMS, queda na atividade industrial afetando receitas da Zona Franca, aumento de despesas públicas com subsídios e políticas sociais. Ou seja, o impacto final depende da duração e intensidade do conflito.

Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago Vasconcelos

"Por que tanto medo, [Davi] Alcolumbre?"

Marcel van Hattem (Novo-RS), sobre o presidente do Congresso não abrir a CPMI do Master

Ascensão de Flávio Bolsonaro nas pesquisas desanima Lula e pressiona PSD

Ao menos para Lula (PT) não surpreendeu a nova pesquisa Quaest apontando empate com Flávio Bolsonaro (PL) na disputa presidencial, cada um com 41%. O desânimo se estabeleceu no terceiro andar do Planalto, onde fica seu gabinete, já na terça (10), com o tracking diário colocando o filho do ex-presidente à sua frente. A ascensão de Flávio também forçou Gilberto Kassab, presidente do PSD, a apressar a definição do candidato do partido. Ele queria "cozinhar" isso até abril.

Haddad no banco

O desânimo confirma informações, entre banqueiros da Faria Lima pró-Lula, de que o presidente cederá sua candidatura a Fernando Haddad.

Posição destacada

O mais recente levantamento do Paraná Pesquisas aponta Haddad como o petista mais bem posicionado entre os que poderão substituir Lula.

Sem herdeiro político

Lula não quer passar a vergonha de encerrar a carreira derrotado pelo filho do maior inimigo. Sem ter um filho que possa chamar de herdeiro político.

Ratinho favorito

Entre as opções do PSD, a escolha mais provável de Kassab é o governador do Paraná, Ratinho Jr., que tem mais tempo de "janela".

Ideias de cidadãos mofam nas gavetas do Senado

Já são 77 as ideias legislativas apresentadas por cidadãos no site e-Cidadania, do Senado, que atingiram o requisito mínimo de 20 mil assinaturas para virar projeto de lei, mas até agora não foram analisadas pela Comissão de Direitos Humanos, como manda a lei. Sugestões como "Fixar novas regras tributárias em relação a compras feitas em e-commerce internacional" mofam na gaveta, sem análise dos senadores.

Por que parou?

A fixação de novas regras para compras no e-commerce internacional, por exemplo, está há quase dois anos e meio esperando análise.

Parou por quê?

Outras sugestões, como o fim de cursos de ensino a distância na área de Saúde, estão paradas na gave do Senado desde 2018.

Enrolation

A ideia de reduzir o número de deputados federais de 513 para 250 atingiu 20 mil assinaturas em 2021. Teve cinco relatores, mas não andou.

Melhor via?

Gilberto Kassab se esforça para evitar que a polarização esmague a "melhor via", como ele prefere chamar a "terceira via" que o PSD pretende representar nas eleições presidenciais deste ano.

Meio cheio

Com três candidatos de baixa competitividade, o PSD defende o discurso da "menor rejeição", para evitar saia justa ou jogar a toalha. Terá candidatura própria no 1º turno e valorizará o apoio do PSD no 2º turno.

Tendência

A pesquisa Quaest de agosto do ano passado apontava o presidente Lula (PT) 16 pontos à frente do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A diferença caiu para 10 pontos em dezembro e foi a zero este mês.

Linhas cruzadas

O crescimento em flecha da candidatura de Flávio Bolsonaro, reduzindo a zero, em pouco mais de dois meses, uma diferença de dez pontos, sugere que em abril ele já pode estar à frente do petista.

Acusou o golpe

Lula acusou o golpe, cancelando sua presença na posse de José Antonio Kast, aborrecido com o convite do novo presidente do Chile a Flávio Bolsonaro (PL-RJ). É o petista reconhecendo que o senador o ameaça.

Homem de visão

O ministro aposentado Luis Roberto Barroso caiu fora do STF a tempo. Anos atrás seria candidatíssimo ao prêmio de "Homem de Visão do Ano", que era conferido pela falecida revista mensal Visão, de Henry Maksoud.

Ladeira abaixo

Até entre beneficiários do Bolsa Família a aprovação de Lula derreteu. Passou de 65% (nov/25) para 57% (mar/25). Entre os que não recebem é ainda pior. A reprovação bate nos 55%, registra a Genial/Quaest.

Amiga de Lulinha

A CPMI do INSS vota hoje (12) convocação de Roberta Luchsinger, apontada como parte do núcleo político do esquema do Careca do INSS. Ela dava carteiradas por aí com o nome de Lulinha, filho do presidente.

Pensando bem...

...indecisos não estão apenas nas pesquisas, estão também no Planalto.

Poder sem Pudor

Apelo no avião

O saudoso Olavo Drummond, que foi ministro do TCU, era diretor da Vasp quando, em um voo, descobriu que o banqueiro Olavo Setúbal estava na classe econômica. Convidou-o a se transferir para a primeira classe. – Paguei pela classe econômica – declinou Setúbal – e estou bem por aqui. – Você tem que ir – apelou Drummond – Se o avião cair, todo mundo vai pensar que o Olavo que morreu na primeira classe era você e não eu...

Omar Aziz propõe plano para expandir economia

Pré-candidato defende fortalecimento do setor primário no Estado

Priscila Caldas

O senador e pré-candidato ao governo do Amazonas, Omar Aziz (PSD), projeta a construção de um plano de governo voltado à expansão das principais atividades econômicas do estado.

O programa, que deve orientar a campanha eleitoral, inclui diversos segmentos e prioriza o desenvolvimento da produção rural com base na vocação agrícola e agropecuária de cada região.

Aziz apresentou as diretrizes durante entrevista a um programa de rádio de Manaus, ontem (19).

De acordo com o senador, a equipe já compila propostas e metas em um programa de Estado. O documento estabelece ações para o setor primário, segurança, saúde, educação e assistência social.

No entanto, Aziz afirmou que dará atenção especial ao setor primário.

Além disso, o objetivo é explorar os potenciais naturais de cada localidade, agregando valor à produção regional e ampliando a geração de renda no interior.

"Estamos conversando com os secretários no interior. Lancei o plano da economia do nosso estado. Precisamos fazer o zoneamento econômico ecológico do estado, imediatamente, para que possamos ver a vocação de cada região. Precisamos agregar valor. Assim, o produtor ganhará mais", disse.

Produção regional

Aziz destacou a região do Alto Solimões, que inclui municípios como Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, além de Alvarães, no Médio Solimões, como áreas com potencial para a produção de peixes.

Segundo ele, a atividade pode ser ampliada com estratégias de valorização e processamento da produção. "Tem uma reserva de produção de peixes muito grande e precisamos agregar valor, assim, o produtor vai ganhar mais", afirmou.

REPRODUÇÃO

Omar Aziz tem diferentes propostas para o setor

Pesquisa

Pesquisa divulgada ontem aponta Omar Aziz na liderança para o governo do Amazonas em diferentes cenários.

Conforme o estudo do Real Time Big Data, o pré-candidato aparece com médias entre 37% e 39% para as eleições deste ano.

PRAZO

CMM aprova reajuste para agentes de saúde

DIVULGAÇÃO

Vereadores também analisaram e aprovaram outras propostas

A Câmara Municipal de Manaus (CMM) aprovou e enviou para a sanção do prefeito David Almeida (Avante), o Projeto de Lei que concede reajuste salarial aos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa). A aprovação ocorreu durante Sessão Plenária realizada no Plenário Adriano Jorge.

Com a aprovação, os profissionais com jornada de quarenta horas semanais, submetidos ao regime estatutário, passarão a receber R$ 3.242,00, equivalente a dois salários mínimos, conforme as alterações introduzidas pelo Decreto nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025.

"Já foi enviado para o prefeito para que seja feita a sanção ainda nesta semana, fazendo uma correção e uma valorização desses profissionais de saúde. Importante deixar claro também que esse aumento é a partir de janeiro de 2026, reconhecendo o trabalho digno e de muita dedicação com a saúde do município", relata o vereador Eduardo Alfaia (Avante), líder do prefeito na CMM.

Os vereadores também aprovaram os pareceres favoráveis da 2ª, 3ª, 7ª e 22ª comissões ao Projeto de Lei do Executivo Municipal que acrescenta, na Lei nº 2.928, de 7 de julho de 2022, os requisitos e atribuições do cargo de Técnico Municipal/Guarda Municipal. "O que estamos fazendo é a busca da segurança jurídica, do princípio da legalidade e da transparência. Fazer uma pequena alteração no anexo 9º da lei, atualizando ainda mais a Guarda Municipal", afirma o vereador Gilmar Nascimento (Avante).

Outras propostas foram encaminhadas para a sanção do chefe do Executivo. Entre elas, está a proposta do vereador Everton Assis (União Brasil), que propõe o acesso prioritário ao tratamento clínico e cirúrgico para mulheres diagnosticadas com endometriose.

JAIR BOLSONARO

Perícia médica pode definir prisão domiciliar

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a análise do pedido de prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro só ocorrerá após a realização de uma perícia médica oficial.

A medida será executada assim que o ex-chefe do Executivo receber alta do hospital em Brasília, onde está internado há cerca de uma semana para tratar uma broncopneumonia. Embora apresente melhora clínica, Bolsonaro ainda não possui previsão de alta hospitalar.

A defesa de Bolsonaro pleiteia a transferência para o regime domiciliar desde o fim do ano passado. No entanto, Moraes já rejeitou ao menos quatro pedidos semelhantes nos últimos meses, fundamentado em laudos que indicam que o atendimento médico no 19º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha, no Complexo da Papuda, é "suficiente e eficaz".

Pena

Bolsonaro cumpre, desde janeiro, uma pena de 27 anos e três meses de prisão por liderar a trama golpista, que atentou contra o Estado Democrático de Direito.

O histórico de medidas cautelares do ex-presidente inclui, no dia 4 de agosto de 2025, prisão domiciliar após descumprimento de medidas cautelares e, em 22 de novembro, prisão preventiva determinada pela Polícia Federal (PF) por violação da tornozeleira eletrônica, resultando em transferência para a Superintendência da PF em Brasília.

DIVULGAÇÃO

Determinação sobre situação de Bolsonaro é de Alexandre de Moraes

Campanha de vacinação contra gripe influenza

Imunização é realizada por meio do Centro Médico da Casa e garante mais proteção

MATHEUS RODRIGUES/ALEAM

Vacinação é importante nesse período de chuva e calor

Com foco no bem-estar, na qualidade de vida e na prevenção de doenças, a Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), por meio de sua Diretoria de Saúde, vai realizar, no próximo dia 24, uma campanha de vacinação contra a gripe influenza. A imunização para servidores efetivos e demais pessoas da Aleam será das 8h às 14h, no auditório Belarmino Lins.

O presidente da Aleam, deputado Roberto Cidade (União Brasil), afirmou que cuidar da saúde dos servidores é uma prioridade da Assembleia Legislativa.

"Essa ação de imunização, realizada por meio do Centro Médico da Casa, é uma forma de garantir mais proteção, bem-estar e qualidade de vida para todos que contribuem diariamente com o funcionamento do Parlamento. Ao facilitar o acesso às vacinas, reforçamos a importância da prevenção e do cuidado coletivo, assegurando um ambiente de trabalho mais seguro para todos", afirmou.

O diretor de Saúde da Aleam, médico Arnoldo Andrade, ressalta que a vacina foi uma grande evolução da medicina para prevenir doenças infectocontagiosas, entre elas as que atingem os pulmões.

"O estado gripal, que é uma agressão pulmonar, acomete principalmente as pessoas mais fragilizadas e idosas. Para isso, precisamos estimular o sistema imunológico para fazer a defesa contra esse agente invasor, e a vacina faz exatamente isso. Ela estimula o sistema imunológico para nos defender", enfatizou.

Importância

O médico destacou ainda a importância da vacinação, principalmente neste período de transição entre chuva e calor, que favorece a presença de vários vírus causadores de síndromes gripais.

"Temos a gripe causada pelo influenza, pelo H1N1 e também pela Covid-19. São vários vírus atacando o nosso organismo e, se atingirem uma pessoa com baixa imunidade, ela pode evoluir rapidamente para um quadro gripal mais grave, como pneumonia, por exemplo. Para idosos e pessoas que possuem doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, essa pneumonia é extremamente grave, podendo evoluir para óbito. Por isso, precisamos fazer a prevenção ainda na fase inicial ou até mesmo antes do surgimento do problema de saúde", alertou.

Demanda

Arnoldo Andrade confirmou que a vacina chega neste momento e que a vacinação é realizada todos os anos na Aleam. Ele disse que a rede pública está disponibilizando as doses e que a estrutura está sendo preparada para atender os funcionários.

"A vacina é pública e queremos disponibilizar doses suficientes para todos os nossos servidores efetivos. Caso haja disponibilidade, pessoas de fora também poderão se vacinar, desde que apresentem o cartão de vacinação. Essas vacinas serão distribuídas em todas as Unidades Básicas de Saúde. Quem estiver perto de casa pode se vacinar lá; quem estiver no trabalho pode aproveitar para se vacinar aqui com a gente, na Aleam", concluiu.

Farid Mendonça Júnior

Advogado, economista, administrador e Assessor Parlamentar no Senado Federal

Quantas guerras a mais serão necessárias para o Brasil se convencer da necessidade de ser autossuficiente em refinarias?

A história recente demonstra que a energia é um dos principais vetores de poder no mundo contemporâneo. Em cada conflito internacional relevante, o petróleo emerge não apenas como recurso estratégico, mas como instrumento de pressão econômica e geopolítica. Diante desse cenário, a pergunta que se impõe ao Brasil é direta e incômoda: quantas crises globais ainda serão necessárias para que o país compreenda a urgência de alcançar a autossuficiência não apenas na produção de petróleo, mas, sobretudo, em sua capacidade de refino?

O Brasil percorreu um longo caminho desde a campanha "O petróleo é nosso", que culminou na criação da Petrobras em 1953. Durante décadas, a estatal foi símbolo de soberania nacional, estruturando uma cadeia produtiva robusta que permitiu ao país reduzir sua dependência externa. No entanto, a autossuficiência sempre foi entendida de forma incompleta, frequentemente restrita à produção de óleo bruto, e não à capacidade industrial de transformá-lo em derivados essenciais.

As crises do petróleo da década de 1970, especialmente após a Crise do Petróleo de 1973, escancararam a vulnerabilidade energética brasileira. À época, o país era fortemente dependente de importações e sofreu impactos severos na balança comercial e na inflação. Em resposta, o governo militar adotou uma estratégia de expansão da infraestrutura energética, investindo tanto em exploração quanto em refino, além de alternativas como o Proálcool.

Durante o regime militar, houve, de fato, um esforço consistente de construção de refinarias e ampliação da capacidade instalada. Projetos estruturantes foram implementados com a visão de reduzir a exposição externa. Contudo, mesmo naquele período, o crescimento da demanda interna frequentemente superava a expansão da capacidade de refino, revelando uma lacuna estrutural que persiste até hoje.

Com a descoberta do pré-sal no início do século XXI, o Brasil atingiu um marco histórico: tornou-se autossuficiente na produção de petróleo. Esse avanço consolidou o país como um dos grandes produtores globais. Entretanto, esse feito trouxe à tona uma contradição evidente: embora produza petróleo em abundância, o Brasil ainda depende da importação de derivados, como diesel, gasolina e querosene de aviação.

Essa dependência decorre da insuficiência e da inadequação do parque de refino nacional. Muitas refinarias brasileiras foram projetadas para processar petróleos mais leves, enquanto grande parte do óleo produzido no país, especialmente no pré-sal, exige unidades mais complexas de refino. A falta de investimentos contínuos em modernização e expansão agravou esse descompasso técnico e produtivo.

As tentativas de expansão da capacidade de refino ao longo das últimas décadas foram marcadas por descontinuidades, atrasos e resultados aquém do esperado. Grandes projetos estruturantes enfrentaram problemas de execução, custos muito superiores aos inicialmente previstos e envolvimento em escândalos de corrupção, o que comprometeu sua viabilidade e retardou a ampliação da infraestrutura nacional. Como consequência, consolidou-se a permanência da dependência externa em um setor estratégico para a economia brasileira.

Em um cenário global cada vez mais instável, com conflitos no Oriente Médio, tensões entre grandes potências e guerras que afetam cadeias logísticas, a dependência de importação de derivados se torna um risco econômico e estratégico. Oscilações nos preços internacionais impactam diretamente a inflação doméstica, o custo do transporte e, consequentemente, toda a economia brasileira.

A contradição brasileira é, portanto, evidente: exporta petróleo bruto e importa produtos com maior valor agregado. Isso implica perda de competitividade, geração de empregos no exterior e vulnerabilidade a choques externos. Trata-se de uma falha clássica de política industrial, em que o país abdica de capturar etapas mais sofisticadas da cadeia produtiva.

A autossuficiência em refino não é apenas uma questão econômica, mas também de soberania nacional. Um país com as dimensões territoriais, a população e a relevância geopolítica do Brasil não pode permanecer dependente de outros para abastecer sua própria frota de caminhões, aviões e indústrias. A segurança energética deve ser tratada como política de Estado, e não como agenda conjuntural.

Diante disso, a resposta à pergunta inicial parece inevitável: nenhuma guerra adicional deveria ser necessária. O Brasil já vivenciou crises suficientes para compreender sua vulnerabilidade. Falta, agora, transformar esse aprendizado histórico em ação concreta, por meio de investimentos consistentes em refinarias, modernização tecnológica e planejamento de longo prazo, garantindo que a riqueza do petróleo se traduza, de fato, em autonomia e desenvolvimento nacional.

PROJETO

Proteção para crianças nos ambientes digitais

Diante do crescimento dos espaços de jogos eletrônicos e ambientes digitais, a deputada estadual Alessandra Campelo (Podemos) apresentou um Projeto de Lei para garantir mais proteção à saúde e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes no Amazonas.

A proposta estabelece regras para ambientes como arenas gamer, espaços de realidade virtual, lan houses e brinquedotecas digitais, com foco no uso equilibrado da tecnologia.

Segundo a deputada, a iniciativa busca prevenir problemas cada vez mais comuns associados ao uso excessivo de telas, como fadiga visual, sedentarismo e impactos no desenvolvimento emocional e social.

"A tecnologia faz parte da vida das nossas crianças, mas precisa ser usada com equilíbrio e responsabilidade. Nosso papel é garantir que esses ambientes sejam seguros e saudáveis", destaca Alessandra Campelo.

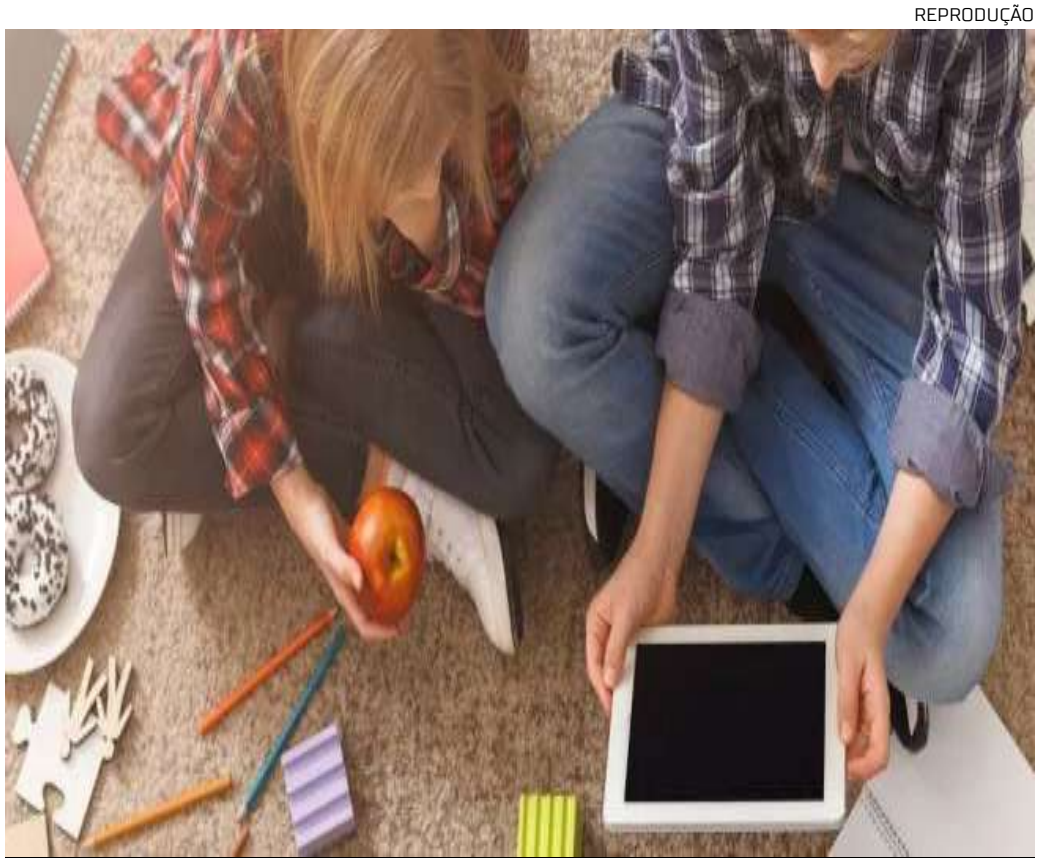
Impacto real

O projeto prevê a adoção de medidas informativas e preventivas nos estabelecimentos, como: orientação sobre pausas durante o uso; avisos sobre riscos do excesso de telas; incentivo à supervisão dos pais; e estímulo à alternância com atividades físicas.

Além disso, a proposta estabelece cuidados com ergonomia e saúde visual, como iluminação adequada, mobiliário apropriado e posicionamento correto dos equipamentos. Um dos pontos centrais do projeto é garantir equilíbrio sem restringir o acesso à tecnologia.

A proposta não interfere no conteúdo digital nem na autonomia das famílias, focando apenas na organização dos espaços físicos e na conscientização dos usuários. "A ideia não é proibir, mas orientar. Precisamos preparar nossas crianças para o mundo digital", disse a deputada.

REPRODUÇÃO



Proposta estabelece regras para ambientes como arenas gamer, espaços de realidade virtual e outros

emtempo redacao@emtempo.com.br | Alyne Araújo

Combustível mais em conta com nova regra

Eduardo Braga destacou que benefício é resultado das novas diretrizes de impostos.

A publicação da Portaria Interministerial MDIC-MCTI nº 167/2026, ontem (19) marca um novo capítulo para a economia do Amazonas ao estabelecer o Processo Produtivo Básico (PPB) para derivados de petróleo na Zona Franca de Manaus (ZFM). A medida, que regulamenta o refino local de produtos como gasolina e diesel, é apontada como o caminho para reduzir os custos dos combustíveis na capital amazonense.

Eduardo Braga, líder do MDB no Senado, celebrou a decisão, destacando que o benefício é um fruto direto das novas diretrizes nacionais de impostos.

"Essa conquista só foi possível graças à reforma tributária. Foi na reforma tributária que nós garantimos que o refino do petróleo na Zona Franca de Manaus teria benefício fiscal. Isso vai possibilitar com que o preço da gasolina e do diesel baixem na cidade de Manaus", disse o senador do Amazonas.

A nova norma é considerada uma base jurídica que põe fim a anos de indefinição no setor, oferecendo a segurança necessária para novos investimentos. Ao fornecer diretrizes transparentes para a utilização dos benefícios da ZFM, o governo contempla uma reivindicação antiga das indústrias de refino.

A portaria define regras rigorosas para que as refinarias instaladas na ZFM façam jus aos incentivos fiscais. O PPB abrange produtos essenciais, incluindo gás liquefeito de petróleo (GLP), nafta, gasolina, querosene (incluindo o de aviação), óleo diesel, óleo combustível e cimento asfáltico.

Para serem considerados industrializados na região, os derivados devem passar por seis etapas obrigatórias realizadas localmente.

A primeira está relacionada à filtração e decantação do petróleo bruto.

Em seguida, a parece a destilação fracionada atmosférica.

A partir daí, acontece a destilação a vácuo (quando aplicável).

Na sequência, há o craqueamento ou outros processos de conversão;.

Depois é são realizadas a mistura, aditivação e filtragem.

DIVULGAÇÃO

Para Braga, conquista aconteceu com a reforma tributária

Ao fim, é feito o armazenamento.

Mercado

O rigor da norma visa garantir que o benefício fiscal permaneça exclusivamente no mercado interno da Zona Franca de Manaus. Caso as etapas do PPB sejam descumpridas ou se o produto final for enviado para outras regiões do país, seja de forma direta ou por terceiros, as consequências financeiras são imediatas.

O descumprimento ou a saída do produto da ZFM implica o recolhimento integral de todos os tributos que haviam sido suspensos ou isentos. Isso inclui não apenas os impostos da fase final, mas também aqueles desonerados em operações anteriores da cadeia produtiva.

A responsabilidade por esse pagamento recai sobre o agente responsável pela internação do produto fora da área incentivada.

Além disso, a capacidade de produção deve respeitar os limites autorizados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e os projetos aprovados pela Suframa.

Embora a fiscalização da destinação final dos produtos não seja de competência da Suframa, o controle tributário rigoroso assegura que a renúncia fiscal cumpra seu papel social de baratear o consumo para a população local.

IDOSOS

Palestra com orientações sobre internet segura

GEORGIA VARELA/FDT

Foram apresentadas soluções práticas para o uso de ferramentas digitais

A Prefeitura de Manaus, por meio da Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas (FDT), realizou a palestra "Internet Segura: 60+ Conectados e Protegidos", que marcou também o lançamento do Manual de Prevenção contra Golpes Digitais. O evento ocorreu no auditório do Parque Municipal do Idoso (PMI), localizado no bairro Nossa Senhora das Graças, zona Centro-Sul da capital.

A ação integra o programa Conecta Manaus 60+, que tem como objetivo promover a inclusão digital da população idosa, ampliando o acesso à tecnologia, à informação e aos serviços digitais.

A palestra foi ministrada pelo defensor público do Estado do Amazonas, Marcelo Pinheiro, que apresentou orientações práticas sobre o uso de ferramentas digitais, incluindo pagamentos online, Pix e medidas de prevenção contra fraudes virtuais.

Os participantes esclareceram dúvidas e aprender estratégias para evitar golpes digitais, cada vez mais frequentes, especialmente entre pessoas idosas. A atividade reforçou a importância do acesso à informação como instrumento de proteção e autonomia.

O diretor-presidente da fundação, Eduardo Lucas, destacou o compromisso da gestão municipal com a inclusão digital. "A gestão do prefeito David Almeida tem um olhar atento aos idosos, buscando desenvolver programas que atendam as demandas desse público", disse.

INDÚSTRIA

ExpoPIM reúne estandes com inovação tecnológica

Contando com mais de 115 estandes, começou, em Manaus, a ExpoPIM 4.0 – A Nova Indústria do Brasil, promovida pela Suframa em parceria com o Instituto Somar Amazônia. Realizada no Centro de Convenções Vasco Vasques, zona Centro-Sul de Manaus, a feira segue até hoje (20).

Nos estandes, dezenas de expositores apresentam uma variedade de soluções tecnológicas, produtos e serviços alinhados às transformações da indústria moderna, com destaque para digitalização, automação, inteligência artificial e sustentabilidade. Além disso, a ExpoPIM 4.0 oferece praça de alimentação, espaço kids e ações voltadas à interação do público.

A Suframa participa da feira com um estande institucional, no qual técnicos de diferentes áreas orientam visitantes sobre cadastro de empresas, análise de projetos, investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e ações ligadas ao setor agropecuário.

"A feira é fundamental para aproximar o Polo Industrial de Manaus (PIM) da população em geral, oferecendo uma imersão gratuita e a oportunidade de ver o que há de melhor na produção da indústria local, bem como o que há de mais avançado que está sendo desenvolvido nos nossos institutos de ciência e tecnologia", resume o superintendente da Suframa, Bosco Saraiva.

DIVULGAÇÃO

Evento acontece até esta sexta-feira (20)

emtempo diaadia@emtempo.com.br | André Moreira

Saúde de ribeirinhos em risco com peixes contaminados

Consumo frequente pode expor pessoas a substâncias tóxicas e agravar problemas de saúde

Para milhões de ribeirinhos da Amazônia, o peixe é a base da alimentação diária. Um estudo da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) traz um alerta para essa população: todas as espécies investigadas apresentam riscos à saúde por causa da presença de metais tóxicos, especialmente mercúrio e arsênio.

Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) coletaram amostras em áreas de pesca nos municípios de Faro, Juruti, Santarém, Porto Trombetas e Itaituba, no oeste do Pará. Eles examinaram se seis espécies amplamente consumidas (acari, aracu, piranha, pirarucu, caparari e tucunaré) possuíam arsênio, cádmio, mercúrio e chumbo.

Diferentemente de estudos anteriores, os pesquisadores acompanharam pescadores até os locais de captura para garantir a rastreabilidade das amostras.

Os resultados indicam que parte dos peixes, especialmente espécies carnívoras, apresentou níveis de mercúrio acima dos limites legais. Os cálculos de risco consideram os padrões locais de consumo de peixe. O risco à saúde foi considerado alto em todas as espécies e em todas as cidades. Em alguns casos, havia mercúrio em quantidade quase 30 vezes acima do limite de tolerância.

O estudo também aponta que 25% das amostras apresentam risco considerável de câncer, principalmente devido à presença de arsênio e cádmio. O acari, peixe bastante consumido na região, foi um dos destaques nesse quesito.

O mercúrio pode afetar o sistema nervoso, provocar danos renais, problemas respiratórios, abortos e prejudicar o desenvolvimento infantil. Contaminantes como o arsênio e o cadmio estão associados a um maior risco de câncer.

Os pesquisadores identificaram ainda uma coincidência que reforça o alerta. Dados da Secretaria de Saúde do Pará mostram aumento nos casos de câncer de pele entre 2022 e 2024 no Baixo Amazonas, especialmente em Santarém e Juruti — localidades onde o estudo encontrou maior risco associado ao arsênio. A pesquisa ressalta que a correlação observada exige investigação mais aprofundada.

NAYARA JINKNSS/GREENPEACE

Especialistas alertam para riscos associados à alimentação baseada em peixes contaminados

Origem da contaminação

O estudo relaciona a presença dos metais tóxicos a múltiplas pressões ambientais na região. Entre elas estão o garimpo ilegal de ouro (que utiliza mercúrio), a mineração de bauxita (que produz resíduos conhecidos como "lama vermelha"), o desmatamento e a expansão da soja.

Essas atividades contribuem para a erosão do solo e liberam metais naturalmente presentes na terra para os rios. Esses contaminantes se acumulam ao longo da cadeia alimentar e atingem concentrações maiores em peixes predadores, como tucunaré e piranha.

Diferentes riscos

Segundo os pesquisadores, o risco é mais significativo para populações ribeirinhas, que consomem peixe diariamente. Para o restante da população brasileira, incluindo turistas, o consumo é considerado seguro dentro dos padrões médios nacionais.

O estudo conclui que proibir o consumo de peixe não é uma solução viável, já que isso agravaria a insegurança alimentar na região. Em vez disso, os autores defendem políticas públicas voltadas ao monitoramento contínuo da qualidade da água e dos alimentos, além de ações de vigilância em saúde.

A pesquisa reforça a necessidade de integrar questões ambientais e de saúde pública na formulação de políticas para a Amazônia, diante do avanço de atividades econômicas que impactam diretamente a qualidade de vida das populações locais.

EXPOPIM 4.0

Hapvida realiza palestra sobre trajetória e modelo de saúde

Executivos da Hapvida participaram da programação da ExpoPIM 4.0, em Manaus, com a palestra "Da expansão à liderança: como a Hapvida se tornou a maior empresa de saúde integrada da América Latina". A apresentação aconteceu na quinta-feira (19), no Centro de Convenções Vasco Vasques, e reuniu empresários, profissionais, estudantes e interessados no modelo de crescimento da companhia.

A palestra foi conduzida por André Rosas, diretor executivo da Hapvida e Luís Fernando Falsetti, Diretor Executivo Comercial de Grandes Contas. Durante o encontro, os representantes compartilharam experiências e estratégias que contribuíram para consolidar a companhia como uma das mais relevantes do setor de saúde suplementar no Brasil.

Investimentos

Entre 2025 e 2026, a Hapvida realizou um investimento de R$ 2 bilhões na ampliação e fortalecimento de sua rede própria em todo o país. Desse total, o Amazonas recebeu R$ 218 milhões, destinados à expansão da estrutura assistencial na região.

DIVULGAÇÃO

Apresentação no Centro de Convenções Vasco Vasques abordou o crescimento da empresa e expansão da rede na região

Os recursos contemplam a implantação do Hospital e Pronto Socorro Nilton Lins, em Manaus, três clínicas e três melhorias em unidades hospitalares já existentes.

Saúde verticalizada

A apresentação abordou os principais marcos da expansão da empresa, com destaque para o modelo de saúde verticalizada, que integra hospitais, clínicas e centros de diagnóstico em uma mesma rede assistencial.

Esse formato garante maior controle de protocolos clínicos, ganho de eficiência operacional e ampliação do acesso da população aos serviços.

Para André Rosas, o objetivo da palestra foi demonstrar como o modelo de gestão contribui para a construção de uma rede sólida e integrada. "Compartilhamos um pouco da trajetória da empresa, os desafios enfrentados ao longo do processo de expansão e como a integração da rede própria foi fundamental para consolidar a Hapvida como referência no setor de saúde", afirma.

Para Luis Falsetti, o encontro também representa uma oportunidade de diálogo com o setor produtivo e com o público interessado em inovação. "A ExpoPIM é um espaço importante para troca de experiências. Apresentamos como o modelo de saúde verticalizada contribui para oferecer mais eficiência, previsibilidade e qualidade no atendimento aos beneficiários", destaca.

AM-010

Veículo com vereadores capota durante chuva

Quatro vereadores de Silves, incluindo o presidente da Câmara Municipal, sofreram um acidente na manhã de ontem (19), após o carro em que estavam capotar no km 106 da rodovia AM-010, no trecho que liga ao município de Rio Preto da Eva.

Segundo a polícia, o grupo seguia para Manaus quando, durante a forte chuva, o veículo oficial da Câmara Municipal de Silves perdeu o controle. O carro saiu da pista, atingiu um muro às margens da rodovia e capotou.

Entre os ocupantes estavam o presidente da Câmara, Nelci Lira (Republicanos), os vereadores Luís Carlos China (PSDB), Marcelo Corrêa (PSD) e José de Oliveira, conhecido como Zé Coió (PSD), além da motorista identificada como Michelle Ramos.

Todos os ocupantes ficaram feridos e foram socorridos para o hospital de Rio Preto da Eva. Eles permanecem internados em observação, com ferimentos pelo corpo.

Em nota, a Câmara Municipal de Silves informou que tomou conhecimento do acidente e agradeceu pelas mensagens de apoio e solidariedade.

DIVULGAÇÃO

Veículo oficial capota com vereadores de Silves

Simone Mendes e Klessinha no lançamento Parintins 2026

Abertura dos portões será às 18h, com início da programação às 21h, com o show de Simone Mendes

DIVULGAÇÃO

Lançamento do Festival de Parintins 2026 terá entrada gratuita, shows e expectativa de 20 mil pessoas

O Bumbódromo terá acesso aberto ao público para o lançamento oficial do 59º Festival de Parintins, que acontece hoje (20). A abertura dos portões será às 18h, com início da programação às 21h, com o primeiro show nacional. O evento é realizado pelo Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

A entrada, sem a necessidade de retirada antecipada de ingressos ou pulseiras, será por ordem de chegada, com formação de filas, para as arquibancadas das galeras e cadeiras especiais/centrais, localizadas nas laterais do Bumbódromo, com acessos pelas ruas Batucada e Marujada.

A programação terá início com a apresentação da cantora Simone Mendes, às 21h. Na sequência, se apresentam os bois Caprichoso e Garantido, em um show completo com todos os itens oficiais, e o encerramento da festa ficará por conta da cantora Klessinha.

A expectativa é reunir cerca de 20 mil pessoas, entre público, artistas e equipes técnicas. Para garantir a organização e a segurança, a estrutura contará com o apoio integrado de órgãos estaduais, incluindo equipes de segurança, saúde e atendimento ao público.

Crianças e adolescentes

A entrada de crianças e adolescentes será realizada mediante credenciamento prévio. O credenciamento será realizado no dia da programação, das 10h às 22h, na Casa da Cultura, entrada pela rua Domingos Prestes, S/N, conjunto Vitória, próximo à entrada da galera do Garantido, no Bumbódromo.

As crianças e adolescentes credenciadas vão receber um crachá e uma pulseira com QR Code, contendo dados pessoais e informações de contato dos pais ou responsáveis, como forma de reforçar a segurança durante o evento.

Pessoas com deficiência

O credenciamento será realizado na sexta-feira, das 10h às 22h, na Casa da Cultura, entrada pela Rua Domingos Prestes, próximo à entrada da galera do Garantido no Bumbódromo.

Espaço para PCDs

O evento contará ainda com área exclusiva para pessoas com deficiência (PcD), localizada em frente aos camarotes. O espaço acessível é coordenado pela Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência (SEPcD), em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, garantindo inclusão, conforto e acessibilidade ao público.

O acesso para os 30 inscritos e seus acompanhantes será pela parte da frente do Bumbódromo e poderão aproveitar o espetáculo em um local com estrutura personalizada, com telas de apoio com intérpretes de Libras, rampas de acesso, hidratação e audiodescrição, além de equipes multiprofissionais dando o suporte e acompanhamento das pessoas durante o evento.

A realização do lançamento do festival reforça o compromisso do Governo do Amazonas com a valorização da cultura popular, a promoção da inclusão social e o fortalecimento de grandes eventos que movimentam a economia local.

Programação

18h – Abertura dos portões
21h – Simone Mendes
22h50 – Boi Caprichoso
00h20 – Boi Garantido
01h50 – Klessinha

ESPANTALHO

Banda amazonense estreia com show acústico inédito

DIVULGAÇÃO

Banda apresenta clássicos da carreira em novos arranjos no espetáculo 'Acústico Espantalho'

A banda amazonense Espantalho realiza hoje (20), às 20h, sua primeira apresentação no palco do Teatro Amazonas. O espetáculo "Acústico Espantalho no Teatro Amazonas" traz um show inédito, no qual clássicos da trajetória da banda ganham novos arranjos em formato acústico, revelando diferentes nuances das composições que marcaram a cena autoral da capital amazonense.

O espetáculo conta com apoio do Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. A apresentação propõe uma noite especial de celebração da música independente produzida na cidade, reunindo memórias, poesia e novas interpretações em um dos palcos mais emblemáticos da cultura brasileira.

Segundo o músico Marcos Castro, integrante da banda, o espetáculo foi pensado para revisitar o repertório do grupo sob uma nova perspectiva musical.

"O show vai ser versões acústicas. Vamos fazer algumas versões diferentes das músicas do repertório da banda, principalmente do primeiro álbum, daquela época de 'Valores da Terra', que o público conhece bastante. Também vamos trazer duas músicas mais recentes, que o público já conhece como singles", explica.

Ingressos

Os ingressos estão disponíveis em três lotes, com valores variados conforme o setor do teatro. Para a plateia, os ingressos estão no terceiro lote, no valor de R$ 90 (R$ 45 meia); frisas estão no segundo lote, no valor de R$ 70 (R$ 35 meia). Ainda no primeiro lote, o primeiro pavimento custa R$ 50 (R$ 25 meia); os segundo e terceiro pavimentos estão no valor de R$ 40 (R$ 20 meia), e podem ser adquiridos pelo site shopingressos.com.br ou na bilheteria do teatro.

O público poderá acessar o teatro 30 minutos antes do início da apresentação para acomodação em seus lugares. A classificação indicativa do espetáculo é de 12 anos.

TEATRO AMAZONAS

Cia Vilaça apresenta 'Mulher Jaguar' e 'O Astrolábio'

A Cia Vilaça realiza, no domingo (22), às 19h, sua primeira apresentação no palco do Teatro Amazonas, no centro de Manaus. O espetáculo "Uma Noite com a Cia Vilaça" marca a estreia da companhia no tradicional espaço cultural e celebra a trajetória construída junto a alunos, bailarinos e ao público que acompanha o grupo. O espetáculo conta com o apoio do Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

A noite contará com a apresentação de duas obras autorais da companhia, "Mulher Jaguar" e "O Astrolábio", criações que retornam ao palco a partir da receptividade do público e da importância que conquistaram ao longo da trajetória do grupo.

Segundo a diretora da companhia, Hanna Vilaça, a estreia no Teatro Amazonas representa um momento significativo para a companhia, que ao longo dos anos desenvolveu seus espetáculos em diferentes espaços culturais da cidade.

"Eu fico com uma gratidão muito grande no coração de anunciar essa oportunidade que a Secretaria de Cultura está dando para a Cia Vilaça de apresentar seus trabalhos pela primeira vez no Teatro Amazonas. Até então, nós realizamos espetáculos em outros palcos também cedidos pela Secretaria, e agora tivemos a honra de passar pelo processo seletivo que abriu espaço para a comunidade artística ocupar esse palco tão importante", afirma.

DIVULGAÇÃO

Apresentação reúne as obras 'Mulher Jaguar' e 'O Astrolábio'

França define jogadores para duelo com Brasil

Kulian Mbappé retorna à Seleção Francesa para amistosos da Data Fifa antes da Copa

Amistoso contra o Brasil marca retorno de Mbappé a Seleção da França

A França anunciou ontem (19) a lista de 26 convocados para os compromissos da Data Fifa de março. Les Bleus enfrentarão o Brasil no dia 26, em Boston, e a Colômbia no dia 29, na região metropolitana de Washington, ambos nos Estados Unidos.

O principal destaque é Kylian Mbappé, que era dúvida por conta de uma recente lesão no joelho, mas foi incluído na convocação pelo técnico Didier Deschamps. O astro está recuperado de lesão no joelho e voltou a atuar na última terça-feira (17), quando entrou no segundo tempo da vitória do Real Madrid sobre o Manchester City, pelo jogo de volta da Champions League.

Antes disso, a última partida do atacante havia sido em 21 de fevereiro, na derrota por 2 a 1 para o Osasuna, válida pela La Liga. Desde então, o jogador desfalcou a equipe nos confrontos contra Benfica, Getafe, Celta de Vigo e Elche, além do duelo de ida diante do City, em razão de uma lesão no joelho esquerdo iniciada em dezembro do ano passado.

Convocados

Goleiros: Lucas Chevalier (PSG); Mike Maignan (Milan); Brice Samba (Rennes).

Defensores: Lucas Digne (Aston Villa); Malo Gusto (Chelsea); Lucas Hernandez (PSG); Théo Hernandez (Al-Hilal); Pierre Kalulu (Juventus); Ibrahima Konaté (Liverpool); William Saliba (Arsenal); Dayot Upamecano (Bayern de Munique).

Meio-campistas: Eduardo Camavinga (Real Madrid); N'Golo Kanté (Fenerbahçe); Manu Koné (Roma); Adrien Rabiot (Milan); Aurélien Tchouaméni (Real Madrid); Warren Zaïre-Emery (PSG).

Atacantes: Maghnes Akliouche (Monaco); Rayan Cherki (Manchester City); Ousmane Dembélé (PSG); Désiré Doué (PSG); Hugo Ekitike (Liverpool); Randal Kolo Muani (Tottenham); Kylian Mbappé (Real Madrid); Michael Olise (Bayern de Munique); Marcus Thuram (Inter de Milão).

Atual vice-campeã mundial, a França garantiu vaga no torneio ao terminar na liderança de sua chave nas Eliminatórias Europeias. Na Copa do Mundo de 2026, a equipe integra o Grupo I, ao lado de Noruega, Senegal e do vencedor da repescagem intercontinental, que pode sair entre Bolívia, Iraque ou Suriname.

RUSSO

Islam é o TOP 1 do Ultimate Fighting Championship

REPRODUÇÃO

Islam ganhou títulos do UFC em duas divisões

Alex Poatan, Alexandre Pantoja e Charles do Bronx são os destaques masculinos do Brasil no UFC. Apesar da disputa por categorias, o Ultimate conta com um ranking "pound for pound", uma tabela que reúne todos os lutadores da empresa sem restrição de peso. A organização comandada por Dana White atualiza o ranking classificatório a cada evento da entidade. O Lance! mostra tudo sobre o ranking do UFC.

Nº 1 'pound for pound'

Atualmente, o russo Islam Makhachev conserva o posto de melhor lutador do mundo. A conquista foi alcançada ao derrotar Jack Della Maddalena pelo cinturão dos meio-médios, no UFC 322, em dezembro de 2025. O lutador é o líder do ranking pound for pound do UFC e tem a maior sequência de vitórias ativas na organização – empatado com Anderson Silva.

O russo conta com 28 vitórias e apenas uma derrota em sua carreira no MMA. Vale destacar que o único revés do campeão foi contra o brasileiro Adriano Martins em 2015, quando entrava pela segunda vez no octógono mais famoso do mundo. Já em 2025, Makhachev entrou no ringue do UFC em apenas uma oportunidade: na vitória por decisão unânime sobre Della Maddalena.

Na categoria feminina, a quirguiz Valentina Shevchenko segue no posto de melhor lutadora do mundo por mais um ano. A peso-mosca voltou a defender o cinturão da categoria duas vezes em 2025, quando superou as desafiantes Manon Fiorot e Weili Zhang.

EUA

Irã mantém presença na Copa, mas mira boicote

Pouco mais de uma semana após o ministro dos Esportes do Irã, Ahmad Donyamali, afirmar que o país "em hipótese alguma" irá participar da Copa do Mundo de 2026, o presidente da federação de futebol local — que é quem representa o país junto à Fifa — declarou que a seleção iraniana não pretende desistir da disputa, mas sim "boicotar" os Estados Unidos.

"A seleção nacional (do Irã) está realizando um período de treinamento na Turquia, e também jogaremos duas partidas amistosas lá. Vamos boicotar os Estados Unidos, mas não vamos boicotar a Copa do Mundo", afirmou Mehdi Taj, que preside a Federação de Futebol da República Islâmica do Irã (FFIRI), em vídeo publicado pela agência de notícias iraniana Fars.

A participação da seleção do Irã na Copa do Mundo é incerta desde o fim de fevereiro, quando uma operação militar conjunta de Estados Unidos e Israel matou o líder supremo do país, Ali Khamenei, após bombardeio em Teerã. A partir disso, uma série de bombardeios foram registrados no Oriente Médio e fechou o espaço aéreo em alguns países.

Apesar do boicote desejado por Mehdi Taj, não está claro como isso poderia ser feito. O Irã integra o Grupo G da Copa do Mundo, ao lado de Bélgica, Egito e Nova Zelândia, e tem todos os jogos da primeira fase agendados para a Costa Oeste dos Estados Unidos, com partidas em Los Angeles e Seattle.

A FFIRI já manifestou interesse em transferir os jogos da seleção do Irã para o México, proposta que inclusive tem aceitação da presidente do país, Claudia Sheinbaum.

DIVULGAÇÃO

Irã quer mudar jogos para o México e evitar os EUA

emtempo plateia@emtempo.com.br | Marcela Estrella

Brasil doa 20 mil toneladas de alimentos a Cuba

Envio ocorre via ONU e inclui arroz, feijão e leite em meio à crise energética e humanitária na ilha

O governo brasileiro doou mais de 20 mil toneladas de alimentos a Cuba, que enfrenta uma crise econômica e humanitária agravada pelo bloqueio à importação de petróleo imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Ao todo, o envio inclui 20 mil toneladas de arroz com casca, 150 toneladas de feijão preto, 150 toneladas de arroz polido e 500 toneladas de leite em pó, totalizando 20,8 mil toneladas de comida. Os números foram fornecidos a jornalistas pelo Ministério das Relações Exteriores.

ONU

As doações acontecem por meio do programa de alimentos da ONU e ainda não chegaram ao destino. Além disso, o Brasil também tem enviado medicamentos. Nesse caso, a logística é mais simples, pois os produtos são menos volumosos e seguem por via aérea, e não marítima.

A iniciativa faz parte de ações humanitárias e de cooperação internacional já em andamento entre os países .

Crise se intensifica

Cuba enfrenta uma de suas mais graves crises econômicas e humanitárias desde a revolução de 1959. O cenário se agravou com o veto ao comércio de petróleo venezuelano com a ilha, imposto por Trump.

Como resultado, o país sofre com apagões de até 20 horas diárias, hotéis fechados, voos cancelados e suspensão da coleta de lixo e de serviços básicos. Ao mesmo tempo, o regime cubano negocia com os Estados Unidos uma forma de encerrar o bloqueio.

Além disso, Washington pressiona países que mantêm relações com a ilha. Antes da operação em Caracas, o México também enviava petróleo para Cuba com fins humanitários, mas interrompeu as remessas.

Declarações de Trump

Na última segunda-feira (16), Trump voltou a falar publicamente sobre a possibilidade de tomar Cuba.

"Ouvi minha vida toda sobre os Estados Unidos e Cuba. 'Quando é que os EUA vão fazer isso?'. Eu realmente acredito que terei a honra de tomar Cuba", disse Trump no Salão Oval da Casa Branca.

No mesmo dia, o país de 10 milhões de habitantes sofreu um colapso total da rede elétrica e ficou sem luz. O abastecimento só foi normalizado nesta quarta-feira (18).

Histórico de tensão

A ilha caribenha segue como um tema sensível na política interna americana. Durante a Guerra Fria, Cuba foi aliada da União Soviética e está localizada a menos de 200 km do território dos Estados Unidos.

Em 1962, os soviéticos tentaram instalar em território cubano mísseis com capacidade de carregar armas atômicas, o que permitiria ataques rápidos aos EUA. O episódio ficou conhecido como Crise dos Mísseis e marcou um dos momentos mais críticos da história, quando o mundo esteve próximo de uma guerra nuclear.

Peso político dos cubanos

Além disso, imigrantes cubanos se tornaram, ao longo dos anos, um grupo político influente nos Estados Unidos, especialmente na Flórida — estado-chave em eleições presidenciais.

A principal representação política desse grupo costuma se alinhar ao Partido Republicano, de Donald Trump, e defender a derrubada do regime cubano.

O secretário de Estado, Marco Rubio, chefe da diplomacia americana, é descendente de imigrantes cubanos e figura entre os principais representantes da ala política que defende a mudança de regime na ilha.

YAMIL LAGE/AFP

Ilha caribenha está sob pressão dos EUA, que restringiu entrada de petróleo no território

REPRODUÇÃO

Trump falou que pode tomar Cuba depois de já ter capturado ditador da Venezuela

O alimento mata a fome.
O cuidado alimenta a vida!
Apoie esta causa:
lbv.org
LBV
· 75 ANOS ·

Ari Motta
Em Evidência's

mottaari

redacaoamazoniaon@gmail.com

ari-motta@bol.com.br

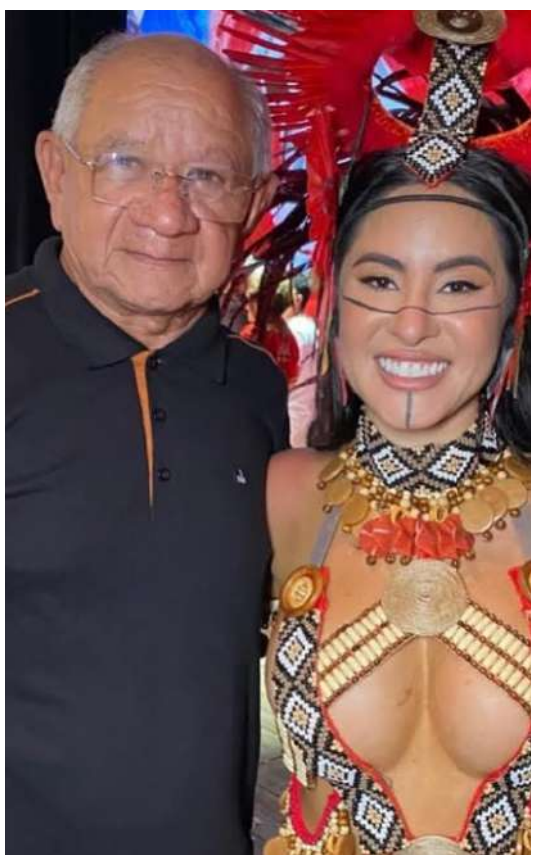
Destaque da semana

O destaque da semana é o empresário Algacir Marcos Gurgacz, aqui ao lado do empresário e jornalista Marcelo Generoso. Algacir Gurgacz é diretor – presidente do Grupo Eucatur na região norte e atua com muita competência no transporte rodoviário e urbano especialmente em Manaus. Ele também é vinculado ao Sistema Gurgacz de Comunicação (SGC), onde vem atuando no sistema de expansão.

Aplausos à empresária e presidente da Virada Femenina Cileide Moussallem, que mantém uma postura firme. Dedicada e competente, dirige o Portal e a TV CM7 com muita seriedade e imparcialidade, mesmo sofrendo inúmeros ataques, faz a diferença.

Café da manhã

Café da manhã eu tomo hoje com o empresário Luiz Alberto Nicolau presidente do Grupo Samel. Beto Nicolau como é carinhosamente chamado anunciou a empresários e empreendedores que visitam a ExpoPIM 4.0, um desconto de 20% e carência reduzida para ativação em até 24 horas. A expoPIM vai até hoje no Vasco Vasques. A Samel é um dos maiores complexos de assistência e plano de saúde do norte do Brasil.



Contagem Regressiva

O jornalista Gilberto Marçal ao lado da Cunhã Poranga do Garantido Isabelle Nogueira. Marçal muita experiência, atua no portal dele e na rádio Tiradentes de Manaus e Parintins, onde ao vivo leva notícias para a Ilha.

Parabéns Japiim

Júnior Lima será uma das atrações da "Serenata do Japiim", que acontece dia 28 na praça do conjunto, que fica entre as ruas C13 e C15. O evento realizado pela Confraria dos Anjinhos, comemora mais um ano do Conjunto.

Referência Nacional

A CEO do Grupo Sabin Janete Vaz foi uma das palestrantes do "Sebrae Delas", o tema abordado foi "Empreendendo Sonhos – A jornada de Transformar Metas e Conquistas". O evento com a assinatura do Sebrae-Am, foi um sucesso.

Filho da Ilha

O jornalista Carlos Alexandre comemorou mais um ano de vida e sucesso. Ele hoje está à frente da pasta de comunicação da prefeitura de Parintins, onde atua com competência e respeito aos colegas. Parabéns!

Café e Politica

A empresária Zeina Russo participou em Brasília do "Café com Parlamentares", ela é presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação do Amazonas. O encontro foi para fortalecer o setor e melhorar a economia no país

LIGUE E ANUNCIE:

(092) 98859-0110 - Whatsapp

Comerciallemtempo@gmail.com
Classificadosemtempo@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

O Município de Barreirinha/AM, através da Comissão Municipal de Contratação-CMC, torna público que realizará licitação na modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026-CMC/PMB. OBJETO:** Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Materiais Didáticos, para atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Educação-SEMED da Prefeitura de Barreirinha/AM, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência e seus anexos. Critério de Julgamento: **"Menor Preço"**. Modo de Disputa: **"Aberto"**. Abertura das Propostas de Preços e disputa de lances: **01/04/2026, às 11h:00min** (horário de Brasília/DF) no Portal de compras: www.bll.org.br. Embasamento Legal: Lei Federal n°. 14.133/2021, pela Lei Complementar n°. 123/2006, alterada pela LC 147/14, Decreto Municipal nº 230/2024-PMB e Decreto Municipal nº 180/2025-PMB. **INFORMAÇÕES:** O edital e seus anexos encontram-se disponível na Prefeitura Municipal de Barreirinha, na Sala da Comissão Municipal de Contratação-CMC, localizada na Rua Militão Dutra, nº 134, Centro, Barreirinha/AM, CEP: 69.160-000, de segunda à sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas. O arquivo poderá ser retirado impresso mediante o pagamento de DAM no Setor de Tributos ou gratuitamente no site **www.barreirinha.am.gov.br, no site www.bll.org.br** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Barreirinha - AM, 19 de março de 2026.

Juciney da Silva Brito
Agente de Contratação

Prefeitura de Manaus

AVISO DE SUSPENSÃO

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da **SUBCOMISSÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS**, torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO**, conforme despacho dessa Presidência, do seguinte Pregão Eletrônico:

PREGÃO ELETRÔNICO N. 020/2026 – CML/PM
(Processo n. 2024.01637.01412.0.008408 – SEMSA)

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva, Corretiva e Calibração em Equipamentos Hospitalares, para atender às necessidades da Maternidade Dr. Moura Tapajóz – MMT e da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

Maiores informações na Comissão Municipal de Licitação, telefone (92) 98802-3847, das 09 às 18h (horário de Brasília), cml.se@manaus.am.gov.br.

Manaus, 19 de março de 2026.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação – CML

FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES

CNPJ: 34.102.647/0001-46 - LEI N º 2.826 DE 29/09/2023 E DECRETO N º 47.727 DE 05/07/2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Valores expressos em Real (R$)

Cumprindo disposições legais e regulamentares, apresentamos o Relatório da Administração do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, relativo ao exercício de 2025.

1. O FMPES foi criado pelo art. 151, § 2º, da Constituição Estadual e regulamentado pela Lei Estadual nº 1.939/1989. Esta foi revogada pela Lei nº 2.826/2003 (e alterações posteriores), que instituiu a nova Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, regulamentada pelo Decreto nº 23.994/2003 - este, por sua vez, parcialmente revogado a partir de 5/7/2023 pelo Decreto nº 47.727/2023.
2. O Fundo tem como objetivo precípuo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas, mediante a viabilização de programas de financiamento aos setores produtivos e a disponibilização de recursos para investimentos estatais em infraestrutura social. Tais ações visam atender às demandas da população de baixa renda, em consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento.
3. Os recursos do FMPES destinam-se ao financiamento de micro e pequenas empresas (setores industrial, comercial e de serviços), trabalhadores autônomos, profissionais liberais, cooperativas, associações agrícolas de produção e comercialização, além de produtores rurais. A distribuição obedece à proporção de 60% para aplicação no interior do Estado e 40% na Capital.
4. A AFEAM, na condição de gestora e em sintonia com os propósitos do Fundo, conta com a parceria de agentes técnicos conveniados (conforme item II.1, Parceria) para o desenvolvimento de ações de cunho técnico, administrativo, normativo e operacional.

II. DESEMPENHO

5. No exercício de 2025, destacam-se os avanços estratégicos da AFEAM nos segmentos comentados a seguir.

II.1 Desempenho Estratégico
Gestão de Produtos e Serviços
6. Ao longo de 2025, a AFEAM otimizou a aplicação de recursos do FMPES para o financiamento de projetos de pequeno porte nos setores primário, secundário e terciário, por meio do Plano +Crédito Amazonas. Simultaneamente, a instituição manteve o aporte de recursos próprios para o fomento de empreendimentos de maior estrutura nos setores secundário e terciário.
7. No mesmo período, foi instituído o Programa Limpa Crédito, amparado pela Lei Estadual nº 7.401, de 07/03/2025. A iniciativa tem como objetivo facilitar a regularização de débitos de clientes inadimplentes e otimizar a recuperação de créditos originários do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Amazonas (FMPES), referentes a contratos firmados até 2019. Além de promover a inclusão financeira, o programa oferece condições facilitadas de pagamento para estimular a quitação de dívidas e a reabilitação do relacionamento comercial com a Agência. Conforme previsto no Art. 8º da referida lei, a sua vigência é de dois anos (07/03/2025 a 07/03/2027), com possibilidade de prorrogação por igual período mediante ato do Chefe do Poder Executivo.
Parcerias
8. A AFEAM contou com o suporte estratégico de diversos parceiros técnicos para a operacionalização de seus programas de fomento, com as seguintes atribuições e responsabilidades:

• ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas): Orientação a feirantes e formalização de propostas de financiamento nos setores secundário e terciário;
• AMAZONASTUR (Empresa Estadual de Turismo do Amazonas): Orientação a empreendedores do segmento de turismo e formalização de propostas nos setores secundários e terciários via Plataforma de Crédito;
• CETAM (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas): Divulgação e orientação de alunos finalistas para a formalização de propostas nos setores primário, secundário e terciário;
• CIAMA (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas): Orientação e formalização de projetos nos setores secundário e terciário;
• FEPIAM (Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas): Assistência e formalização de propostas de Microcrédito destinadas aos Povos Originários;
• FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos): Disponibilização de recursos para projetos de inovação, visando o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, ou no aprimoramento dos já existentes, para ampliar a competitividade empresarial;
• FREMPEEI (Frente Parlamentar Estadual de Apoio as Micro e Pequenas Empresas e aos Empreendedores Individuais do Amazonas): Viabilização de acesso ao Microcrédito e Crédito Varejo para o público assistido pela Frente Parlamentar, em conjunto com o SEBRAE/AM;
• FPS (Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza): Formalização de propostas de crédito solidário para pessoas em situação de vulnerabilidade social e pequenas atividades produtivas;
• IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas): Elaboração e formalização de projetos técnicos voltados especificamente ao setor primário;
• JUCEA (Junta Comercial do Estado do Amazonas): Fornecimento de dados e informações cadastrais de empresas dos setores secundário e terciário;
• SEAS (Secretaria de Estado de Assistência Social): Operacionalização do programa Crédito Rosa, voltado a mulheres empreendedoras (autônomas e MEI);
• SEBRAE/AM (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas): Orientação e formalização de propostas de Microcrédito e Crédito de Varejo para empreendedores dos setores secundário e terciário;
• SEDECTI (Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação): Atuação em duas vertentes: Orientação e formalização de propostas para artesãos, autônomos e MEIs, via SETEMP; e Análise e validação técnica de negócios inovadores para acesso às linhas de crédito da Agência;
• SEJUSC (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania): Orientação e formalização de propostas para o público idoso via programa Empreender no Envelhecer (setores secundário e terciário);
• SEMIG (Secretária de Estado de Energia, Mineração e Gás): Viabilização de financiamentos de microcrédito e crédito de varejo para o segmento de energia sustentável;
• SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial): Divulgação do microcrédito e direcionamento de egressos de cursos de capacitação ao empreendedorismo;
• SEPA (Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura): Viabilização do acesso ao crédito (microcrédito e crédito de varejo) para pescadores e aquicultores;
• SEPCD (Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência): Orientação e formalização de propostas de microcrédito para Pessoas com Deficiência (PcD) ou responsáveis, via programa Mais Crédito Inclusão (secundário e terciário); e
• SEPROR (Secretaria de Estado da Produção Rural): Formulação de políticas para o setor primário que viabilizam os programas de crédito Procalcário, Promecanização e Mais Manejo Florestal, executados em parceria com o IDAM.

II.2 Desempenho Operacional - Comparativo 2024 e 2025

Financiamentos concedidos

9. Conforme o Quadro 1, a AFEAM aplicou 64,32% de seus recursos no interior do Amazonas em 2025, cumprindo o limite mínimo de 60% estabelecido pela Lei Estadual nº 2.826/2003. No total, foram realizados 13.639 financiamentos, totalizando R$ 293.731.548 investidos, com uma estimativa de 40.917 ocupações econômicas geradas ou mantidas. Em comparação a 2024 (R$ 304.525.102), houve uma redução de 3,54% (R$ 10.793.554).
10. A distribuição dos recursos demonstra o compromisso com a municipalização do crédito:
• Capital: 2.773 operações, totalizando R$ 104.808.142 (35,68%), com estimativa de 8.319 ocupações geradas ou mantidas.
• Interior: 10.866 operações, totalizando R$ 188.923.406 (64,32%), com estimativa de 32.598 geradas ou mantidas.
11. Os dados demonstram que a política de crédito adotada permite que o recurso continue chegando a quem mais precisa. Os financiamentos foram direcionados para pequenos produtores rurais, cooperativas, associações, profissionais autônomos e liberais, além de micro e pequenos empresários.

Quadro 1 — **Aplicação Espacial do Recurso**

Área Espacial	Nº Operações		Valor (R$)		%		Nº Ocupações Geradas/ Mantidas	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Capital	3.658	2.773	119.742.566	**104.808.142**	39,32	35,68	10.974	8.319
Interior	12.336	10.866	184.782.536	188.923.406	60,68	64,32	37.008	32.598
TOTAL	15.994	13.639	304.525.102	**293.731.548**	100,00	100,00	47.982	40.917

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

4. Conforme o Quadro 2, dos R$ 293.731.548 investidos em 2025 por meio de 13.855 operações, a distribuição setorial revela a seguinte configuração:

• Setor Terciário (Comércio e Serviços): Lidera o ranking com 79,65% do aporte global, totalizando R$ 233.955.520 aplicados em 10.438 operações;
• Setor Primário (Rural): Representa 18,15% dos investimentos, com R$ 53.299.916 aplicados em 2.783 operações; e
• Setor Secundário (Indústria): Responde por 2,20% do volume total, somando R$ 6.476.112 em 418 operações.

5. Tais recursos foram destinados a micro e pequenas empresas, produtores rurais, cooperativas, associações e profissionais autônomos/ liberais e aos micros e pequenos empresários.

Quadro 2 — **Aplicação por Setor Econômico**

Setor Econômico	Nº Operações		Valor (R$)		(Rec. Aplicado) %	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Primário	2.593	2.783	49.709.516	53.299.916	16,32	18,15
Secundário	425	418	7.506.125	6.476.112	2,47	2,20
Terciário	12.976	10.438	247.309.461	233.955.520	81,21	79,65
TOTAL	**15.994**	**13.639**	**304.525.102**	**293.731.548**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

14. Conforme detalhado no Quadro 3, a AFEAM realizou 8.505 operações de crédito em 2025, por meio do microcrédito, totalizando R$ 77.476.578. Esse investimento resultou na estimativa de 41.565 ocupações econômicas geradas ou mantidas em todo o Amazonas. A distribuição dos recursos demonstra o compromisso com a interiorização do crédito:
• Capital: 1.479 operações, totalizando R$ 11.652.685 (15,04%), com estimativa de 4.437 ocupações geradas ou mantidas; e
• Interior: 7.026 operações, somando R$ 65.823.893 (84,96%), com estimativa de 21.078 ocupações geradas ou mantidas.
15. Os financiamentos foram estrategicamente direcionados aos agricultores familiares, trabalhadores autônomos, microempreendedor individual, profissional liberal, micro e pequenas empresas dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços. Em comparação ao exercício de 2024, houve uma redução de 10,65% no valor aplicado (R$ 9.239.481), decorrente do aumento do ticket médio das operações.

Quadro 3 — **Aplicação Espacial – Microcrédito**

Área Espacial	Nº Operações		Valor (R$)		(Rec. Aplicado) %		Nº Ocupações Geradas/ Mantidas	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Capital	2.302	1.479	17.654.215	11.652.685	20,36	15,04	6.906	4.437
Interior	8.512	7.026	69.061.844	65.823.893	79,64	84,96	25.536	21.078
TOTAL	**10.814**	**8.505**	**86.716.059**	**77.476.578**	**100,00**	**100,00**	**32.442**	**25.515**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

16. Conforme o Quadro 4, dos R$ 77.476.578 investidos em 2025 por meio de 8.505 operações, a distribuição setorial revela a seguinte configuração:
• Setor Terciário (Comércio e Serviços): Lidera o ranking com 95,94% do aporte global, totalizando R$ 74.333.472 aplicados em 8.126 operações;
• Setor Secundário (Indústria): Responde por 4,06% do volume total, somando R$ 3.143.106 em 379 operações.
17. Tais recursos foram destinados aos trabalhadores autônomos, empreendedor individual, profissional liberal, micro e pequenas empresas dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços.

Quadro 4 — **Aplicação por Setor Econômico – Microcrédito**

Setor Econômico	Nº Operações		Valor (R$)		(Rec. Aplicado) %	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Secundário	362	379	2.970.036	3.143.106	3,43	4,06
Terciário	10.452	8.126	83.746.023	74.333.472	96,57	95,94
TOTAL	**10.814**	**8.505**	**86.716.059**	**77.476.578**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

2.2 Administração de Crédito:
18. A Agência realiza o acompanhamento dos projetos financiados, adotando práticas de cobrança preventiva, administrativa e judicial, além de campanhas de regularização. No primeiro semestre de 2025, foi lançado o Programa Limpa Crédito, instituído com base na Lei nº 7.401, de 7/3/2025, com o objetivo de facilitar a regularização de dívidas contratadas até 2019 com recursos do FMPES. A iniciativa promove a recuperação de ativos e a inclusão financeira, oferecendo condições acessíveis para que os clientes reabilitem seu relacionamento com a Agência, inclusive por meio de canais de renegociação on-line.

19. As ações de 2025 resultaram nos seguintes indicadores:
• Renegociações: foram realizadas 2.617 renegociações de crédito, totalizando R$ 41.405.916, o que representa um incremento de 7,55% em relação a 2024 (R$ 38.497.631).
• Remissões: foram remidas 343 operações no montante de R$ 933.989. Essas remissões estão em conformidade com a Lei nº 7.401/2025, que autoriza a concessão de rebate de encargos financeiros na liquidação e renegociação de financiamentos da AFEAM; e
• Retorno de Financiamentos: foram recebidos R$ 174.565.768, o que corresponde a 99,99% da meta do Planejamento Estratégico (R$ 174.577.777). Esse resultado reflete um crescimento expressivo de 37,63% frente a 2024 (R$ 126.838.560).

Arrecadação e Taxa de Administração do Fundo (FMPES)

20. Do montante inicialmente previsto no Planejamento Estratégico (R$ 208.465.000), a AFEAM recebeu R$ 210.043.671 de arrecadação do Fundo, o que corresponde a 100,76% da meta. Em comparação ao arrecadado em 2024 (R$ 191.475.618), representa um aumento de 9,70% (R$ 18.568.053).

21. Esse resultado determinou uma taxa de administração de R$ 79.462.009. O aumento de 12,89% em relação a 2024 (R$ 70.390.569) é justificado pelo crescimento da arrecadação, o que reflete uma maior disponibilidade de recursos para garantir a manutenção operacional da agência e ampliar a oferta de crédito orientado aos empreendedores do Estado.

II.3 Desempenho Econômico-Financeiro

Resultado do Exercício

22. O FMPES encerrou 2025 com um (resultado negativo de R$ 124.877.551, aumento de 3,12% em relação a 2024 R$ 121.101.858). Os principais fatores que impulsionaram esse desempenho foram: as despesas Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: aumento para R$ 112.197.158 em 2025 (2024-R$ 109.639.217) e a Taxa de Administração: aumento para R$ 79.462.009 em 2025 (2024-R$ 70.390.569).

Patrimônio Líquido (PL)

23. Em 2025, o PL do FMPES corresponde a R$ 648.323.980, com aumento de 15,12% em relação à 2024 (R$ 563.157.859).

III. RESUMO DOS PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

24. No exercício de 2025, conforme Quadro 5, o Patrimônio Líquido do Fundo aumentou 15,12%, saltando para R$ 648.323.980, o que demonstra a solidez do Fundo e sua capacidade de continuar fomentando o empreendedorismo no Estado em ciclos futuros. Os dois pilares que sustentam esse crescimento são a arrecadação e o retorno de financiamentos (R$ 384.609.439), que fazem a sua retroalimentação.

Quadro 5 - Desempenho Consolidado (2024 - 2025)

Indicador	2024 (R$)	2025 (R$)	Variação (%)
Contratação de Financiamentos	304.525.102	**293.731.548**	- 3,54%
Retorno de Financiamentos	126.838.560	**174.565.768**	37,63%
Arrecadação do Fundo (FMPES)	191.475.618	**210.043.671**	9,70%
Taxa de Administração	70.390.569	**79.462.009**	12,89%
Patrimônio Líquido (PL)	563.157.859	**648.323.980**	15,12%
Resultado do Exercício	(121.101.858)	**(124.877.551)**	3,12%
Provisão (PDD)	109.639.217	**112.197.158**	2,33%

IV. AGRADECIMENTOS

25. A Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) e o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FMPES) expressam seu profundo agradecimento a todos que contribuíram para os resultados excepcionais alcançados no exercício de 2025:
• Ao Governo do Estado do Amazonas: Pelo suporte estratégico e pela confiança na missão da Agência como braço executor do crédito orientado e propulsor do desenvolvimento regional sustentável;
• Aos acionistas da AFEAM: Pelo apoio contínuo na qualificação da Agência como instrumento eficaz de desenvolvimento regional sustentável;
• Aos Nossos Clientes: Que acreditam no trabalho desta Instituição e, ao honrarem seus compromissos (refletidos no crescimento de aproximadamente 38% no retorno de financiamentos), permitem que o recurso gire na economia propiciando o alcance a novos empreendedores;
• Ao Corpo Funcional: Cujo empenho técnico e compromisso com a eficiência foram fundamentais para a modernização dos processos operacionais e administrativos, bem como para converter diretrizes na contratação de 13.639 operações de crédito.
• Aos Órgãos Estatutários: Pelo diálogo constante que fortalece a governança, a solidez do Fundo e a gestão eficiente dos recursos, o que está representado na elevação do Patrimônio Líquido em mais de 15%;
• Aos Parceiros Técnicos: Pelo trabalho harmônico e responsável, que foi o alicerce para o alcance do crédito em todo o Estado; e
• As demais autoridades do Estado: Pela parceria institucional e pela integração de esforços nas ações transversais de fomento.

26. Seguimos juntos, fortalecendo o empreendedorismo amazonense e construindo um Estado mais próspero.

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Presidente do Comitê de Administração do FMPES

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

	nota	dez/25	dez/24
ATIVO CIRCULANTE		**359.655.635**	**271.194.186**
Disponibilidades	3.c; 4;5	**93.309.742**	**64.421.187**
Aplicações Financeiras	3.c; 4;5	-	**1.342.567**
FMPES Especial		-	1.342.567
Operações de Crédito	3.e; 6	**265.958.107**	**204.730.601**
Aplicação na Capital		111.363.406	82.422.638
Aplicação no Interior		182.369.709	137.413.270
(Prov. Créd. Liquidação Duvidosa)		(27.775.008)	(15.105.307)
Outros Créditos	3.f; 6	**131.687**	**434.332**
Devedores por Conta de Valores e Bens		115.651	434.332
Diversos		16.036	
Outros Valores e Bens	3.g; 7	**256.099**	**265.499**
Ativo Não Financeiro Mantido para Venda		41.579.260	41.579.260
(Prov. Para Desvalorização)		(41.323.161)	(41.313.761)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**288.735.206**	**292.007.962**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**288.735.206**	**292.007.962**
Aplicações Financeiras	3.c	**0**	**7.518.374**
FMPES Especial			7.518.374
Operações de Crédito	3.e; 6	**288.735.206**	**284.381.538**
Aplicação na Capital		105.117.104	106.771.822
Aplicação no Interior		197.051.018	184.200.090
(Prov. Créd. Liquidação Duvidosa)		(13.432.916)	(6.590.374)
Outros Créditos	3.f; 6	**0**	**108.050**
Devedores por Conta de Valores e Bens			108.050
Diversos			
TOTAL ATIVO		**648.390.841**	**563.202.148**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

	nota	dez/25	dez/24
PASSIVO CIRCULANTE		**66.861**	**44.289**
Outras Obrigações	3.i; 8	**66.861**	**44.289**
Obrigações a Pagar		66.861	44.289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**648.323.980**	**563.157.859**
Capital Social	9.a	1.870.364.419	1.660.320.748
Prejuízos Acumulados	9.b	(1.222.040.439)	(1.097.162.889)
TOTAL PASSIVO		**648.390.841**	**563.202.148**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

		2º semestre 2025	dez/25	dez/24
RECEITAS	nota	38.754.444	74.157.245	69.297.358
Receitas Operacionais		38.724.828	74.091.702	69.193.375
Receitas de Financiamentos	11.a	25.102.423	50.128.234	41.603.748
Receitas Financeiras	11.b	1.208.586	2.759.045	6.441.089
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo		3.462.018	7.180.903	3.840.923
Reversão de Provisões Operacionais	6.e	8.934.669	13.996.749	17.294.015
Outras Receitas Operacionais	11.e	17.132	26.771	13.600
Receitas Não Operacionais		29.616	65.543	103.983
Lucro na Alienação de Valores e Bens	11.g	2.060	2.060	
Outras	11.g	27.556	63.483	103.983
DESPESAS		(113.884.093)	(199.034.796)	(190.399.215)
Despesas Operacionais		(113.884.093)	(199.034.796)	(190.399.215)
Taxa de Administração AFEAM	3.j e 11.c	(42.801.326)	(79.462.009)	(70.390.569)
Provisão e Ajustes Patrimoniais	11.d	(67.910.406)	(112.197.157)	(109.639.217)
Outras	11.f	(3.172.361)	(7.375.630)	(10.369.429)
Outras Despesas		-	-	-
Outras	11.g			
Lucro Líquido (Prejuízo)		(75.129.649)	(124.877.551)	(121.101.857)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em real - R$
(desconsiderando as frações de centavos)

EVENTOS	nota	CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2025		**1.759.960.018**	**(1.146.910.790)**	**613.049.228**
1 – Arrecadação	3.k;10	110.404.401		**110.404.401**
2 – Repasses	3.k;10			-
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	9.b		(75.129.649)	**(75.129.649)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**1.870.364.419**	**(1.222.040.439)**	**648.323.980**
Mutações do Período		**110.404.401**	**(75.129.649)**	**35.274.752**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		**1.469.123.428**	**(976.061.031)**	**493.062.397**
1 – Arrecadação	3.k e 10	191.475.947	-	**191.475.947**
2 – Repasses	3.k e 10	(278.627)	-	**(278.627)**
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	9.b		(121.101.857)	**(121.101.857)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**1.660.320.748**	**(1.097.162.888)**	**563.157.860**
Mutações do Período		**191.197.320**	**(121.101.857)**	**70.095.463**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025		**1.660.320.748**	**(1.097.162.888)**	**563.157.860**
1 – Arrecadação	3.k e 10	210.043.671		**210.043.671**
2 – Repasses	3.k e 10			-
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	9.b		(124.877.551)	**(124.877.551)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**1.870.364.419**	**(1.222.040.439)**	**648.323.980**
Mutações do Período		**210.043.671**	**(124.877.551)**	**85.166.120**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO

Em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

	2º semestre 2025	dez/25	dez/24
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido (Prejuízo)	**(75.129.649)**	**(124.877.551)**	**(121.101.857)**
Ajustes ao Lucro Liquido (Prejuizos)			
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	67.910.406	112.197.157	109.639.217
(Reversão) de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	(8.915.424)	(13.975.655)	(17.272.787)
Desvalorização de Outros Valores e Bens			-
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	**(16.134.667)**	**(26.656.049)**	**(28.735.427)**
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(51.421.432)	(163.793.276)	(213.374.336)
(Aumento) Redução em Devedores por Compra de Valores e Bens	208.478	426.730	434.915
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(15.644)	(16.036)	0
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	38.362	22.574	3.989
(Aumento) Redução em Recursos das Empresas Incentivadas	110.404.401	210.043.671	191.197.319
Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades Operacionais	**59.214.165**	**46.683.663**	**(21.738.113)**
Alienação de ANFMV	1.490	1490	
Aquisição de ANFMV		(1.490)	
Aplicações Financeiras em FMPES Especial	6.712.834	7.518.374	1.611.080
Caixa Liquido Proveniente / Utilizado das atividades de Investimentos	**6.714.324**	**7.518.374**	**1.611.080**
	0		-
Caixa Liquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Financiamento	**0**		-
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**49.793.822**	**27.545.988**	**(48.862.460)**
Início do Período	43.515.920	65.763.754	114.626.214
Fim do Período	93.309.742	93.309.742	65.763.754
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**49.793.822**	**27.545.988**	**(48.862.460)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Valores expressos em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

NOTA 1. ADMINISTRAÇÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM, de acordo com a Lei Estadual Nº 2.505, de 1998 é Gestora do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES desde 02/09/1999. A Lei Estadual nº 2.826, de 2003, e suas alterações posteriores, que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, estabelece as seguintes diretrizes

a. O Art. 34-A, § 1º, inciso I a VIII, estabelece que os recursos do FMPES são provenientes de: I - participação das empresas incentivadas, devendo ser repassado ao Fundo 6%, calculados sobre o valor do crédito estímulo; II - recursos do orçamento do Estado, previstos anualmente na LDO; III - transferências da União e dos Municípios; IV - empréstimos ou doações; V - convênios ou contratos firmados entre o Estado e outros entes da Federação; VI - retornos e resultados de suas aplicações; VII - resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial, a partir do trigésimo dia do seu ingresso na Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM; VIII - outras fontes internas e externas.

b. O Art. 34-A, § 2º, incisos I a II, estabelece as seguintes formas de aplicação dos recursos discriminados no § 1º, incisos I a V, VII e VIII do mesmo artigo: I- 50% em financiamento de atividades econômicas, dos quais 60% (sessenta por cento) no interior do Estado; e II- 50% destinados à saúde, administração e infraestrutura básica, econômica e social;

c. O Art. 34-A, § 3°, estabelece que os recursos citados nos incisos VI e VII, § 1º, do mesmo artigo (Retorno e resultado de aplicações), serão destinados exclusivamente para execução de programas de financiamento aos setores produtivos, especialmente aqueles destinados a estimular o empreendedorismo e a inovação;

d. O Art. 34-A, § 5º, estabelece que a contribuição das empresas incentivadas, prevista no inciso I do caput do mesmo artigo (I - execução de programas de financiamento aos setores produtivos, especialmente aqueles destinados a estimular o empreendedorismo, a inovação), será recolhida pelas empresas na conta única do Tesouro Estadual;

e. O Art. 35, incisos I a VIII, estabelece às seguintes diretrizes para a formulação dos programas de financiamento: I - tratamento preferencial às iniciativas que pretendam estimular o empreendedorismo e a inovação e às atividades produtivas de pequenos produtores rurais, autônomos, empreendedores individuais, profissionais liberais, microempresas, empresas de pequeno porte, que façam uso intensivo de matérias primas e mão de obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo da população; II - distribuição de crédito para as sub-regiões indicadas no art. 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, de acordo com a necessidade de cada uma dessas sub-regiões e, ainda, em consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento; III - adoção de prazos e carência, limites de financiamentos, juros e outros encargos diferenciados, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos; IV - conjugação de crédito com assistência e capacitação técnica; V - orçamento anual das aplicações dos recursos; VI - adequada política de garantias, preferencialmente fidejussórias, e uso dos recursos de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência e retorno às aplicações; VII - apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, especialmente em áreas do interior do Estado, que propiciem a redução das disparidades de renda entre as sub-regiões a que se refere o inciso II; VIII - proibição de aplicação de recursos a fundo perdido.

f. O art. 35, § 1º, estabelece que as operações de crédito do FMPES classificadas como microcrédito, terão tratamento preferencial, o qual não implica dispensa do cumprimento das formalidades necessárias para concessão de crédito.

g. O Art. 36 estabelece que são beneficiários dos programas de financiamentos com recursos do FMPES os pequenos produtores rurais, os autônomos, os empreendedores individuais, os profissionais liberais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, bem como as cooperativas de produção e associações de produtores legalmente constituídos.

h. O Art. 37 estabelece que os financiamentos estão sujeitos a encargos financeiros e benefícios de adimplência que serão estabelecidos pelo Comitê de Administração do Fundo, graduados de acordo com o porte do beneficiário.

i. O Art. 38 estabelece que o Comitê de Administração do FMPES é responsável pela administração do Fundo, sendo composto por 14 (quatorze) membros: I - 07 (sete) representantes do setor público, designados pelo Governador do Estado, assim formados: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI, Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário Sustentável e Florestal do Estado do Amazonas - IDAM e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – ADS; II - 07 (sete) representantes da iniciativa privada: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Associação Comercial do Amazonas – ACA; Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus.

j. O Art. 39, incisos I a VII, estabelece que o Comitê de Administração tem como competência: I - Definir normas, procedimentos, encargos financeiros, benefícios de adimplência e demais condições operacionais e de renegociação de financiamentos; II - Aprovar os programas de financiamentos; III - Indicar providências para compatibilização das aplicações com as ações da Agência de Fomento do Estado do Amazonas; IV - Avaliar os resultados obtidos; V - aprovar as normas e procedimentos de gestão de bens não de uso próprios - BNDU, bem como de despesas em geral que ocorrem às expensas do Fundo; VI - aprovar planos especiais de recuperação de créditos com seus critérios e condições operacionais de liquidação e de renegociação; VII - aprovar o indexador oficial de remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, proposto pelo agente financeiro, nunca inferior a 70% (setenta por cento) da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e Lei nº 6.404, de 1976, e alterações, consideradas como extensivas a este Fundo Estadual de Desenvolvimento.
Na data de 17/03/2026 foi autorizada a emissão dessas demonstrações contábeis.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda Funcional
As demonstrações contábeis foram elaboradas em Real (R$), desconsiderando as frações de centavos

b. Reconhecimento do Resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Disponibilidades
O disponível é apresentado pelo montante dos depósitos existentes junto à AFEAM. A Lei Estadual nº 5.750, de 2021, alterou a Lei nº 2.826, de 2003, estabeleceu nova metodologia para remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados em financiamentos do FMPES, que não será inferior a 70% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme Art. 39, VII, com vigência a partir de 06/10/2023.

d. Aplicação Financeira FMPES Especial:
O programa está suspenso, sendo o último financiamento contratado em 10/06/2015. Em dezembro de 2025 o valor de R$ 7.518.373 foi repassado pela AFEAM, quitando todas as obrigações perante o Fundo.

e. Operações de Crédito
São demonstradas pelo valor principal da operação, diminuído das rendas a apropriar (pré-fixadas) e acrescido dos encargos contratados (pré e pós-fixados) estabelecidos em cada programa de crédito, calculados "pro-rata" dia e apropriados ao resultado pelo regime de competência.
Para o provisionamento dos Créditos de Liquidação Duvidosa, as operações de crédito são classificadas em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:
• Nível A - de 0 a 180 dias de atraso: sem provisionamento;
• Nível B - de 181 a 270 dias de atraso: 33% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso);
• Nível C - de 271 a 360 dias de atraso: 66% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso);
• Nível D - a partir de 361 dias de atraso: 100% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso). Após 30 dias no nível D, a operação é transferida para crédito compensado (prejuízo).

f. Outros Créditos
Devedores por Compra de Valores e Bens: bens vendidos financiados em leilão público, aplicam-se os mesmos preceitos das Operações de Crédito.
Devedores Diversos: São demonstrados pelos valores de realização.

g. Outros Valores e Bens
Composto por Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (ANFMV), bens móveis e imóveis, registrados pelo valor de avaliação, e não se sujeitam a depreciação ou reavaliação.

h. Obrigações por Empréstimos e Repasses
São obrigações de repasses a outros Fundos oriundos de venda ANFMV diversas fontes de recursos.

i. Outras Obrigações Diversas
São demonstradas pelos valores conhecidos e mensuráveis.

j. Taxa de Administração
A taxa de administração devida à AFEAM, como Gestora do Fundo, é apropriada mensalmente, calculada sobre o saldo de todas as contas do Fundo relativo a disponibilidades, adicionado a operações de crédito ativas e saldo das operações de crédito registradas na conta de compensação. A Lei Estadual nº 4.953, de 2019, alterou o percentual aplicado para remuneração da taxa de administração, passando de 4% para 10% ao ano, em 2019; 9% ao ano em 2020; 8% ao ano em 2021 e 6% a partir de 2022. O decreto nº 47.727, de 2023, regulamenta no Art. 33, § 2º, que para efeito de cálculo da taxa, o Patrimônio Líquido do Fundo abrange o saldo de todas as operações de crédito ativas, as suas disponibilidades e o saldo das operações de crédito registradas na conta de compensação.

k. Arrecadação e Repasse
Arrecadação: são os recursos destinados a Financiamentos dos setores produtivos, correspondente a 50% do total arrecadado, recebidos pela AFEAM, sendo contabilizados a crédito da conta Participação de Empresas Incentivadas.

l. Eventos Subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações e a data de sua autorização.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
Foi considerado como "Caixa e Equivalentes Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Disponibilidades	93.309.742	64.421.187
Aplicações Financeiras	0	1.342.567
Total	**93.309.742**	**65.763.754**

NOTA 5. DISPONIBILIDADES

Conforme Nota 3.c, representa o montante dos depósitos existentes junto à AFEAM.

	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Em Trânsito – Arrecadação do ICMS	17.979.132	15.920.762
Em Trânsito – Retorno	18.944.724	11.743.355
Aplicação na Capital	56.385.886	36.757.070
FMPES Especial		8.860.941
Total	**93.309.742**	**73.282.128**

NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição por Tipo de Operação

Operações de Crédito	DEZEMBRO 2025		DEZEMBRO 2024	
	Saldo	%	Saldo	%
Financiamento	467.852.473	79%	408.057.684	80%
Rural	128.048.764	21%	102.750.136	20%
Subtotal	**595.901.237**	**100**	**510.807.820**	**100**
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	(41.207.924)		(21.695.681)	
Total Operações de Crédito	**554.693.313**	**-**	**489.112.139**	**-**
Outros Créditos	**Saldo**	**%**	**Saldo**	**%**
Outros Créditos	115.651	100	542.382	100
Subtotal	**115.651**	**100**	**542.382**	**100**
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa			0	
Total Outros Créditos	**115.651**	**-**	**542.382**	

b. Composição por Atividade Econômica

	DEZEMBRO 2025		DEZEMBRO 2024	
Atividade	**Saldo R$**	**Provisão R$**	**Saldo R$**	**Provisão R$**
Indústria	20.891.856	(977.991)	19.985.407	(476.871)
Comércio	315.242.653	(24.093.541)	275.037.917	(12.495.696)
Serviço	131.717.964	(11.301.715)	113.034.360	(5.938.117)
Rural	128.048.764	(4.834.677)	102.750.136	(2.784.997)
Outros Créditos	115.651	-	542.382	-
Total	**596.016.888**	**41.207.924**	**511.350.202**	**21.695.681**

c. Composição por Vencimento

Atividade	DEZEMBRO 2025				DEZEMBRO 2024
	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Indústria	2.853.072	5.873.864	12.164.920	20.891.856	19.985.407
Comércio	52.340.489	121.305.007	141.597.157	315.242.653	275.037.917
Serviço	20.912.264	48.787.732	62.017.968	131.717.964	113.034.360
Rural	6.421.697	35.238.990	86.388.077	128.048.764	102.750.136
Outros Creditos	115.651	-	-	115.651	542.382
Total	82.643.173	211.205.593	302.168.122	596.016.888	511.350.202

d. Composição por Nível de Risco

Nível de Risco	DEZEMBRO 2025					DEZEMBRO 2024	
	%	Normal	Vencidas	Total	Provisão	Saldo	Provisão
Nível A	0	522.000.833	-	522.000.833	-	475.207.980	-
Nível B	33	328.431	33.360.079	33.688.510	(11.117.209)	14.259.789	(4.705.731)
Nível C	66	106.764	30.001.560	30.108.324	(19.871.494)	14.389.657	(9.497.173)
Nível D	100	334.211	9.885.010	10.219.221	(10.219.221)	7.492.776	(7.492.777)
Total		522.770.239	73.246.649	596.016.888	(41.207.924)	511.350.202	(21.695.681)

e. Operações Registradas como Prejuízo, Constituição e Reversão de Provisões

	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Transferência para prejuízos	49.788.952	96.978.756
Constituição de Provisões	112.187.757	109.639.217
Reversão de Provisões	13.996.749	17.272.787

NOTA 7. OUTROS VALORES E BENS

Os Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (ANFMV) têm a finalidade de amortização e/ou liquidação de operações de crédito, para posterior venda por meio de leilões públicos. Atendendo a normas específicas, a constituição de provisão desses bens é baseada em laudos de avaliação, que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados e instruídos com documentos pertinentes. Nesse exercício de 2025, houve a constituição de provisão para desvalorização desses Bens no valor de R$ 9.400 (R$ 0 em 2024).

ANFMV	DEZEMBRO 2025	2025		DEZEMBRO 2024
		Constituição	Baixa	
Imoveis	41.378.470	-	-	41.378.470
Maquinas e Equipamentos	93.878	1.490	1.490	93.878
Outros	106.912	-	-	106.912
Total	**41.579.260**	**1.490**	**1.490**	**41.579.260**
Provisão Para Redução Valor Recuperável de Ativo				
Provisão para Desvalorização	(41.313.761)	(9.400)		(41.323.161)
Total	**(41.313.761)**	**(9.400)**	**-**	**(41.323.161)**

NOTA 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Publicação	46.467	41.989
Auditoria Externa	2.300	2.300
Credores Diversos	18.094	
Total	**66.861**	**44.289**

NOTA 9. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital

O capital do FMPES é representado pelos recursos históricos do Fundo e pelos valores arrecadados oriundos da Participação de Empresas Incentivadas (50% do total arrecadado), retroalimentação. No exercício de 2025, o crescimento do Capital do Fundo foi de 12,65%, se comparado ao mesmo período de 2024.

Capital	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Participação de Empresas Incentivadas	1.843.219.126,00	1.633.175.455
Recursos de Orçamento do Estado	553.900	553.900
Correção Monetária	26.591.393	26.591.393
Total	**1.870.364.419**	**1.660.320.748**

b. Prejuízos Acumulados

Prejuízos Acumulados	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Saldo Prejuízo Acumulados de Exercícios Encerrados	(1.097.162.888)	(976.061.032)
Prejuízo Acumulado do Período	(124.877.551)	(121.101.857)
Total	**(1.222.040.439)**	**(1.097.162.889)**

Em parte, esses prejuízos acumulados são explicados pela função social do Fundo aliada à missão da Agência de *"Promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, por meio de financiamento às atividades produtivas, proporcionando a geração de ocupação e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense."*. **Ressalta-se os seguintes fatores no exercício 2025: aumento de 9,70% no valor de recursos arrecadados (nota 10); aumento de 12,89% da taxa de administração (nota 11.c), aumento de 2,33% nas provisões de financiamentos (nota 11.d).**

c. Ajuste de Períodos Anteriores

Não houve registro de Ajuste de Períodos Anteriores nesse exercício.

NOTA 10. ARRECADAÇÃO E REPASSE

	2025	2024		
	Arrecadação	Arrecadação	Repasse	Investimento Liquido
Janeiro	12.450.769	11.277.339	278.627	10.998.712
Fevereiro	18.393.120	15.695.546		15.695.546
Março	16.593.706	14.697.935		14.697.935
Abril	16.520.950	14.549.464		14.549.464
Maio	17.979.119	17.047.124		17.047.124
Junho	17.701.606	16.699.528		16.699.528
Julho	15.826.896	16.113.871		16.113.871
Agosto	16.341.748	17.193.076		17.193.076
Setembro	19.910.709	19.083.257		19.083.257
Outubro	19.976.409	15.291.168		15.291.168
Novembro	20.369.507	17.906.877		17.906.877
Dezembro	17.979.132	15.920.762		15.920.762
Total	**210.043.671**	**191.475.947**	**278.627**	**191.197.320**

Conforme mencionado na nota 3.k, os recursos arrecadados mensalmente são contabilizados a crédito da conta Participação de Empresas Incentivadas. A partir de 06/10/2023, os recursos arrecadados são recolhidos a Conta Única do Tesouro Estadual, sendo repassados à AFEAM somente a parte dos recursos destinados a Financiamentos dos setores produtivos, correspondente a 50% do total arrecadado, não transitando mais pela contabilidade do Fundo os recursos destinados a Investimento Social.

NOTA 11. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Receitas de Financiamentos

Composição	2º Semestre 2025	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Indústria	707.402	1.548.185	1.201.854
Comércio	12.752.353	25.229.673	17.567.608
Serviço	5.398.048	10.875.364	7.236.008
Rural	2.262.270	4.160.817	4.096.762
Crédito Compensado	3.982.350	8.314.195	11.501.516
Total	**25.102.423**	**50.128.234**	**41.603.748**

b. Receitas Financeiras

Composição	2º Semestre 2025	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Investimento Social	-	-	519
Aplicação na Capital	1.208.586	2.759.045	6.440.570
Total	**1.208.586**	**2.759.045**	**6.441.089**

c. Taxa de Administração AFEAM

Composição	2025	2024
Janeiro	5.911.979	5.104.538
Fevereiro	5.989.801	5.158.677
Março	6.068.560	5.205.146
Abril	6.129.178	5.270.443
Maio	6.236.030	5.373.974
Junho	6.325.135	5.460.273
Julho	6.419.223	5.582.971
Agosto	6.534.711	5.766.748
Setembro	6.799.890	6.063.362
Outubro	7.264.904	6.444.403
Novembro	7.561.132	7.012.946
Dezembro	8.221.466	7.947.088
Total	**79.462.009**	**70.390.569**

d. Provisão e Ajustes Patrimoniais

	2º Semestre 2025	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Financiamentos (Crédito Compensado)	67.902.006	112.187.757	109.639.217
Provisão ANFMV	8.400	9.400	
Total	**67.910.406**	**112.197.157**	**109.639.217**

e. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre 2025	DEZEMBRO 25	DEZEMBRO 2024
Outras Rendas Operacionais / Outras	15.031	24.670	13.600
Recuperação de Encargos e Despesas	2.101	2.101	-
Total	**17.132**	**26.771**	**13.600**

f. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre 2025	DEZEMBRO 25	DEZEMBRO 2024
Auditoria	2.300	6.470	4.690
Despesas Judiciais	237.178	372.222	256.054
Publicação	41.989	72.829	86.964
Gastos Imóveis (gastos manutenção ANFMV)	286.326	741.975	702.564
Outras	65.052	112.862	145.805
Descontos/Abatimentos Concedidos	2.434.967	4.522.542	2.832.397
Anistia	104.549	1.546.730	6.340.955
Total	**3.172.361**	**7.375.630**	**10.369.429**

Descontos/Abatimentos Concedidos: Parte desse valor realizou-se à conta da Lei Estadual nº 7.401, de 7/3/2025, que autorizou a concessão de rebate de encargos financeiros na liquidação e na renegociação das operações de financiamentos contratadas junto à Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, incluídas as provenientes do extinto Banco do Estado do Amazonas S.A. - BEA, com recursos do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES.

g. Outras Receitas Não Operacionais

Outras Receitas	2º Semestre 2025	DEZEMBRO 2025	DEZEMBRO 2024
Lucro na Alienação de Valores e Bens	2.060	2.060	
Outras rendas	27.556	63.483	103.983
Total	**29.616**	**65.543**	**103.983**

Marcos Vinicius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente da AFEAM e Presidente do Comitê de Administração do FMPES

João Batista Silva Tavares
Diretor de Crédito

Cristina Coelho da Silva
Diretora de Administração

Márcia Melo Pereira Pinheiro
Contadora CRC/AM 15.150/O-1

FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS FMPES

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas e Administradores do
Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do
Amazonas – FMPES

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem modificações.

Outras informações
Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas de forma comparativa, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram opinião em 25 de março de 2025, sem ressalvas.

Outros assuntos
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sem modificações sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião sem modificações. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem modificações. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8 "S" AM

Felipe da Silva Moreira
Contador
CRC/RN 547/O-8 "S" AM CRC/RN 10940/O-5 "S"AM

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM

Av. Constantino Nery, 5733, Flores CEP 69.058-795, Manaus/AM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Valores expressos em Real (R$)

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. (AFEAM), em estrito cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025. Tais peças foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, observando-se as diretrizes emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB), bem como os preceitos da Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações).

I. A AFEAM

1. A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. (AFEAM) é uma entidade da Administração Indireta do Estado, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 2.505/1998, com diretrizes de constituição e funcionamento inicialmente definidas pela Resolução CMN nº 2.574/1998 - posteriormente revogada pela Resolução CMN nº 2.828/2001 e suas alterações.
2. A Instituição obteve autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil por meio da carta DEORF/DEFIN nº 99-195/1999, sendo enquadrada como Instituição Financeira não bancária, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.192-70/2001 (que sucedeu a MP nº 2.139-64). Atualmente, sua composição acionária é formada pelo Estado do Amazonas (99,98%) e pelo Município de Manacapuru/AM (0,02%).
3. Missão Institucional: " Promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas por meio do financiamento às atividades produtivas, proporcionando a geração de ocupação e renda, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense."
4. Objeto Social: conceder financiamentos de capital fixo e de giro, vinculados a projetos no Estado do Amazonas que abranjam diversos setores da atividade econômica, priorizando o fomento aos pequenos negócios.

II. DESEMPENHO

5. No exercício de 2025, destacam-se os avanços estratégicos da AFEAM nos segmentos comentados a seguir:

II.1- Desempenho Estratégico

Gestão de Produtos e Serviços

6. Ao longo de 2025, a AFEAM otimizou a aplicação de recursos do FMPES para o financiamento de projetos de pequeno porte nos setores primário, secundário e terciário, por meio do Plano +Crédito Amazonas. Simultaneamente, a instituição manteve o aporte de recursos próprios para o fomento de empreendimentos de maior estrutura nos setores secundário e terciário.
7. No mesmo período, foi instituído o Programa Limpa Crédito, amparado pela Lei Estadual nº 7.401, de 07/03/2025. A iniciativa tem como objetivo facilitar a regularização de débitos de clientes inadimplentes e otimizar a recuperação de créditos originários do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Amazonas (FMPES), referentes a contratos firmados até 2019. Além de promover a inclusão financeira, o programa oferece condições facilitadas de pagamento para estimular a quitação de dívidas e a reabilitação do relacionamento comercial com a Agência. Conforme previsto no Art. 8º da referida lei, a sua vigência é de dois anos (07/03/2025 a 07/03/2027), com possibilidade de prorrogação por igual período mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

Parcerias

8. A AFEAM contou com o suporte estratégico de diversos parceiros técnicos para a operacionalização de seus programas de fomento, com as seguintes atribuições e responsabilidades:
• ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas): Orientação a feirantes e formalização de propostas de financiamento nos setores secundário e terciário;
• AMAZONASTUR (Empresa Estadual de Turismo do Amazonas): Orientação a empreendedores do segmento de turismo e formalização de propostas nos setores secundários e terciários via Plataforma de Crédito;
• CETAM (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas): Divulgação e orientação de alunos finalistas para a formalização de propostas nos setores primário, secundário e terciário;
• CIAMA (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas): Orientação e formalização de projetos nos setores secundário e terciário;
• FEPIAM (Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas): Assistência e formalização de propostas de Microcrédito destinadas aos Povos Originários;
• FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos): Disponibilização de recursos para projetos de inovação, visando o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, ou no aprimoramento dos já existentes, para ampliar a competitividade empresarial;
• FREMPEEI (Frente Parlamentar Estadual de Apoio as Micro e Pequenas Empresas e aos Empreendedores Individuais do Amazonas): Viabilização de acesso ao Microcrédito e Crédito Varejo para o público assistido pela Frente Parlamentar, em conjunto com o SEBRAE/AM;
• FPS (Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza): Formalização de propostas de crédito solidário para pessoas em situação de vulnerabilidade social e pequenas atividades produtivas;
• IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas): Elaboração e formalização de projetos técnicos voltados especificamente ao setor primário;
• JUCEA (Junta Comercial do Estado do Amazonas): Fornecimento de dados e informações cadastrais de empresas dos setores secundário e terciário;
• SEAS (Secretaria de Estado de Assistência Social): Operacionalização do programa Crédito Rosa, voltado a mulheres empreendedoras (autônomas e MEI);
• SEBRAE/AM (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas): Orientação e formalização de propostas de Microcrédito e Crédito de Varejo para empreendedores dos setores secundário e terciário;
• SEDECTI (Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação): Atuação em duas vertentes: Orientação e formalização de propostas para artesãos, autônomos e MEIs, via SETEMP, e Análise e validação técnica de negócios inovadores para acesso às linhas de crédito da Agência;
• SEJUSC (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania): Orientação e formalização de propostas para o público idoso via programa Empreender no Envelhecer (setores secundário e terciário);
• SEMIG (Secretária de Estado de Energia, Mineração e Gás): Viabilização de financiamentos de microcrédito e crédito de varejo para o segmento de energia sustentável;
• SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial): Divulgação do microcrédito e direcionamento de egressos de cursos de capacitação ao empreendedorismo;
• SEPA (Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura): Viabilização do acesso ao crédito (microcrédito e crédito de varejo) para pescadores e aquicultores;
• SEPCD (Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência): Orientação e formalização de propostas de microcrédito para Pessoas com Deficiência (PcD) ou responsáveis, via programa Mais Crédito Inclusão (secundário e terciário); e
• SEPROR (Secretaria de Estado da Produção Rural): Formulação de políticas para o setor primário que viabilizam os programas de crédito Procalcário, Promecanização e Mais Manejo Florestal, executados em parceria com o IDAM.

Feira de Negócios e Inovação

9. A AFEAM realizou a II Feira de Negócios e Inovação AFEAM 2025 nos dias 11 e 12 de setembro de 2025, no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques. O evento teve como objetivo fomentar negócios e consolidar o papel da Agência como agente transformador da vida da população amazonense. Segundo dados do Relatório Final, a iniciativa gerou impactos positivos para a economia do Estado por meio de negócios potenciais e efetivos, conforme detalhado abaixo:
• Público e Expositores: contou com 5.096 participantes e reuniu 86 empresas de diversos seguimentos, gerando cerca de 482 empregos diretos apenas entre os expositores - um crescimento de 38,50% em relação à edição anterior;
• Negócios Efetivados: foram fechados 4.031 negócios pelos expositores, movimentando R$ 486.400, o que representa um crescimento de 39,41% em comparação à primeira edição;
• Negócios Potenciais: foram identificados 4.314 negócios potenciais com valor estimado de R$ 6.020.000, um incremento de 186,81% em relação ao ano anterior;
• Crédito e Renegociação: foram realizadas 601 operações de crédito, com aplicação de R$ 9.600.000 e 90 renegociações de contratos, recuperando R$ 1.800.000, reforçando a feira como motor de desenvolvimento econômico;
• Parcerias Governamentais: a presença de diversos órgãos/secretarias estaduais parceiras foi fundamental para oferecer atendimento completo e personalizado. Os atendimentos totalizaram: FPS (70), DETRAN/AM (32), CETAM (150), SEMIG (143), FVS (50), FEPIAM (101), SEAS (175), SEDECTI (100), SEJUSC (141), SEPCD (40), COSAMA (água filtrada gelada onde foram utilizados 5.000 copos recicláveis), SEPROR (150), AMAZONASTUR (71) e ADS (85 expositores locais - feirantes).

Intercâmbios

10. A AFEAM participou de eventos estratégicos ao longo do ano, fortalecendo parcerias e o intercâmbio de conhecimentos técnico-institucionais, conforme detalhado abaixo:
• Brasília/DF (Abril): Presença na Assembleia Ordinária da ABDE, no lançamento da Agenda Legislativa 2025 e na 1ª Reunião do Conselho Fiscal de 2025 da ABDE;
• Brasília/DF (Maio): Atuação na reunião da SERFI e na Assembleia Geral Eleitoral Extraordinária da ABDE;
• São Paulo/SP (Maio): Contribuição na 87ª Reunião de Trabalho do FIP CRIATEC 3;
• Brasília/DF (Maio): Presença na cerimônia de Posse da Diretoria da ABDE (biênio 2025–2027);
• Brasília/DF (Junho): Participação no X Fórum Nacional de Transferências e Parcerias da União;
• São Paulo/SP (Junho): Participação no Seminário de Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática do Setor Financeiro, promovido pelo Banco Central do Brasil (BCB);
• São Paulo/SP (Agosto): Atuação na Assembleia Geral da ABDE e na 10ª Edição do Fórum de Desenvolvimento ABDE, com foco em Sustentabilidade;
• Porto Alegre/RS (Agosto): Participação na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da ABDE (passagem de bastão) e realização de visita institucional à sede da Agência de Fomento do RS (BADESUL);
• Brasília/DF (Novembro): Presença no Encontro Nacional de Contadores (ENACON), promovido pela ABDE; e
• Brasília/DF (Dezembro): Participação no prêmio ABDE-BID, na 2ª Edição do Prêmio ABDE de Jornalismo e na Assembleia Geral da instituição.

II.2 Desempenho Operacional - Comparativo 2024 e 2025

Financiamentos Contratados

11. Conforme detalhado no Quadro 1, considerando todas as fontes de recursos, a AFEAM realizou 13.855 operações de crédito em 2025, totalizando R$ 318.735.593. Esse investimento resultou na estimativa de 41.565 ocupações econômicas geradas ou mantidas em todo o Amazonas. A distribuição dos recursos demonstra o compromisso com a municipalização do crédito:
• Capital: 2.795 operações, totalizando R$ 125.220.665 (39,29%), com estimativa de 8.385 ocupações geradas ou mantidas; e
• Interior: 11.060 operações, somando R$ 193.514.928 (60,71%), com estimativa de 33.180 ocupações geradas ou mantidas.
12. Os financiamentos foram estrategicamente direcionados a micro e pequenas empresas, pequenos produtores rurais, cooperativas, associações, profissionais autônomos e liberais. Em comparação ao exercício de 2024, houve uma sutil redução de 1,02% no valor aplicado (R$ 3.289.871), variação que demonstra um desempenho dentro da regularidade e estabilidade do mercado.

Quadro 1 - Distribuição Espacial das aplicações

Área Espacial	Nº Operações		Valor (R$)		Rec. Aplicado (%)		Nº Ocupações Geradas/Mantidas	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Capital	3.674	2.795	136.916.839	125.220.665	42,52	39,29	11.022	8.385
Interior	12.348	11.060	185.108.625	193.514.928	57,48	60,71	37.044	33.180
TOTAL	**16.022**	**13.855**	**322.025.464**	**318.735.593**	**100**	**100**	**48.066**	**41.565**

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

13.Conforme o Quadro 2, considerando todas as fontes de recursos, verifica-se que o FMPES representa 92,15% do total aplicado, somando R$ 293.731.548 em 13.639 operações de crédito. Tal expressividade consolida o FMPES como a principal fonte de fomento às atividades produtivas do Estado, com impacto decisivo tanto na capital quanto no interior.

Quadro 2 - Aplicação por Fonte de Recursos

Fonte de Recursos	Nº Operações		Valor (R$)		% (Rec. Aplicado)	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
CONVÊNIOS	12	200	326.088	4.707.413	0,10	1,48
FMPES	15.994	13.639	304.525.102	293.731.548	94,57	92,15
REC. PRÓPRIOS	16	16	17.174.274	20.296.632	5,33	6,37
TOTAL	**16.022**	**13.855**	**322.025.464**	**318.735.593**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

14. Conforme o Quadro 3, dos R$ 318.735.593 investidos em 2025 por meio de 13.855 operações, a distribuição setorial revela a seguinte configuração:
• Setor Terciário (Comércio e Serviços): Lidera o ranking com 79,77% do aporte global, totalizando R$ 254.252.153 aplicados em 10.454 operações;
• Setor Primário (Rural): Representa 18,20% dos investimentos, com R$ 58.007.328 aplicados em 2.983 operações; e
• Setor Secundário (Indústria): Responde por 2,03% do volume total, somando R$ 6.476.112 em 418 operações.
15. Tais recursos foram destinados a micro e pequenas empresas, produtores rurais, cooperativas, associações e profissionais autônomos/ liberais.

Quadro 3 - Aplicação por Setor Econômico

Setor Econômico	Nº Operações		Valor (R$)		% (Rec. Aplicado)	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Primário	2.605	2.983	50.035.604	58.007.328	15,54	18,20
Secundário	428	418	16.343.458	6.476.112	5,07	2,03
Terciário	12.989	10.454	255.646.402	254.252.153	79,39	79,77
TOTAL	**16.022**	**13.855**	**322.025.464**	**318.735.593**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC-Planejamento/SCE

Geração e Manutenção de Ocupações Econômicas

16. Alinhada à sua missão de fomentar a economia e elevar a qualidade de vida no Amazonas, a AFEAM viabilizou, em 2025, a geração ou manutenção de 41.565 postos de trabalho na capital e no interior. Em comparação a 2024, houve uma redução de 13,53% (6.501 postos) em função da elevação do ticket médio das operações de crédito.

Administração do Crédito

17. A Agência realiza o acompanhamento dos projetos financiados, adotando práticas de cobrança preventiva, administrativa e judicial, além de campanhas de regularização. No primeiro semestre de 2025, foi lançado o Programa Limpa Crédito, instituído com base na Lei nº 7.401, de 7/3/2025, com o objetivo de facilitar a regularização de dívidas contratadas até 2019 com recursos do FMPES. A iniciativa promove a recuperação de ativos e a inclusão financeira, oferecendo condições acessíveis para que os clientes reabilitem seu relacionamento com a Agência, inclusive por meio de canais de renegociação on-line.
18. As ações resultaram nos seguintes indicadores:
• Renegociações: Conforme o Quadro 4, em 2025, foram realizadas 2.709 renegociações de crédito, totalizando R$ 48.861.312, o que representa um incremento de 9,64% em relação a 2024 (R$ 44.563.961). Desse montante, 2.617 operações utilizaram recursos do FMPES, somando R$ 41.405.916 aplicados.

Quadro 4 - Renegociação de Operações de Crédito

Fontes	Nº Operações		Valor (R$)		Representatividade % (Fonte/Total)		Comparação (%)
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024 vs. 2025
Rec. Próprios	6	10	1.909.014	5.339.037	4,28	10,93	279,68
FMPES Especial	0	0	-	-	0,00	0,00	-
FMPES	3.594	2.617	38.497.631	41.405.916	86,39	84,74	107,55
Valores e Bens	0	-	-	-	0,00	0,00	-
FTI	1	2	182.215	43.283	0,41	0,09	-
Convênios	169	80	3.975.101	2.073.076	8,92	4,24	52,15
TOTAL	**3.770**	**2.709**	**44.563.961**	**48.861.312**	**100,00**	**100,00**	**109,64**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

• Retorno de Financiamentos: O retorno de financiamentos em 2025 alcançou R$ 209.034.990, superando a meta do Planejamento Estratégico (R$ 201.591.900) com 103,69% de execução. Este resultado reflete um crescimento expressivo de 36,49% frente ao exercício de 2024 (R$ 153.148.957), conforme detalhado no Quadro 5:

Quadro 5 - Retorno de Financiamentos

Fontes	Valor (R$)		Representatividade % (Fonte/Total)		Comparação (%)
	2024	2025	2024	2025	2024 vs. 2025
FMPES	126.838.561	174.565.768	82,82	83,51	137,63
Recursos Próprios	19.295.645	18.076.843	12,60	8,65	93,68
Outros Valores - Conciliação	2.594.533	9.063.940	1,70	4,34	349,35
Outros Valores e Bens	875.698	2.741.537	0,57	1,31	313,07
Convênios	1.119.857	878.905	0,73	0,42	78,48
FTI	2.266.967	318.017	1,48	0,15	14,03
FMPES Especial	142.018	3.389.980	0,09	1,62	2387,01
BNDES/FINAME	15.678	-	0,01	0,00	0,00
TOTAL	**153.148.957**	**209.034.990**	**100,00**	**100,00**	**136,49**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

II.3 Desempenho Econômico-Financeiro

Receitas Totais vs. Despesas Totais

19. No exercício de 2025, as receitas totais somaram R$ 129.161.564 (Quadro 6), incremento de 4,36% em relação a 2024 (R$ 123.768.696). Em contrapartida, as despesas totais totalizaram R$ 110.313.240 (Quadro 7), com um leve aumento de 0,92% em relação a 2024 (R$ 109.305.567), evidenciando um rigoroso controle orçamentário e ganho de produtividade institucional.
20. As principais receitas da AFEAM apresentaram a seguinte distribuição (Quadro 6):
• Rendas de Prestação de Serviços: Totalizaram R$ 86.294.956 (66,81%), com destaque para a Taxa de Administração do FMPES que somam R$ 79.462.009 (61,52%);
• Rendas de Títulos e Valores Mobiliários (TVM): Somaram R$ 22.365.208 (17,32%);
• Outras Receitas Operacionais: Registraram R$ 13.279.142 (10,28%), com destaque para a Reversão de Provisões Passivas Não Associada ao Risco de Crédito que totalizam R$ 5.581.909 (4,32%);
• Rendas de Operações de Crédito: Totalizaram R$ 6.086.659 (4,71%), com destaque para Recursos Próprios que totalizam R$ 5.970.731 (4,62%).

Quadro 6 - Receitas Realizadas

RUBRICAS	2024		2025		2024 vs. 2025
	R$	PERC. (%)	R$	PERC.	PERC. (%)
1. Rendas de Operações de Crédito	**5.291.071**	**4,28**	**6.086.659**	**4,71**	**115,04**
1.1 Recursos Próprios	5.202.384	4,20	5.970.731	4,62	114,77
2. Rendas de Títulos e Valores Mobiliários - TVM	**23.953.586**	**19,35**	**22.365.208**	**17,32**	**93,37**
3. Rendas de Prestação de Serviços	**78.002.365**	**63,02**	**86.294.956**	**66,81**	**110,63**
3.1 Taxa Adm. FMPES	70.390.569	56,87	79.462.009	61,52	112,89
3.2 Tarifas e Taxas	7.611.796	6,15	6.832.947	5,29	89,77
4. Outras Receitas Operacionais	**12.799.808**	**10,34**	**13.279.142**	**10,28**	**103,74**
4.1 Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	22.364	0,02	3.606.312	2,79	16125,60
4.2 Reversão de Provisões Operacionais	12.526.789	10,12	3.744.588	2,90	29,89
4.3 Reversão de Provisões Passivas Não Associada ao Risco de Crédito	-	-	5.581.909	4,32	-
5. Outros	**3.721.866**	**3,01**	**1.135.599**	**0,88**	**30,51**
TOTAIS	**123.768.696**	**100,00**	**129.161.564**	**100,00**	**104,36**

Fonte: GETEC/Planejamento/Balancete Contábil

21. Os principais custos da AFEAM apresentaram a seguinte configuração (Quadro 7):
• Despesas Administrativas: Totalizaram R$ 68.082.314 (61,72%), com destaque para pessoal e tributário: Despesas de Pessoal: R$ 49.888.492 (45,22%); Despesas Tributárias: R$ 4.326.171 (3,92%); Serviços de Terceiros: R$ 4.183.534 (3,79%); Processamento de Dados: R$ 2.082.389 (1,89%); Vigilância e Segurança: R$ 902.784 (0,82%).
• Outras Despesas Operacionais: Somaram R$ 21.731.986 (19,70%), com destaque para as provisões e encargos: Provisões para Risco de Crédito: R$ 5.122.947 (4,64%); Contribuição ao COFINS: R$ 4.640.013 (4,21%); Provisão de Passivo Contingente Trabalhista: R$ 4.572.529 (4,15%); Provisão de Passivo Contingente Fiscal: R$ 2.649.681 (2,40%); Administração de Fundos e Programas: R$ 2.276.368 (2,06%); e Provisões de Passivos Contingentes Cíveis: R$ 599.164 (0,54%).
• Apuração do Resultado: Registrou R$ 19.466.793 (17,65%), com ênfase na carga tributária sobre o lucro: Imposto de Renda: R$ 8.935.926 (8,10%); Contribuição Social: R$ 7.344.202 (6,66%).

Quadro 7- Despesas Realizadas

RUBRICAS	2024		2025		2024 vs. 2025
	R$	PERC. (%)	R$	PERC. (%)	PERC. (%)
1. Despesas Administrativas	**63.297.110**	**57,91**	**68.082.31**	**61,72**	**107,56**
1.1 Despesas de Pessoal	45.838.514	41,94	49.888.49	45,22	108,84
1.2 Serviços de Terceiros	4.347.656	3,98	4.183.534	3,79	96,23
1.3 Despesas Tributárias	3.911.535	3,58	4.326.171	3,92	110,60
1.4 Processamento de Dados	1.796.429	1,64	2.082.389	1,89	115,92
1.5 Vigilância e Segurança	861.189	0,79	902.784	0,82	104,83
2. Aprovis. e Ajustes Patrimoniais	**18.616.247**	**17,03**	**360.514**	**0,33**	**1,94**
2.2 Depreciação	205.575	0,19	208.151	0,19	101,25
3. Apuração do Resultado	**15.529.275**	**14,21**	**19.466.79**	**17,65**	**125,36**
3.1 Imposto de Rendas	7.179.501	6,57	8.935.926	8,10	124,46
3.2 Contribuição social	5.904.509	5,40	7.344.202	6,66	124,38
4. Outras Desp. Operacionais	**10.052.562**	**9,20**	**21.731.98**	**19,70**	**216,18**
4.1 Adm. Fundos e Programas	5.908.352	5,41	2.276.368	2,06	38,53
4.2 Contribuição a COFINS	3.346.070	3,06	4.640.013	4,21	138,67
4.3 Provisão p/ o Risco de Crédito*	3.293.635	3,01	5.122.947	4,64	155,54
4.4 Prov. Passivas Trabalhistas*	7.862.700	7,19	4.572.529	4,15	58,15
4.5 Provisões Passivas Cíveis*	770.276	0,70	599.164	0,54	77,79
4.6 Provisões Passivas Fiscais*	6.255.627,50	5,72	2.649.681	2,40	42,36
5. Outros	**1.810.373**	**1,65**	**671.633**	**0,60**	**37,10**
TOTAIS	**109.305.567**	**100,00**	**110.313.2**	**100,00**	**100,92**

Fonte: GETEC/Planejamento/Balancete Contábil

Nota: (*) Em razão da reclassificação contábil ocorrida em janeiro de 2025, houve deslocamento de rubricas entre os grupos Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais e Outras Despesas Operacionais, saindo daquele para esse grupo: 4.3 Provisão p/ o Risco de Crédito; 4.4 Provisões Passivas Trabalhistas; 4.5 Provisões Passivas Cíveis; e 4.6 Provisões Passivas Fiscais. Esse fato alterou a relação entre os valores das rubricas principais: Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais, passou de R$ 18.616.247(2024) para R$ 360.514 (2025); Outras Despesas Operacionais, passou de R$ 10.052.562 (2024) para R$ 21.731.986 (2025). Dessa forma, os valores dos grupos citados são diferentes da somatória das rubricas de despesas que compõem os referidos grupos.

Resultado do Exercício

22. A AFEAM encerrou 2025 com um resultado positivo de R$ 18.848.323, aumento de 30,32% em relação a 2024 (R$ 14.463.130). Os principais fatores que impulsionaram esse desempenho foram:
• Pelo lado das Receitas: Rendas de Operações de Créditos: aumento para R$ 6.086.659 (2024 - R$ 5.291.071); Rendas de Prestação de Serviços: aumento para R$ 78.002.365 (2024-R$ 86.294.856); Outras Receitas Operacionais: aumento para R$ 13.279.142 (2024-R$ 12.799.807)
• Pelo lado das Despesas: Obrigações de Empréstimo e Repasses: redução para R$ 482.676 (2024-R$ 532.737); Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais / Outras Despesas Operacionais: redução para R$ 22.092.500 (2024- R$ 28.668.809); Despesas Não Operacionais: redução para R$ 188.957 (2024 - R$ 563.676).

Patrimônio de Referência (PR) e Patrimônio Líquido (PL)

23. Em 31 de dezembro de 2025, os indicadores de solvência da Agência apresentaram evolução consistente:
• O Patrimônio de Referência (PR) atingiu R$ 143.748.638, crescendo 14,80% em relação a 2024 (R$ 125.214.051); e
• O Patrimônio Líquido (PL) alcançou R$ 144.490.585, crescendo 14,87% em relação a 2024 (R$ 125.785.992).

Arrecadação e Taxa de Administração do Fundo (FMPES)

24. Do montante de arrecadação do Fundo inicialmente previsto no Planejamento Estratégico (R$ 208.465.000), a AFEAM recebeu R$ 210.043.671, o que corresponde a 100,76% da meta. Em comparação ao arrecadado em 2024 (R$ 191.475.618), representa um aumento de 9,70% (R$ 18.568.053).
25. Esse resultado contribuiu para uma taxa de administração na ordem de R$ 79.462.009. O aumento de 12,89% em relação a 2024 (R$ 70.390.569) é justificado, principalmente, pelo valor da arrecadação realizado no exercício (R$ 210.043.671), bem como o retorno de financiamentos, o que reflete uma maior disponibilidade de recursos para garantir a manutenção operacional da agência como investimentos em tecnologia para modernização da oferta de serviços financeiros aos empreendedores do Estado.

II.4 Desempenho na Gestão de Pessoas

Quadro de Empregado

26. Em 31 de dezembro de 2025, o quadro de pessoal da AFEAM era composto por 157 empregados efetivos (concursados) e 15 comissionados, totalizando 172 colaboradores ativos. Deste total, 95,35% possuem nível superior e 4,65% nível médio, o que demonstra que a AFEAM detém uma equipe técnica altamente qualificada para prestar serviços financeiros de excelência à população amazonense.

Benefícios

27. Alinhada aos seus valores, a AFEAM preza pelo bem-estar de seus colaboradores, visando o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Nesse contexto, além dos benefícios legais, a Agência mantém vantagens como: complementação salarial ao auxílio-doença/acidente previdenciário, auxílio-saúde, seguro de vida em grupo, auxílio-creche/babá, auxílio-educação, auxílio especial para filhos com necessidades especiais, extensão da licença-maternidade, auxílio-refeição e cesta-alimentação (incluindo a 13ª cesta), Participação nos Lucros e Resultados (PLR), e concessão de jornada diferenciada, independentemente de compensações laborais posteriores, aos empregados que tenham dependente legal (guarda, tutela ou curatela) com deficiência em condição permanente ou de caráter continuado.

Capacitação

28. Seguindo a premissa de que cada empregado é fundamental para o cumprimento da missão institucional e em total consonância com seu Estatuto Social - que oferece oportunidades de crescimento e ascensão a cargos diretivos -, a Agência executa a sua Política de Treinamento e Desenvolvimento, estruturada em quatro níveis:
• Nível Básico: visa instruir os colaboradores em atividades comuns, estimular o conhecimento de normativos (internos e externos), fomentar a ética profissional e desenvolver a cultura de controles internos, riscos e compliance;
• Nível Técnico: foca na busca por meios eficientes para otimizar processos cotidianos, visando o alcance de metas, agilidade nos serviços e maior confiabilidade das informações;
• Nível Estratégico: prepara empregados do quadro de carreira para o exercício de funções de chefia, liderança e cargos estatutários; e
• Nível Obrigatório: capacita os colaboradores em temas específicos exigidos por dispositivos legais ou infralegais.
29. No exercício de 2025, considerando as modalidades presencial e EAD, foram realizados 38 treinamentos, com investimento total de R$ 366.447. A iniciativa alcançou 167 empregados, que participaram de, ao menos, uma capacitação, conforme detalhado no Quadro 8:

Quadro 8 - Treinamentos - 2025

Classificação	Treinamentos	Participantes	Valor (R$)
Nível Básico	2	190	0
Nível Técnico	21	334	142.944
Nível Estratégico	12	337	135.643
Nível Obrigatório	3	113	87.860
Total	**38**	**974**	**366.447**

Fonte: GERAD-Recursos Humanos

Programa de Estágio e Aprendizado

30. Em 31 de dezembro de 2025, o quadro da AFEAM contava com 37 estagiários de nível superior e 07 aprendizes (ensino médio), reforçando o compromisso da Agência com a inserção de jovens no mercado de trabalho e a formação profissional.

Concurso Público

31. Ao longo de 2025, foram integrados 04 novos empregados aprovados em concurso público. Destes, 03 foram convocados em fevereiro e 01 em setembro, todos para o preenchimento de vagas previstas no Edital.

II.5 Governança e Gestão de Riscos

Estrutura de Governança Coorporativa

32. A AFEAM possui uma estrutura de Governança Corporativa que assegura a transparência, a equidade e a responsabilidade na execução de suas atividades, garantindo uma eficaz prestação de contas à sociedade. As decisões, além de colegiadas, fundamentam-se em critérios técnicos e respeitam o regime de alçadas decisórias estabelecido no Estatuto Social, regimentos, políticas e normas internas.
33. A governança dos órgãos colegiados estatutários é composta pelo Conselho de Administração (COAD), Diretoria Colegiada (DICOL), Conselho Fiscal (COFIS) e Comitê de Auditoria (COAUD). Complementam essa estrutura: Comitê de Análise de Crédito (COMCRED); Comitê de Elegibilidade e Comitê de Remuneração; Comissão de Ética, Conduta e Integridade (CECI); Comissão Permanente de Apuração de Indícios de Ilicitude.
34. A Agência mantém ainda estruturas dedicadas de Controles Internos, Compliance, Gerenciamento de Riscos e Gestão de Capital (GECOR) e unidade de Auditoria Interna (AUDIN). Esta última reporta-se tecnicamente ao COAUD e hierarquicamente ao COAD. A estrutura de Ouvidoria tem seus trabalhos analisados pela DICOL, COAUD e COAD.

Controles Internos e Conformidade

35. A AFEAM dispõe da Gerência de Controles Internos e Riscos (GECOR), unidade vinculada à Diretoria Colegiada, responsável por:
• Gestão dos Controles Internos: assegurar a efetividade operacional, confiabilidade das informações e conformidade normativa, mitigando riscos processuais;
• Gestão de Conformidade: garantir a aderência às normas legais, padrões éticos e princípios de governança;
• Gestão de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT): prevenir a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo por meio de políticas e controles em conformidade com a legislação vigente;
• Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR): identificar e tratar riscos que possam comprometer as linhas de negócio da Agência;
• Gestão de Capital: avaliar a capacidade de absorção de riscos, garantindo a sustentabilidade operacional.
36. No exercício de 2025, a AFEAM adotou ações voltadas ao aprimoramento das estruturas de controle e gestão de riscos, destacando-se:
• Controles Internos e Conformidade: As atividades de acompanhamento e monitoramento foram intensificadas mediante comunicação ativa com as unidades, visitas in loco, orientações técnicas e definição de planos de ação. As iniciativas focaram na disseminação de boas práticas, conformidade normativa e fortalecimento da governança, utilizando a ferramenta Microsoft Planner para garantir organização e rastreabilidade;
• PLD/FT: As atividades foram conduzidas em estrita conformidade com a Política e os Procedimentos internos de PLD/FT, fundamentados na Circular BCB nº 3.978/2020 e na Carta Circular BCB nº 4.001/2020; e
• Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital: As atividades seguiram as estruturas vigentes de gestão. No segundo semestre de 2025, foi realizada a transmissão de dados ao Banco Central referente ao DRSAC/BCB (Documento de Riscos Social, Ambiental e Climático).

II.6 Ouvidoria

37. A AFEAM, em estrito cumprimento às Resoluções CMN nº 4.860/2020 e BCB nº 28/2020, e em consonância com o Decreto Estadual nº 40.636/2019, mantém uma estrutura de Ouvidoria voltada a representar os interesses dos cidadãos perante a Agência. O objetivo central é garantir que as demandas sejam tratadas com adequação e transparência, utilizando os seguintes canais: Portal Institucional: link externo do Sistema OMD em www.afeam.am.gov.br; Ligação Gratuita: 0800-286-3066; Atendimento Presencial: na sede da Agência; WhatsApp: (92) 3655-3070; E-mail: ouvidoria@afeam.org.br; Correspondência: Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, Manaus/AM – CEP: 69.058-795; Caixas Coletoras: localizadas na entrada principal da AFEAM.
38. No exercício de 2025, a Ouvidoria contabilizou um total de 99.016 atendimentos, incluindo os de primeira instância. Desse volume, apenas 66 registros foram classificados como demandas efetivas de Ouvidoria, conforme detalhado no Quadro 9:

Quadro 9 - Demandas da Ouvidoria – Exercício de 2025

DEMANDAS DA OUVIDORIA			Atendimentos Totais, Incluindo as demandas de Ouvidoria		
Tipo	Quant.	%	Canais	Quant.	%
Denúncia	2	3,03	Presencial	8	0,01
Reclamação	28	42,42	Telefone	1.010	1,02
Informação	35	53,03	E-mail	5.821	5,87
Sugestão	-	-	WhatsApp	92.111	93,03
Elogio	1	1,52	Site	66	0,07
Outros	-	-	Correspondência	-	-
			Caixa de Sugestão	-	-
			Outros	-	-
TOTAL	**66**	**100,00**	**TOTAL**	**99.016**	**100,00**

Fonte: Ouvidoria/Sistema OMD

II.7 Política de Dividendos e Reinvestimento

39. A Política de Dividendos da AFEAM, aprovada na AGO de abril de 2021, fundamenta-se nos princípios de perenidade, sustentabilidade e solidez financeira. Sua gestão é pautada pela legalidade, integridade, impessoalidade, eficiência e transparência no uso dos recursos.
40. Dividendos Obrigatórios: Conforme o Art. 6° da referida política, assegura-se aos acionistas o direito a dividendos obrigatórios de 1,0% do lucro líquido ajustado, após a dedução da Reserva Legal.
41. Política de Reinvestimento: Alinhada às premissas de perenidade, a política de reinvestimento integra a estratégia de dividendos da Agência. Historicamente, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ratifica a proposta da Diretoria Colegiada de destinar tanto os dividendos obrigatórios quanto o lucro remanescente para o Aumento de Capital. Essa capitalização visa fortalecer o Plano de Capital e viabilizar o financiamento do objeto social da instituição, além de sustentar o Plano de Investimento em Tecnologia e Organização Espacial, instituído em 2021.

II.8 Política de Equidade

42. Em maio/2025, a AFEAM aprovou a sua política de Política de Diversidade, Equidade e Igualdade de Gênero, a qual tem como objetivos, dentre outros, o de promover a equidade de gênero, em conformidade com a Agenda 2030 (ODS5 e ODS10). O Quadro 10 apresenta a posição geral dos recursos humanos da AFEAM, segregados por cargo/função com comparativo entre mulheres e homens, cujo resultado demonstra o compromisso da Agência com a valorização da força de trabalho feminina:

Quadro 9 - Demandas da Ouvidoria – Exercício de 2025

Cargo/Função/emprego	Quant. Empregados		Quant. Mulheres		Proporção Mulheres (%)		Proporção Homens (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Conselho de Administração (*)	7	7	1	2	14,29	28,57	85,71	71,43
Diretoria Colegiada(*)	3	3	1	1	33,33	33,33	66,67	66,67
Conselho Fiscal(*)	3	3	1	1	33,33	33,33	66,67	66,67
Comitê de Auditoria(*)	3	3	0	0	0,00	0,00	100,00	100,00
Gerência/Chefia (**)	14	14	6	6	42,86	42,86	57,14	57,14
Assessores (**)	34	33	11	10	32,35	30,30	67,65	69,70
Coordenadores (**)	20	20	9	9	45,00	45,00	55,00	55,00
Auditores (**)	10	9	5	5	50,00	55,56	50,00	44,44
Suporte de Governança (**)	5	5	5	5	100,00	100,00	0,00	0,00
Técnicos (Especialistas) (***)	84	84	37	36	44,05	42,86	55,95	57,14
Total	**183**	**181**	**76**	**75**	**41,53**	**41,44**	**58,47**	**58,56**

Fonte: GEPEC- Folha de Pagamento

NOTA: (*) Cargos estatutários – indicados pelos acionistas da AFEAM; (**) Empregos/funções de confiança – designados pela Diretoria da AFEAM; e (***) Empregos de Carreira - ingressos por meio de concurso público, portanto, a AFEAM não tem ingerência sobre essas contratações.

43. Os Quadros 11, 12 e 13 demonstram, no final de 2025, o cumprimento da Lei nº 15.177, de 2025 (alterou o Art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404, de 1976, e Art. 8º e 19-A da Lei nº 13.303, de 2016), que estabeleceu reserva mínima de 30% das vagas de membros titulares para mulheres em conselhos de administração, o que deverá ser implementado na gradação seguinte: 10%, a partir da primeira eleição; 20%, a partir da segunda eleição; e 30%, a partir da terceira eleição, todos contados da entrada em vigor da referida Lei.

Quadro 11 - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos

Nível Hierárquico	Quant. Empregados		Quant. Mulheres		Proporção Mulheres (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
1º Nível – Administração	**10**	**10**	**2**	**3**	**20,00**	**30,00**
Conselho de Administração	7	7	1	2	14,29	28,57
Diretoria	3	3	1	1	33,33	33,33
2º Nível – Gerenciamento	**13**	**13**	**5**	**5**	**38,46**	**38,46**
Gerente	11	11	5	5	45,45	45,45
Presidente da CPL	1	1	0	0	0,00	0,00
Assessor Financeiro	1	1	0	0	0,00	0,00
3º Nível – Coordenação, Assessoria e Governança	**73**	**71**	**33**	**32**	**45,21**	**45,07**
Coordenador	20	20	9	9	45,00	45,00
Ouvidor	1	1	1	1	100,00	100,00
Assessor	34	33	11	10	32,35	30,30
Auditor	10	9	5	5	50,00	55,56
Secretário de Comitês	1	1	0	0	0,00	0,00
Membros da CPL	2	2	2	2	100,00	100,00
Suporte de Governança	5	5	5	5	100,00	100,00
4º Nível – Técnico e Operacional	**81**	**81**	**35**	**34**	**43,21**	**41,98**
Especialistas de Fomento	65	65	34	33	52,31	50,77
Técnico de Fomento	4	4	0	0	0,00	0,00
Agente de Fomento	12	12	1	1	8,33	8,33
Total	**177**	**175**	**75**	**74**	**42,37**	**42,29**

Fonte: GEPEC- Folha de Pagamento

Quadro 12 - Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração (Cargos de Direção Superior)

Cargos - Administradores	Quant. Empregados		Quant. Mulheres		Proporção Mulheres (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Conselho de Administração	7	7	1	2	14,29 (*)	28,57
Diretoria	3	3	1	1	33,33	33,33

Fonte: GEPEC- Folha de Pagamento

Nota: (*) Limite da Lei 15.177/25, em 2025 - 10%.

Quadro 13 - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, para funções similares

Funções Similares	Participação no montante da remuneração					
	Quant. Mulheres		Proporção Mulheres (%)		Proporção Homens (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Conselho de Administração	1	2	14,29	28,57	85,71	71,43
Diretoria Colegiada	1	1	32,21	32,21	67,79	67,79
Gerência/Chefia	6	6	42,18	41,19	57,82	58,81
Assessores	11	10	27,93	27,11	72,07	72,89
Coordenadores	9	9	46,36	46,48	53,64	53,52
Auditores	5	5	54,60	58,28	45,40	41,72
Suporte de Governança	5	5	100,00	100,00	0,00	0,00
Técnicos (Especialistas)	37	36	44,87	46,85	55,13	53,15
Total	**75**	**74**	**42,37**	**42,29**	**57,63**	**57,71**

Fonte: GEPEC- Folha de Pagamento

III. RESUMO DOS PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

44. O exercício de 2025, conforme Quadro 15, consolidou-se como um período de expansão recorde para a AFEAM, onde o lucro líquido cresceu 30,32% e o patrimônio líquido expandiu 14,87%. Igual performance ocorreu com o retorno de financiamentos que superou a meta estratégica em 3,69%, totalizando R$ 209.034.90 em recursos recuperados para reinvestimento na economia do Estado. O sucesso no retorno desses recursos é vital para a sustentabilidade do modelo de fomento da AFEAM, pois permite a recirculação do capital para novos créditos, reduzindo a dependência de aportes externos e fortalecendo a liquidez imediata da Instituição.

Quadro 14 - Desempenho Consolidado (2024 - 2025)

Indicador	2024	2025	Variação
Resultado Líquido	R$ 14.463.130	**R$ 18.848.323**	30,32
Patrimônio Líquido	R$ 125.785.992	**R$ 144.490.585**	14,87
Taxa de Administração	R$ 70.390.569	**R$ 79.462.009**	12,89
Arrecadação FMPES	R$ 191.475.618	**R$ 210.043.671**	9,70
Contratação de Financiamentos	R$ 322.025.464	**R$ 318.735.593**	- 1,02
Retorno de Financiamentos	R$ 153.148.957	**R$ 209.034.90**	36,49

Fonte: GEPEC- Folha de Pagamento

IV. AGRADECIMENTOS

45. A Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) expressa seu profundo agradecimento a todos que contribuíram para os resultados excepcionais alcançados no exercício de 2025:
• Ao Governo do Estado do Amazonas: Pelo suporte estratégico e pela confiança na missão da Agência como braço executor do crédito orientado e agente indutor de desenvolvimento regional sustentável;
• Aos acionistas da AFEAM: Pelo apoio contínuo na qualificação da Agência como instrumento eficaz de desenvolvimento regional sustentável;
• Aos Nossos Clientes: Que acreditam no trabalho desta Instituição e, ao honrarem seus compromissos (refletidos no crescimento de mais 36% no retorno de financiamentos), permitem que o recurso gire na economia propiciando o alcance a novos empreendedores;
• Ao Corpo Funcional: Cujo empenho técnico e compromisso com a eficiência operacional foram fundamentais para a modernização dos processos operacionais e administrativos, bem como o aumento de mais de 30% no lucro líquido;
• Aos Órgãos Estatutários: Pelo diálogo profícuo que fortalece a governança, a solidez da Agência e a gestão eficiente dos recursos, o que está representado na evolução patrimonial de aproximadamente 15%;
• Aos Parceiros Técnicos: Pelo trabalho harmônico e responsável, que foi o alicerce para o alcance do crédito em todo o Estado; e
• As demais autoridades do Estado: Pela parceria institucional e pela integração de esforços nas ações transversais de fomento.
46. Seguimos juntos, fortalecendo o empreendedorismo amazonense e construindo um Estado mais próspero.

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente

Cristina Coelho da Silva
Diretora de Administração

João Batista Silva Tavares
Diretor de Crédito

BALANÇO PATRIMONIAL
Em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

	Nota	DEZEMBRO 2025
ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		**303.245.123**
DISPONIBILIDADE	3.c; 4	860.965
ATIVOS FINANCEIROS		**295.222.229**
Custo Amortizado	3.d; 5.a; b	**292.477.645**
Títulos e Valores Mobiliários		51.824.735
Operações de crédito		43.692.984
Outras Operações com característica de concessão de crédito		1.303.360
(-) Provisão para Perdas Esperadas Assoc ao Risco de Crédito	3.d; 5.b	**(4.343.434)**
(-) Operações de crédito		(4.318.670)
(-) Outras Operações com característica de concessão de crédito		(24.764)
Valor Justo ao Resultado		2.744.584
Títulos e Valores Mobiliários		2.744.584
OUTROS ATIVOS	3.e; 6	**7.161.929**
PERMANENTE	7	**9.973.673**
IMOBILIZADO DE USO		9.410.573
INTANGÍVEL		563.100
TOTAL DO ATIVO		**313.218.796**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL Em Real (R$) (desconsiderando as frações de centavos)	Nota	DEZEMBRO 2025
PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		**168.728.212**
PASSIVOS FINANCEIROS		-
Custo Amortizado		-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-
PROVISÕES	3.h	**47.011.225**
Pessoal	8.a	4.966.619
Contingências	8.b	42.044.606
OUTROS PASSIVOS	3.i	**121.716.987**
Sociais e Estatutária	9.a	3.399.923
Fiscais e Previdenciárias	9.b	12.645.736
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	9.c	104.166.292
Diversos	9.d	1.475.036
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**144.490.584**
CAPITAL SOCIAL	10.a	120.336.599
RESERVAS DE LUCRO	10.b	24.153.985
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
TOTAL DO PASSIVO		**313.218.796**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO Em Real (R$) (desconsiderando as frações de centavos)	Nota	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
RECEITA DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**18.034.104**	**31.515.366**
Operações de Crédito		6.685.775	9.692.972
Resultado de Operações com Título e Valores Mobiliários		11.348.419	21.822.394
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(1.356.367)**	**(1.861.036)**
Operações com Empréstimos e Repasses		(219.277)	(482.676)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.b	(3.701.399)	(5.122.947)
Reversão de Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	5.b	2.564.309	3.744.587
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**16.677.827**	**29.654.330**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**6.733.003**	**7.857.537**
Receitas de Prestação de Serviços	11.a	45.727.218	86.294.956
Despesas de Pessoal	11.b	(27.387.577)	(52.400.320)
Outras Despesas Administrativas	11.c	(6.195.713)	(11.355.823)
Despesas Tributárias	11.d	(5.127.366)	(9.720.186)
Outras Receitas Operacionais	11.e	5.058.115	5.928.242
Outras Despesas Operacionais	11.f	(5.341.674)	(10.889.332)
RESULTADO OPERACIONAL		**23.410.830**	**37.511.867**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	11.g	**448.666**	**803.250**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**23.859.496**	**38.315.117**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(7.699.741)**	**(16.280.129)**
Provisão para Imposto de Renda		(4.225.984)	(8.935.927)
Provisão para Contribuição Social		(3.473.757)	(7.344.202)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NOS LUCROS		**(3.186.665)**	**(3.186.665)**
Administradores		(87.801)	(87.801)
Empregados		(3.098.864)	(3.098.864)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		**12.973.090**	**18.848.323**
NÚMERO DE AÇÕES		**120.336.599**	**120.336.599**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	10.a	**0,11**	**0,16**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO Em Real (R$) (desconsiderando as frações de centavos)	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**12.973.090**	**18.848.323**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Variação de Valor Justo		
Total de Outros Resultados Abrangentes	**12.973.090**	**18.848.323**
Total do Resultado Abrangente	**12.973.090**	**18.848.323**
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador	**12.970.495**	**18.844.553**
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores	**2.595**	**3.770**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Real (R$)

EVENTOS	Nota	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCRO			RESULT ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	EXPANSÃO	OUTRAS			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**106.460.046**	**1.759.465**	**3.857.443**	**13.732.838**	-	-	**125.785.992**
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966/21							**(101.523)**	**(101.523)**
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2025		**106.460.046**	**1.759.465**	**3.857.443**	**13.732.838**	-	**(101.523)**	**129.684.469**
Reversões de Reservas		-	-	**(287.920)**	-	-	**287.920**	-
Lucro Líquido			-	-		-	**18.848.323**	**18.848.323**
Aumento de Capital	10.a	**13.871.553**	-	-	**(13.732.838)**	-	-	**138.715**
Destinações			**942.416**		**17.911.381**	-	**(19.034.720)**	**(180.923)**
- Dividendos	10.d	-	-	-	-	-	(180.923)	(180.923)
- Reserva Legal			942.416				(942.416)	-
- Reserva Expansão								-
- Outras		-	-		17.911.381	-	(17.911.381)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**120.336.599**	**2.692.881**	**3.569.723**	**17.911.381**	-	-	**144.490.584**
MUTAÇÃO DO PERÍODO		**13.871.553**	**942.416**	**(287.920)**	**4.178.543**	-	**101.523**	**18.805.115**
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2025		**120.336.599**	**2.044.226**	**3.857.443**	**5.479.949**	-	-	**131.658.417**
Reversões de Reservas				**(287.920)**			**287.920**	-
Lucro Líquido							**12.973.090**	**12.973.090**
Aumento de Capital	10.a	-			-			-
Destinações		-	**648.655**	-	**12.431.432**	-	**(13.261.030)**	**(180.923)**
- Dividendos	10.d						(180.923)	(180.923)
- Reserva Legal			648.655				(648.655)	-
- Reserva Expansão								-
- Outras					12.431.432		(12.431.432)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**120.336.599**	**2.692.881**	**3.569.723**	**17.911.381**	-	-	**144.490.584**
MUTAÇÃO DO PERÍODO		-	**648.655**	**(287.920)**	**12.431.432**	-	-	**12.792.167**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Método Indireto Em Real (R$) (desconsiderando as frações de centavos)	Nota	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL		**20.672.831**	**35.128.452**
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos		**(133.994)**	**3.301.457**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.b	3.701.399	5.122.947
Depreciações e Amortizações		137.007	217.121
(Reversão) de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.b	(2.564.309)	(3.744.587)
(Reversão) Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais		(1.131.421)	2.284.169
Ajuste devedores exercícios anteriores			(101.523)
Desvalorização de ativos permanentes		(84.905)	(84.905)
Desvalorização de outros valores e bens		178.235	178.235
Perda (Lucro) venda ANFMV		(370.000)	(570.000)
Lucro Líquido Ajustado		**20.538.837**	**38.429.909**
Variação De Ativos E Passivos Operacionais		**81.480.128**	**27.278.630**
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(859.592)	(7.716.968)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários		39.063.185	36.127.384
(Aumento) Redução em Devedores por Compra de Valores e Bens		509.143	(595.012)
(Aumento) Redução em Outros Créditos		2.491.903	(356.672)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		167.930	(128.954)
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro		(8.058.400)	(8.860.941)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		55.962.700	25.089.922
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(7.699.741)	(16.280.129)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE / UTILIZADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**102.018.965**	**65.708.539**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação ANFMV		2.000.000	4.600.000
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento			8.763
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		(142.257)	(183.166)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE / UTILIZADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**1.857.743**	**4.425.597**
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**103.876.708**	**70.134.136**
Início do Período		59.730.472	93.473.044
Fim do Período	3.c; 4	163.607.180	163.607.180
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**103.876.708**	**70.134.136**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2025
Valores expressos em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL
A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. – AFEAM, órgão da administração indireta do Estado, constituída como empresa pública sob a forma jurídica de sociedade anônima de capital fechado, teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 2.505, de 1998 e suas regras de constituição e funcionamento definidas pela Resolução CMN nº. 2.574, de 1998, a qual foi revogada pela Resolução CMN nº 2.828, de 2001. Está localizada na Av. Constantino Nery, nº 5.733, Flores, CEP 69.058-795, Manaus/AM.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976, e suas alterações, bem como em consonância com as normas para elaboração de demonstrações financeiras individuais aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB, Resolução CMN nº 4.818, de 2020 e Resolução BCB nº 2, de 2020, incluindo as diretrizes emanadas pela Lei nº 4.595, de 1964.
Essas demonstrações financeiras, data base dezembro de 2025, estão sendo divulgadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), não sendo apresentadas as informações comparativas, conforme dispensa pelo art. 79 da Resolução CMN 4.966, de 2021.
Normativos vigentes a partir de janeiro de 2025:
a) Resolução CMN nº 4.966, de 2021:
Essa Resolução dispõe que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar aos seus instrumentos financeiros os conceitos e critérios contábeis nela estabelecidos, substituindo a Resolução CMN nº 2.682, de 1999, conforme abaixo:
I. Classificação e Mensuração dos Ativos: as instituições financeiras devem fundamentar em seu modelo de negócio como irão gerir seus ativos financeiros, classificando-os em uma das três categorias de mensuração, conforme a seguir:
Custo amortizado: os ativos são mantidos para coletar os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos, representando somente o pagamento de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. Os ajustes desses ativos são classificados como perda de crédito.
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): os ativos são mantidos com o objetivo de gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios e pelos fluxos de caixa futuros contratualmente previstos, constituindo-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. As alterações no valor justo são contabilizadas em outros resultados abrangentes.
Valor Justo por meio do Resultado (VJR): são os demais ativos financeiros não classificados como custo amortizado nem como VJORA.
II. Classificação dos Passivos Financeiros: os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, sendo vedada a sua reclassificação.
III. Reconhecimento de juros: Os instrumentos financeiros terão o reconhecimento de juros interrompidos com 90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado como problemático.
IV. Provisão para Perda: a AFEAM adotou a metodologia simplificada que considera diversos aspectos econômico, financeiro e contábil da contraparte pessoa jurídica, pessoa natural e instrumento financeiro.
V. Baixa para prejuízo: serão baixados os instrumentos financeiros que não houver expectativa de recuperação.
b) Instruções Normativas BCB nº 537 a 543, de 2024:
Em novembro de 2024, o Banco Central do Brasil divulgou as Instruções Normativas nº 537 a 543, definindo as novas rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF). A AFEAM adaptou seu plano de contas interno as rubricas contábeis do novo COSIF.
A reconciliação do Patrimônio Líquido demonstrando os efeitos da transição da norma está demonstrado na nota 15.
Na data de 17/03/2026 foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda Funcional
As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real (R$), desconsiderando as frações de centavos.
b) Reconhecimento do Resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, exceto às oriundas de operações de crédito caracterizadas como ativos problemáticos, em que as receitas são reconhecidas quando de seu recebimento ou reconhecidas, prospectivamente, a partir do período em que a operação de crédito deixar de ser caracterizada como ativo problemático.
c) Caixa e Equivalente de Caixa
Foi considerado como "Caixa e Equivalentes de Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários de curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.
d) Ativos Financeiros
Composto por Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e parte de Outras Operações com característica de concessão de crédito.
A Resolução do COAD nº 28/2024, de 27/12/2024, aprovou a Política de Modelo de Negócio para Gestão de Ativos e Passivos Financeiros e Normas Relativas à Constituição de Provisão para Perdas Associadas ao Crédito, visando à adequação das normas e procedimentos da AFEAM aos novos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e Resolução BCB nº 352, de 2023. Referida política foi revisada em fevereiro de 2025.
De acordo com a Política, a AFEAM adotou os seguintes critérios para os ativos financeiros:
• Operações de Crédito e Títulos e Valores Mobiliários (TVM) lastreados em Títulos Públicos Federais (TPF) ou Fundos de Investimentos lastreados em TPF: o modelo de negócio enquadra-se na categoria custo amortizado, tendo em vista que esses ativos atendem, cumulativamente, as seguintes condições: a) serem mantidos com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamento de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificas.
• Fundo de Investimento em Participações: o modelo de negócio enquadra-se na categoria VJR, de acordo com a avaliação do teste SPPJ.
• Modelo Simplificado: para apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a AFEAM adotou a metodologia simplificada, em que o percentual de provisão leva em consideração a carteira de risco na qual a operação foi classificada (C1 a C5), se a operação é classificada como crédito problemático, e os dias de atraso da operação de crédito.
• Operações Classificadas como Crédito Problemático: devem ser enquadradas as operações que estiverem com atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou na existência de indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, mesmo que o prazo de inadimplência seja inferior a 90 dias, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.
• Reconhecimento da Receita: é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receitas de quaisquer naturezas ainda não recebidas relativa às operações de crédito marcadas como ativo com crédito problemático. Essas receitas somente podem ser apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento ou reconhecidas, prospectivamente, a partir do período em que a operação de crédito deixar de ser caracterizada como ativo problemático.
• Reconhecimento relativas à Cobrança de Tarifas: As receitas de tarifas provenientes de realização de cadastro, análise e avaliação de garantias serão apropriadas na data da contratação da operação de crédito.
As mudanças ocorridas nas políticas contábeis por conta das alterações promovidas pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 foram aplicadas prospectivamente a partir da data de entrada em vigor da referida Resolução, e os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em janeiro de 2025. Os impactos no resultado foram imateriais, sendo registrado o valor de R$ 101.524 na rubrica contábil Lucros ou Prejuízos Acumulados.

e) Outros Ativos
Composto de Outros Créditos e Outros Valores e Bens.
Outros Créditos: São demonstrados pelos valores de realização.
Outros Valores e Bens: São os Ativos Não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos (ANFMV), Materiais em Estoque e Despesas Antecipadas. Ativos Não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos (ANFMV): São bens móveis e imóveis registrados pelo valor de avaliação, e não se sujeitam à depreciação. Esses bens são reavaliados ao valor justo, líquido de despesas de venda, sempre que há evidências ou novos fatos que indiquem redução significativa do seu valor. Materiais em Estoque: São os materiais adquiridos para uso ou consumo correntes, sendo registrados pelo valor de aquisição e sua baixa em estoque pelo custo médio de valor. Despesas Antecipadas: São as aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços à Instituição far-se-ão em períodos seguintes.
f) Permanente
Composto por Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível. São registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e/ou amortizações. A AFEAM não tem registro de bem do ativo imobilizado dado em garantia de passivos.
Imobilizado de Uso - Cumprindo a Resolução CMN nº 4.535, de 2016, o cálculo para apuração da depreciação societária (IFRS) tem por base a estimativa de vida útil dos bens, o valor de mercado e residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens. Para atendimento à legislação tributária, foi mantido o cálculo para apuração da depreciação fiscal (BR) pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: edificações 4%; móveis/equipamentos de uso e outros bens depreciáveis 10%; processamento de dados 20%.
Intangível - Cumprindo a Resolução CMN nº 4.534, de 2016, o cálculo para apuração da amortização societária (IFRS) tem por base a estimativa de vida útil dos bens, seu valor de mercado e residual, fundamentados em laudo de avaliação dos bens. Para atendimento à legislação tributária, foi mantido o cálculo para apuração da amortização fiscal (BR) pelo método linear, com base em taxas anuais, sendo: gastos com ativos intangíveis amortizados em 5 anos, à taxa de 20% ao ano, limitado ao tempo de direito de uso. Com base em laudos de avaliação, os bens intangíveis foram caracterizados como bens com vida útil indeterminada, ou seja, não sofrerão amortização societária por se tratar de softwares que serão utilizados por tempo indefinido.
g) Passivos Financeiros
Composto por Obrigações Por Empréstimos e Repasses. São calculados e apropriados "pro rata", pelo regime de competência mensal - Outros Passivos Financeiros. Programa FMPES Especial: 15% dos rendimentos dos financiamentos concedidos ao Setor Primário e 35% dos rendimentos concedidos aos Setores Secundário e Terciário.
De acordo com o modelo de negócio da AFEAM, os passivos financeiros foram enquadrados na categoria custo amortizado.
Em dezembro de 2025 o valor de R$ 7.518.373 foi repassado pela AFEAM, quitando todas as obrigações perante o Fundo.
h) Provisões
Pessoal: São demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, relacionados a Proventos, Férias, FGTS, INSS, 13º Salário e diferenças salariais.
Contingências: Para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, das contingências passivas e ativas foram observados o CPC 25 e a Resolução CMN nº 3.823, de 2009. Passivos contingentes são processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo a AFEAM, que são avaliados juridicamente levando-se em consideração a probabilidade de perda da causa, com desembolso financeiro para liquidar a obrigação. Em cumprimento ao CPC 25, essa probabilidade é classificada como possível (divulgada sem a obrigação de ser provisionada), provável (constituída provisão) e remota (não requer provisão nem divulgação). As provisões desses passivos são constituídas com base nos prognósticos de perdas "prováveis", indicados nos relatórios jurídicos. Os Ativos Contingentes não são reconhecidos
i) Outros Passivos
Pessoal: São demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, relacionados a Proventos, Férias, FGTS, INSS, 13º Salário e diferenças salariais.
Contingências: Para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, das contingências passivas e ativas foram observados o CPC 25 e a Resolução CMN nº 3.823, de 2009. Passivos contingentes são processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo a AFEAM, que são avaliados juridicamente levando-se em consideração a probabilidade de perda da causa, com desembolso financeiro para liquidar a obrigação. Em cumprimento ao CPC 25, essa probabilidade é classificada como possível (divulgada sem a obrigação de ser provisionada), provável (constituída provisão) e remota (não requer provisão nem divulgação). As provisões desses passivos são constituídas com base nos prognósticos de perdas "prováveis", indicados nos relatórios jurídicos. Os Ativos Contingentes não são reconhecidos
Fiscais e previdenciárias: Os tributos são calculados conforme as alíquotas:

Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	15% + adicional 10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

As provisões para o IRPJ e a CSLL são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo Lucro Real (LALUR), mas recolhidas por estimativa mensal, com base na opção prevista nos arts. 218 a 229 do Decreto nº 9.580, de 2018. A alíquota do IRPJ foi de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional, conforme a Lei nº 9.249, de 2005. A alíquota da CSLL foi de 20%, conforme Lei nº 7.689 de 1989.
Os demais tributos representam as retenções e encargos oriundos de serviços de terceiros, incidentes sobre salários e retidos sobre algumas operações de crédito.
Outras Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento: Estão registrados os recursos de fundos ou programas especiais, oriundos de governos ou entidades públicas, administrados pela AFEAM, que se destinam a projetos específicos de interesse governamental, além de outros fundos administrados por instituições oficiais.
Diversos: São demonstradas pelos valores conhecidos e mensuráveis.
j) Eventos Subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações e a data de sua autorização.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
Foi considerado como "Caixa e Equivalentes de Caixa" apenas as contas de disponibilidades e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

Caixa e Equivalente de Caixa	DEZEMBRO 2025
Disponibilidades	860.965
Títulos Públicos Federais	42.333.604
Cotas de Fundos de Investimento	120.412.611
Total	**163.607.180**

NOTA 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A política contábil sobre ativos financeiros está apresentada na Nota 3.b
a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM
I. Classificação por Categoria

Classificação contábil dos TVM	DEZEMBRO 2025
Custo Amortizado	251.824.735
Valor Justo ao Resultado	2.744.584
Total	**254.569.319**

II. Classificação Contábil

Títulos e Valores Mobiliários	Classificação Contábil	DEZEMBRO 2025			Total
		até 3 meses	3 meses a 12 meses	após 12 meses	
Letras Financeiras do Tesouro	Custo Amortizado	21.159.759	-	-	21.159.759
Letras do Tesouro Nacional	Custo Amortizado	21.173.845	-	-	21.173.845
Notas do Tesouro Nacional	Custo Amortizado	-	46.135.197	42.943.323	89.078.520
Cotas/Fundos de Renda Fixa	Custo Amortizado	120.412.611	-	-	120.412.611
Cotas/Fundo em Participações	Valor Justo ao Resultado	-	-	2.744.584	2.744.584
Total		**162.746.215**	**46.135.197**	**45.687.907**	**254.569.319**

b) Operações de crédito e Outras Operações com característica de concessão de crédito
I. Classificação por Carteira e Crédito

Carteira por Crédito	Valor Bruto	DEZEMBRO 2025			Total Carteira
		Perda Incorrida	Perda Adicional	Perda esperada	
Operações de Crédito	43.692.984	(1.616.680)	(2.096.220)	(605.770)	39.374.314
Outras Operações com característica de concessão de crédito	1.303.360		(24.764)		1.278.596
Total	**44.996.344**	**(1.616.680)**	**(2.120.984)**	**(605.770)**	**40.652.910**

II. Carteira de crédito por setor de atividade econômica

Carteira de crédito por setor de atividade econômica	DEZEMBRO 2025				Total Carteira
	Valor Bruto	Perda Incorrida	Perda Adicional	Perda esperada	
Indústria	8.844.264	-	(229.729)	(1.714)	8.612.821
Comércio	23.665.237	(1.223.211)	(587.911)	(325.147)	21.528.968
Serviço	11.183.483	(393.469)	(1.278.580)	(278.909)	9.232.525
Outras Operações com característica de concessão de crédito	1.303.360	-	(24.764)	-	1.278.596
Total	**44.996.344**	**(1.616.680)**	**(2.120.984)**	**(605.770)**	**40.652.910**

III. Carteira de Crédito por Carteira de Provisão

Carteira de crédito por carteiras de provisão	N.Problemático	Problemático		Total
		Adimplidos	Inadimplidos	
C1	1.113.492	213.012	-	1.326.504
C2	224.466	106.358	86.125	416.949
C3	37.138.778	1.958.734	2.852.019	41.949.531
C4	-	-	-	-
C5	1.303.360	-	-	1.303.360
Total	**39.780.096**	**2.278.104**	**2.938.144**	**44.996.344**

IV. Carteira de crédito por carteiras de provisão e prazos de vencimentos

N.Problemático	C1	C2	C3	C4	C5	Total
De 0 a 14 dias	1.113.492	224.466	35.603.678		1.303.360	38.244.996
De 15 a 30 dias			231.504			231.504
De 31 a 60 dias			754.818			754.818
De 61 a 90 dias			548.778			548.778
Total	**1.113.492**	**224.466**	**37.138.778**	-	**1.303.360**	**39.780.096**

Problemático Adimplido	C1	C2	C3	C4	C5	Total
De 0 a 90 dias	213.012	106.358	1.958.734	-	-	2.278.104
Total Problemático Adimplido	**213.012**	**106.358**	**1.958.734**	-	-	**2.278.104**

Problemático Inadimplidos	C1	C2	C3	C4	C5	Total
De 1 a 90 dias	-	-	2.242.320	-	-	2.242.320
De 91 a 180 dias	-	-	378.051	-	-	378.051
De 180 a 360 dias	-	-	231.648	-	-	231.648
Após 361 dias	-	86.125	-	-		86.125
Total Problemático Inadimplidos	-	**86.125**	**2.852.019**	-	-	**2.938.144**

V. Operações Registradas como Prejuízo, Constituição, Reversão e Recuperados

	Operações de Crédito	Outras Operações com característica de concessão de crédito
Constituição provisão de perdas	(3.639.596)	(61.803)
Reversão de provisão de perdas	2.492.833	71.477
Operações Transferidas para prejuízos	721.283	-
Operações Recuperadas de Prejuízos	3.500.000	-

NOTA 6. OUTROS ATIVOS

Outros Ativos	DEZEMBRO 2025
Rendas a Receber – Taxa de Administração FTI	-
Antecipação 13º Salário	-
Adiantamento para pagamento por conta	-
Impostos e Contribuições a Compensar	95.971
Depósitos em Garantia - Recursos Trabalhistas	3.854.041
Depósitos em Garantia - Cíveis	65.118
Custas Judiciais a Ressarcir	43.002
Férias Pagas	643.236
ANFMV - Imóveis	40.862.080
ANFMV - Máquinas e Equipamentos	853.755
(-) Provisão p/Desvalorização ANFMV	- 40.128.830
Material em Estoque	140.929
Despesas Antecipadas	133.940
Outros	598.687
Total	**7.161.929**

Ativos não Financeiros Mantidos para Venda (ANFMV): têm a finalidade de amortizar e/ou liquidar operações de crédito, para posterior venda de acordo com a legislação vigente. Atendendo a normas específicas, a constituição de provisão desses bens é baseada em laudos de avaliação, que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados e instruídos com documentos relativos ao bem. No exercício de 2025, houve constituição de provisão para desvalorização de ANFMV Recebidos no valor de R$ 178.235.

ANFMV	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Movimentação		DEZEMBRO 2025
		Constituição	Baixa	
Imóveis	48.157.570		(7.295.490)	40.862.080
Máquinas e Equipamentos	853.755			853.755
Total	49.011.325	-	**(7.295.490)**	**41.715.835**
Provisão Para Redução Valor Recuperável de Ativo				
Imóvel	(42.752.570)	(168.200)	(3.265.490)	(39.655.280)
Máquinas e Equipamentos	(463.615)	(10.035)	-	(473.650)
Total	**(43.216.085)**	**(178.235)**	**(3.265.490)**	**(40.128.830)**

NOTA 7. PERMANENTE
a) Imobilizado de Uso

Permanente - Imobilizado de Uso	DEZEMBRO 2025		
	Custo	Depreciação	Recuperável
Instalações	157.626	(108.041)	
Mobiliário	762.108	(520.145)	(23.581)
Equip. de Processamento de Dados	2.530.108	(2.088.967)	(82.577)
Equipamentos de comunicação	37.154	(33.371)	(1.630)
Armas e equipamentos	29.621	(18.582)	(1.227)
Circuito fechado de TV	40.400	(27.991)	(1.601)
Aparelho de refrigeração	501.169	(231.282)	(17.579)
Equipamentos	401.061	(276.850)	(15.197)
Terrenos	7.287.340	-	-
Edificações	1.654.767	(661.245)	-
Obras de arte	118.885	-	-
Total	**13.520.439**	**(3.966.474)**	**(143.392)**

b) Intangível

Permanente - Intangível	DEZEMBRO 2025	
	Custo	Depreciação
Sistemas de Processamento de Dados	562.970	-
Marcas	130	-
Total	**563.100**	-

NOTA 8. PROVISÕES
a) Pessoal

Provisões - Pessoal	DEZEMBRO 2025
Férias	3.698.425
FGTS	295.508
INSS	972.686
13º Salário	-
Total	**4.966.619**

b) Contingências

Provisões - Contingências	Saldo em 1º de Janeiro de 2025	Movimentação		DEZEMBRO 2025
		Constituição	Baixa	
Trabalhista	21.168.354	4.191.405	10.043.581	15.316.178
Cível	2.358.023	560.988	827.461	2.091.550
Tributária	21.888.357	2.748.521	-	24.636.878
Total	**44.269.316**	**7.500.914**	**10.871.042**	**42.044.606**

I. Probabilidade de perdas

Natureza	Provável	Possível
Trabalhista	15.316.178	6.432
Cível	2.091.550	5.511.847
Tributária	24.636.878	-
Total	**42.044.606**	**5.518.279**

II. Ações Trabalhistas
Estão constituídas provisões no valor de R$ 15.316.178 para cobrir os riscos de perdas econômicas compreendendo: as ações individuais ajuizadas por empregados até 31/12/2025 (R$ 8.924.556), as ações ajuizadas por ex-empregados (R$ 1.574.095) e a reserva técnica para futuros ajuizamentos com enquadramento na sentença da ação movida pelo Sindicato dos Bancários do Amazonas (R$ 4.817.527).

Ações Trabalhistas	DEZEMBRO 2025
Empregados	8.924.556
Reserva Técnica	4.817.527
Outros processos	1.574.095
Total	**15.316.178**

III. Ações Tributárias - PIS e COFINS / Mandado de Segurança
A AFEAM, amparada em liminar de maio/2008 no Mandado de Segurança processo nº 2008.34.00.013625-3, que tramitava na 9ª Vara Federal e no Mandado de Segurança processo nº 0017888-97.2012.4.01.3200, que tramita na 3ª Vara da Justiça Federal no Amazonas, em que obteve sentença favorável, passou a recolher o Pis e a Cofins, nos moldes das LC 70/91 e Lei 9.715/98, com fundamento no art. 8º, da Lei nº 10.637/2002 e art. 10, da Lei nº 10.833/2003.
Em dezembro de 2024, o valor provisionado correspondia a R$ 5.134.727 (PIS - R$ 717.758 e COFINS - R$ 4.416.969); O valor total provisionado em 31/12/2025 é R$ 8.467.270 (PIS – R$ 1.183.597 e COFINS – R$ 7.283.673).
IV. Ações Tributárias - PIS e COFINS / Auto de Infração
Em fevereiro de 2015, a Receita Federal concluiu o Mandado de Procedimento Fiscal nº 0220100-2014-00400-0, relativo ao PIS e à COFINS, abrangendo o período de julho a dezembro de 2010 e de janeiro a dezembro de 2011. Esse procedimento resultou na emissão dos Autos de Infração do PIS, no valor de R$ 1.351.939, e da COFINS, no valor de R$ 5.937.340 (processo nº 10283-720.620/2015-88), motivados por divergências quanto ao regime tributário – AFEAM (cumulativo) e Receita Federal (não cumulativo). A AFEAM impugnou o lançamento com base nas decisões favoráveis obtidas nos processos nº 2008.34.00.013625-3 e nº 17888-97.2012.4.01.3200, estando atualmente suspensa a exigibilidade dos referidos tributos.
Em dezembro de 2024, o valor provisionado correspondia a R$ 14.152.798 (PIS - R$ 2.538.867 e COFINS - R$ 11.613.931). O Valor total provisionado em 31/12/2025 é de R$ 16.169.607 (PIS – R$ 2.900.662 e COFINS – R$ 13.268.945).

NOTA 9. OUTROS PASSIVOS

a) Sociais e Estatutárias

Sociais e Estatutária	DEZEMBRO 2025 Circulante	Não Circulante	Total
Dividendos	180.923	-	180.923
Participação Administradores	93.186	26.950	120.136
Participação Empregados	3.098.864	-	3.098.864
TOTAL	3.372.973	26.950	3.399.923

b) Fiscais e Previdenciárias

Fiscais e Previdenciárias	DEZEMBRO 2025
IRPJ	4.693.675
CSLL	4.675.846
IRRF Funcionários	888.249
IRRF Terceiros	19.351
INSS Empresa	639.830
INSS Funcionários	154.207
INSS Terceiros	36.027
FGTS	296.929
ISSQN Empresa	426.501
ISSQN Retido de Terceiros	33.306
CSLL/COFINS/PIS Retido na Fonte	20.622
COFINS	467.849
PIS	76.026
Outros	217.318
Total	12.645.736

c) Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento
A AFEAM é gestora e agente financeiro do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, percebendo remuneração calculada sobre o saldo das contas do Fundo relativo à disponibilidade de recursos + operações de crédito + créditos compensados.
A Lei Estadual nº 4.953, de 2019 alterou o percentual aplicado para remuneração da taxa de administração, passando de 4% para 10% ao ano, em 2019; 9% em 2020; 8% em 2021 e 6% a partir de 2022.

Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	DEZEMBRO 2025
FMPES	93.309.742
Outros Fundos/Recursos	10.886.550
Total	104.196.292

FMPES	DEZEMBRO 2025
Trânsito	36.923.856
Financiamento	56.385.885
TOTAL	93.309.741

Outros Fundos/Recursos	DEZEMBRO 2025
FTI	105.250
Convênios	10.781.301
TOTAL	10.886.551

d) Diversos

Composição	DEZEMBRO 2025
Pagamentos a Processar	42.159
Fornecedores Nacionais	1.132.409
Ação de Crédito	126.601
Outros	173.867
Total	1.475.036

NOTA 10. PATRIMONIO LIQUIDO

a) Capital Social
Em 30 de junho de 2025, o capital social integralizado da AFEAM é de R$ 106.465.046 e está representado por 106.465.046 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, participando o Estado do Amazonas como acionista controlador com 106.445.890 ações e o Município de Manacapuru/AM como acionista minoritário com 19.156 ações. O Estado do Amazonas detém 99,98% do capital social e o Município de Manacapuru/AM tem 0,02%.
Foi aprovada na 43ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, realizada em 29 de abril de 2025, para aumento de capital, a destinação do Lucro Remanescente apurado no exercício de 2024, no valor de R$ 13.732.837, e o valor de R$ 138.716 relativos aos dividendos obrigatórios. Em 4 de agosto de 2025, o Banco Central do Brasil autorizou o aumento de capital proposto nessa assembleia, passando o Capital Social da AFEAM de R$ 106.465.046 para R$ 120.336.599.

Capital Social	DEZEMBRO 2025
Ações Ordinárias	120.336.599
Aumento de Capital	-
Total	120.336.599

b) Reserva de Lucro

Reservas de Lucro	DEZEMBRO 2025
Reserva Legal	2.692.881
Reserva para Expansão	3.549.723
Outras	17.911.381
Total	24.153.985

Em 2025, houve reversão de Reserva para Expansão, no valor total de R$ 287.920, sendo:

Reservas para Expansão	DEZEMBRO 2025
Projeto 1: Migração do Site backup	25.039
Projeto 3: Gestão de Pessoas	14.919
Projeto 5: Serviços de comunicação de dados, compra e aluguel de equipamentos e serviços de automação	227.236
Projeto 6: Assinatura Eletrônica	20.726
Total	287.920

c) Ajustes de Exercícios Anteriores
Não foram efetuados ajustes na conta Lucros/Prejuízos Acumulados no exercício de 2025.
d) Dividendos
Conforme disposição estatutária, aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% do lucro líquido menos Reserva Legal, apurados nos termos da Política de Dividendos da AFEAM. No exercício de 2025, foi apurado o valor de R$ 180.923.

NOTA 11. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receitas de Prestação de Serviços

Receitas de Prestação de Serviços	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
Taxa de Adm FMPES	42.801.326	79.462.009
Taxas de Cadastro e Outras	2.925.892	6.832.947
Total	45.727.218	86.294.956

b) Despesas de Pessoal

Despesas de Pessoal	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
Honorários Diretores e Conselheiros	1.037.944	3.066.520
Benefícios	4.570.830	8.389.837
Encargos Sociais (FGTS e Previdência)	5.561.450	10.648.328
Proventos	15.912.755	30.481.889
Treinamentos	245.198	398.448
Estagiários	218.430	412.366
Total	27.387.577	52.400.320

c) Outras Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
Água, Energia e Gás	198.305	374.796
Comunicações	169.744	330.574
Manutenção e Conservação de Bens	518.022	1.035.001
Material	71.539	140.174
Processamento de Dados	1.090.565	2.082.389
Promoções e Relações Públicas	990.725	1.061.034
Publicações	64.617	93.117
Seguro	1.360	2.869
Serviço de Terceiros	2.095.486	4.183.534
Serviços de Vigilância	455.908	902.784
Serviços Técnicos Especializados	184.367	435.170
Transporte	89.082	134.128
Viagens	141.689	207.112
Outras Despesas Administrativas	124.144	373.232
Total	6.195.713	11.355.823

d) Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
Estaduais	3.427	11.260
Municipais	2.286.361	4.314.511
Cofins	2.440.927	4.640.013
Pis	396.651	754.002
Total	5.127.366	9.720.106

e) Outras Receitas Operacionais

Outras Receitas Operacionais	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
Recuperação de Encargos e Despesas	140.858	280.244
Reversão de Provisões Administrativas	19.960	44.704
Reversão de Passivos Contingentes	4.850.978	5.537.205
Outras Rendas Operacionais	46.319	66.089
Total	5.058.115	5.928.242

f) Outras Despesas Operacionais

Outras Despesas Operacionais	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
Depreciação e Amortização	137.008	217.122
Provisões Contingências	3.719.557	7.821.374
Provisão para Perda de Valores a Receber	482.152	482.152
Administração de Fundos	989.309	2.276.369
Outras Despesas Operacionais	13.049	92.315
Total	5.341.071	10.889.332

g) Resultado Não Operacional

Resultado não operacional	2º SEMESTRE 2025	DEZEMBRO 2025
Lucros com Transações de Valores e Bens	370.003	570.000
Outras Receitas não Operacionais	402.080	565.599
Outras Despesas não Operacionais	(323.415)	(332.349)
Total	448.665	803.250

NOTA 12. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

A Política de Remuneração dos Administradores e Demais Órgãos Estatutários da AFEAM segue as diretrizes da Resolução CMN nº 5.177, de 2024 (revogou a Resolução nº 3.921, de 2010, a partir de 1º/01/2025), que define remuneração como o pagamento efetuado em retribuição ao trabalho prestado à Instituição pelos administradores e demais órgãos estatutários, assim considerados: os Diretores (DICOL), os membros do Conselho de Administração (COAD), do Conselho Fiscal (COFIS) e do Comitê de Auditoria (COAUD).

	DEZEMBRO 2025
Diretoria (honorários)	1.267.042
Diretoria (outros benefícios)	336.014
Conselho Administrativo	445.489
Conselho Fiscal	132.363
Comitê de Auditoria	99.435
Total	2.280.343

NOTA 13. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

a) Estrutura de Gerenciamento integrado de Riscos
A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR) da AFEAM segue diretrizes da Resolução CMN nº 4.557, de 2017, e tem como finalidade identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de forma contínua, sendo aplicada às linhas de negócio de crédito, financeiro e administração de recursos de terceiros. Os principais riscos tratados pela referida Estrutura são: Riscos Financeiros (crédito, mercado e liquidez); e Riscos Não Financeiros (operacional, social, ambiental e climático, cibernético, legal, compliance, estratégico, reputacional e de integridade). A Estrutura de GIR prevê um modelo interno denominado Matriz de Gerenciamento Integrado de Riscos, o qual apresenta indicadores que podem sinalizar o nível dos riscos que afetam as linhas de negócio da Agência, a elaboração de relatórios periódicos sobre os resultados de monitoramento de riscos com proposição de ações de mitigação, testes de estresse para mensurar o nível de impacto dos riscos relevantes no Capital em cenário adverso e ações de contingência de liquidez a serem adotadas em cenário com alta probabilidade de impacto de liquidez. A Estrutura de GIR está disponível no endereço eletrônico. https://www.afeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Estrutura-de-Gerenciamento-Integrado-de-Riscos-GIR.pdf.
b) Estrutura de Gerenciamento de Capital
A Estrutura de Gerenciamento de Capital da AFEAM segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557, de 2017, e tem como finalidade monitorar o capital da Agência avaliando o impacto no capital e nas suas metas estratégicas, bem como, avaliar a necessidade de capital face aos riscos mensurados pela Estrutura de Gestão Integrada de Riscos. A Estrutura de Capital prevê o Plano de Capital, com prospecção de cenários para os próximos 04 anos, a fim de se estabelecer estratégias da empresa para superar cenários adversos.
O cálculo do Patrimônio de Referência (PR) Mínimo para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) é parte da composição estrutural dos riscos afetos à Instituição, compondo a sua Estrutura de Gerenciamento de Capital. Com base na Resolução CMN nº 4.958, de 2021, a AFEAM aloca capital para a cobertura dos diversos tipos de risco previstos, destacando-se os Riscos de Crédito, Mercado e Operacional, bem como o valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da Carteira Bancária (RBAN), e ainda o Adicional de Conservação de Capital Principal. Esses valores são calculados mediante metodologia definida pelo BCB, apurados e informados, mensalmente, no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). Em 31/12/2025, o PR foi de R$ 143.927.615 (R$ 131.101.096 em 30/06/2025) e o RWA foi de R$ 163.317.081 (R$ 154.071.614 em 30/06/2025), resultando num índice de Basileia (PR/RWA) de 88,13% (85,09% em 30/06/2025). A estrutura de gerenciamento de capital está disponível no endereço eletrônico:
https://www.afeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/Estrutura-de-Gerenciamento-do-Capital-SITE-AFEAM.pdf
c) Análise de Sensibilidade
I. Perda Esperada para a Carteira de Crédito
Entre os riscos de maior relevância e com maior potencial de afetar o capital da AFEAM em 2026, estão as possíveis perdas na carteira de crédito de Recursos Próprios. Para o primeiro semestre de 2026 a perda esperada associada ao risco de crédito é de R$ 605.770.
II. Risco de Passivo Trabalhista - Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho - MPT, processo n. 000087396.2010.5.11.2008:
Para o primeiro semestre de 2026 não há previsão de impacto a ser considerado no capital da AFEAM, tendo em vista que os prognósticos apresentados nos relatórios dos advogados constam reconhecidos contabilmente. O saldo das provisões em 31/12/2025 é: ações ajuizadas – empregados R$ 8.925 mil (R$ 8.938 mil em 30/06/2025); reserva técnica (ação mitigadora dos impactos econômicos de açõesainda não ajuizadas) - R$ 4.817 mil (R$ 8.431 mil em 30/06/2025); e ações ajuizadas por ex-empregados - R$ 1.574 mil (R$ 1.494 mil em 30/06/2025).
III. Resiliência do Capital da AFEAM
O apontamento do item I acima sinaliza que pode gerar para o primeiro semestre de 2026 o impacto no capital da AFEAM no valor de até R$ 606 .700. No entanto, esse impacto foi considerado no Plano Orçamentário do Planejamento Estratégico da AFEAM, mantendo-se a capacidade de a Agência gerar lucro no ano de 2026.

NOTA 14. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS PARA COMPARABILIDADE

A AFEAM está divulgando essas demonstrações financeiras conforme disposição do art. 79 da Resolução CMN 4.966, de 2021, não sendo apresentadas as informações comparativas de períodos anteriores.
A seguir, apresentamos quadro resumo demonstrando que os impactos dos ajustes decorrentes das mudanças realizadas nos instrumentos financeiros foram imateriais, sendo registrado o valor de R$ 101.524 na rubrica contábil Lucros ou Prejuízos Acumulados.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

	31.12.2024	AJUSTE	1.1.2025
ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	266.027.360	(101.524)	265.925.836
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	93.873.024	-	93.873.024
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	165.254.610	-	165.254.610
Títulos e Valores Mobiliários	127.950.488	-	127.950.488
Operações de crédito	36.592.815	-	36.592.815
Outros créditos	711.307	-	711.307
PROVISÃO P/PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(3.984.813)	(101.524)	(4.086.337)
Operações de crédito	(3.968.339)	(104.483)	(4.072.822)
Outros créditos	(16.474)	2.959	(13.515)
OUTROS ATIVOS	10.884.539	-	10.884.539
PERMANENTE	9.931.486	-	9.931.486
INVESTIMENTOS	119.014	(119.014)	-
IMOBILIZADO DE USO	9.468.964	118.884	9.587.848
INTANGÍVEL	571.941	130	572.071
PROV REDUÇÃO PARA VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO	(228.433)	-	(228.433)
TOTAL DO ATIVO	275.958.846	(101.524)	275.857.322

BALANÇO PATRIMONIAL
Em Real (R$)
(desconsiderando as frações de centavos)

	31.12.2024	AJUSTE	1.1.2025
PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	150.172.854	-	150.172.854
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	8.860.941	-	8.860.941
Outros Passivos Financeiros	8.860.941	-	8.860.941
PROVISÕES	49.986.103	-	49.986.103
Pessoal	4.571.369	-	4.571.369
Contingências	45.414.734	-	45.414.734
OUTROS PASSIVOS	91.325.811	-	91.325.811
Sociais e Estatutárias	2.593.448	-	2.593.448
Fiscais e Previdenciárias	9.966.873	-	9.966.873
Outros Fundos e Programas	77.534.373	-	77.534.373
Diversos	1.231.117	-	1.231.117
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.785.992	(101.524)	125.684.468
CAPITAL SOCIAL	106.465.046	-	106.465.046
RESERVAS DE LUCRO	19.320.946	-	19.320.946
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	-	(101.524)	(101.524)
TOTAL DO PASSIVO	275.958.846	(101.524)	275.857.322

Referente às mudanças por conta das alterações no plano de contas interno, foi realizada a recomposição do saldo no valor de R$ 119.014, correspondente a rubrica contábil Investimento (Permanente) apresentada no Balanço Patrimonial em 31/12/2024. Com essa recomposição, os saldos divulgados em notas explicativas nas demonstrações financeiras de dezembro de 2024, referentes a Obras de Arte e Painéis Históricos foram reclassificados para grupo Imobilizado de Uso, enquanto o saldo referente a Marcas foi reclassificado para grupo Intangível.

INVESTIMENTO	31.12.2024	1.1.2025
Obras de Arte	57.881	-
Marcas e Patentes	130	-
Painéis Históricos	61.003	-
Total	119.014	-

Imobilizado de uso	31.12.2024	1.1.2025
Instalações	59.242	59.242
Mobiliário	232.569	232.569
Equip. de processamento de dados	491.610	491.610
Equipamentos de comunicação	4.673	4.673
Armas e equipamentos	13.645	13.645
Circuito fechado de TV	10.539	10.539
Aparelho de refrigeração	245.461	245.461
Equipamentos	115.848	115.848
Terrenos	7.287.240	7.287.240
Edificações	1.017.146	1.017.146
Obras de arte	-	118.884
Total	9.468.964	9.587.848

Diferido	31.12.2024	1.1.2025
Sistemas de Processamento de Dados	571.941	571.941
Marcas	-	130
Total	571.941	572.071

Marcos Vinicius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente

João Batista Silva Tavares
Diretor de Crédito

Cristina Coelho da Silva
Diretora de Administração

Márcia Melo Pereira Pinheiro
Contadora CRC/AM 15.150/O-1

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM
Opinião
Examinamos as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem modificações.
Ênfase
Informações Comparativas
Chamamos atenção para a nota explicativa 2, que descreve que as demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no qual houve a dispensa da apresentação das demonstrações financeiras comparativas em relação a exercícios anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.
Outros assuntos
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sem modificações sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião sem modificações. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem modificações. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8 "S" AM

Felipe da Silva Moreira
Contador
CRC/RN 10940/O-5 "S"AM

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, em reunião extraordinária ocorrida nesta data,

CONSIDERANDO o teor do Relatório da Administração da AFEAM, bem como as Demonstrações Contábeis, exercício de 2025 e o Parecer dos Auditores Independentes;

CONSIDERANDO as conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Parecer, registrado em Reunião de mesma data, recomendando a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras,

CONSIDERANDO ainda o "Parecer do Conselho Fiscal da Agência", registrado em Reunião de mesma data,

DECLARA que após análise do Relatório da Administração da AFEAM, bem como das Demonstrações Contábeis, exercício de 2025, encontrou os mesmos em perfeita ordem, elucidando claramente todos os fatos relevantes ocorridos em 2025. Ressalta que os quadros e tabelas acrescidos nas Notas Explicativas do exercício em questão tornaram de fácil entendimento e compreensão a visualização das informações demonstradas nos documentos. Observa a transparência com que os assuntos foram expostos, as estruturas de Governança, Controles Internos e Compliance também foram bem representadas no Relatório da Administração. Destaca ainda que a AFEAM vem caminhando para um nível cada vez maior de comprometimento, implantando os normativos cabíveis e exigidos pelos Órgãos Reguladores e realizando, através de seus gestores e corpo funcional, uma Gestão de compromisso com a perenidade da Instituição e crescimento para o alcance de sua Missão. Pelos motivos expostos, de acordo com o inciso V, do Artigo 142 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração da AFEAM, concluiu, à vista do parecer dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal, bem como das conclusões expressas no relatório do Comitê de Auditoria, que as contas da Diretoria relativas ao exercício findo em 31.12.2025, encontram-se em ordem, devendo, pois, serem submetidas à apreciação da Assembleia de Acionistas.

ALESSANDRO RIBEIRO
Presidente

MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO
Membro

ADRIANO MENDONÇA PONTE
Membro

AIRES ADEMIR LEAL CLAVEL
Membro

PRISCILLA ATALA MAGALHÃES
Membro

RICARDO ALEXANDRE MACHADO CRESPO
Membro

DANIEL SODRÉ GURGEL DO AMARAL
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 163 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, após examinar as Demonstrações Contábeis do exercício de 2025, complementadas pelas Notas Explicativas, e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, declara que encontrou as peças contábeis na mais perfeita ordem, concluindo por indicar à Assembleia Geral sua aprovação, na época devida.

EDILEUZA LOBATO DA CUNHA
Presidente

JOÃO PAULO BELTRÃO DUARTE
Membro

RODRIGO BELÉM LIMA
Membro

Comite de Auditoria - Parecer das Demonstrações Contábeis 2026 - AFEAM

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM denominado COAUD, órgão de caráter permanente, observa as disposições do Estatuto Social da AFEAM, da Lei Federal 13.303, de 2016, do Decreto Estadual nº 39.032, de 2018, Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910, de 2021 e as decisões do Conselho de Administração.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria.

Compete ao Comitê de Auditoria auxiliar o Conselho de Administração no que se refere às funções de supervisionar as atividades das auditorias interna e independente, de controles internos e de gestão de riscos, assim como avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos sistemas de controles internos, das demonstrações financeiras e da exposição a riscos, a fim de melhorar o processo de transparência e de contribuir com o aperfeiçoamento das atividades da AFEAM.

1.3 Composição:

Conforme disposto no art. 34 do Estatuto Social da AFEAM vigente, o COAUD, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, é integrado por 3 (três) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Aldemir Mendonça de Freitas (Presidente), Sr. Aires Ademir Leal Clavel (membro qualificado) e Sr. Damon Gonçalves de Lima Castro. Os comitentes Damon Gonçalves e Aldemir Mendonça estão no segundo mandato, os quais foram aprovados pelo Banco Central por meio dos seguintes expedientes: Ofício nº 6.949/2025-BCB/Deorf/GTREC, de 14.3.2025 e Ofício nº 11.977/2025-BCB/Deorf/GTREC, de 20.5.2025, e cujas posses ocorreram em 21.3 e 27.5.2025, respectivamente. O comitente Ademir Clavel está no primeiro mandato cujo processo foi aprovado pelo Banco Central em 8.1.2024, conforme Ofício nº 256/2024-BCB/Deorf/GTREC e sua posse ocorreu no dia 24.1.2024. Todos possuem experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo.

Atividades do Comitê de Auditoria

O COAUD reuniu-se 14 (quatorze) vezes. Nesse período de 2025, o Comitê de Auditoria com o objetivo de aprofundar seu conhecimento sobre as diversas áreas de atuação da AFEAM, realizou reuniões com as Gerências de Controles Internos, Riscos e Compliance-GECOR, Contabilidade-GECONT e Auditoria Interna-AUDIN. O Comitê também reuniu com a Diretoria Colegiada e com a Auditoria Independente.

O Comitê reuniu-se extraordinariamente em 17.03.2026, discutiram e apreciaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Parecer do Comitê de Auditoria

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:

Verifica-se que o Sistema de Controle Interno da AFEAM está em constante aperfeiçoamento, sendo capaz de identificar fatores adversos relevantes, o que vem permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas pela Administração. O Sistema de Controle Interno adotado pela AFEAM é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, assim, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente.

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:

O Comitê de Auditoria tem à sua disposição o acesso direto à Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes para discussão de atividades realizadas. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Auditoria Interna, de forma independente, contínua e efetiva, dispondo de recursos suficientes e canais de comunicação eficazes. Quanto à Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da Agência.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da Agência, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras apresentadas.

CONCLUSÕES:

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios recebidos da Diretoria Colegiada (referentes, dentre outros, a análise mensal do balancete, gerenciamento de disponibilidades, de risco e gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), da área de gestão do Controle Interno, Riscos e Compliance, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da Agência. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras consolidadas, referentes ao exercício social de 2025, com os consequentes encaminhamentos ao Conselho de Administração.

Aldemir Mendonça de Freitas
Presidente do Comitê de Auditoria – COAUD

Damon Gonçalves de Lima Castro
Membro do Comitê de Auditoria – COAUD

Aires Ademir Leal Clavel
Membro Qualificado do Comitê de Auditoria – COAUD